

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES
Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado

ALINE ALCIONE GUERRA

DO INDIVIDUAL AO COLETIVO:
Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo

Belo Horizonte
2024

ALINE ALCIONE GUERRA

DO INDIVIDUAL AO COLETIVO:

Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina de Almeida Cruz

Área de Concentração: Organização e Estratégia

Linha de Pesquisa: Inovação, Gestão do Conhecimento

Temática: Gestão da Inovação

Belo Horizonte
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamielt de Almeida CRB6 3082

G934d
Guerra, Aline Alcione Guerra.

Do individual ao coletivo: economia compartilhada e consumo colaborativo. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.

129 p.

Orientadora: Dr^a. Marina de Almeida Cruz
Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes.
Programa de Pós-graduação em Administração.

1. Economia compartilhada - Consumo colaborativo - Educação - Tecnologia - Sustentabilidade
I. Aline Alcione Guerra II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.

CDD: 658.3

ATA DE DEFESA



Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a)

Senhor(a) **Aline Alcione Guerra**, Nº. 844. No dia de 11 dezembro de 2024, às 10:00 horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado **"DO INDIVIDUAL AO COLETIVO: economia compartilhada e consumo colaborativo"**, requisito parcial para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estratégia, Inovação e Competitividade**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Profª. Drª. Marina de Almeida Cruz** após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADA**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARINA DE ALMEIDA CRUZ**
Data: 26/12/2024 16:42:43-0300
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

Profª. Drª. Marina de Almeida Cruz
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
gov.br **BRUNO MEDEIROS ASSIMOS**
Data: 24/12/2024 09:34:47-0300
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Medeiros Ássimos
Centro Universitário Unihorizontes

Prof. Dr. Marcelo de Rezende Pinto Centro
PPGA PUC Minas – Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCELO DE REZENDE PINTO**
Data: 20/12/2024 14:08:39-0300
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS – DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada DO INDIVIDUAL AO COLETIVO: Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO de autoria de ALINE ALCIONE GUERRA contendo 198 páginas sob orientação de Prof.^ª Dr.^ª MARINA DE ALMEIDA CRUZ

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Intelligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2024



Documento assinado digitalmente
SANDRA DE ALMADA MOTA
Data: 01/12/2024 13:50:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sandra de Almada Mota
Doutora em Letras pela PUC –MINAS
CV: <http://lattes.cnpq.br/5235854541215701>

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Maria e Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a quem devo tudo nesta jornada de vida e conhecimento!

Aos meus pais, irmã, sobrinhos e demais familiares, minha gratidão por compreenderem minhas ausências neste período de intensa dedicação acadêmica. Seu apoio silencioso foi o alicerce que me permitiu perseverar.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Marina de Almeida Cruz, minha gratidão. Seu acolhimento quando tudo parecia perdido e suas precisas considerações foram essenciais me guiando através das águas turbulentas da pesquisa acadêmica.

Aos amigos e colegas que me incentivaram e auxiliaram de alguma forma na elaboração desta pesquisa, meu sincero obrigado. Em especial, à Raquel e Edmara, companheiras incansáveis nessa reta final – sua presença e ajuda foram essenciais nos momentos mais desafiadores.

Ao meu grupo de trabalho, “Unidos no Mestrado”, especialmente, a Rosane que dizia que o “quarteto não pode se separar”, obrigada por cada momento compartilhado, cada desafio superado.

A todas as pessoas que gentilmente cederam seu tempo respondendo ao meu Roteiro de Entrevistas, minha mais profunda gratidão. Suas vozes e experiências são o coração pulsante desta pesquisa.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), por meio do Projeto Trilhas Educadores, minha apreciação por oportunizar esta etapa de estudo.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada acadêmica, meu reconhecimento e apreço. Cada gesto de apoio, cada palavra de encorajamento, foi um tijolo na construção deste sonho realizado.

Este não é um momento para hesitação, porque a tua hora chegou.

Um monge beneditino.

RESUMO

Aderência à linha de pesquisa: Esta pesquisa está alinhada à linha de pesquisa de Inovação e Gestão do Conhecimento, com foco na gestão da inovação. O estudo investiga as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, já aplicadas em condomínios fechados, que podem ser adaptadas para o contexto das unidades da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A pesquisa explora modelos inovadores de compartilhamento de recursos e organização colaborativa, buscando gerar eficiência e sustentabilidade em ambientes educacionais.

Objetivo: O objetivo principal foi mapear e analisar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados e, a partir disso, identificar o potencial de aplicação dessas práticas nas unidades escolares da SEE/MG. A pesquisa também teve como objetivo entender as barreiras e desafios da implementação dessas práticas em diferentes contextos.

Teorias: As principais teorias que embasam este estudo são as de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, com destaque para os trabalhos de Botsman e Rogers (2010), que tratam do papel das plataformas digitais na mediação de práticas colaborativas, e Belk (2014), que explora o conceito de Consumo Colaborativo como uma forma de compartilhamento de bens e serviços baseada em confiança social e interações não comerciais.

Método: O estudo utilizou a metodologia qualitativa, exploratória, com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2006). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores de três condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte e com gestores educacionais da SEE/MG. As entrevistas foram transcritas, codificadas e organizadas em categorias temáticas, o que permitiu uma análise detalhada das práticas colaborativas observadas e suas possíveis adaptações para o contexto escolar.

Resultados: Os resultados mostraram que as práticas de Economia Compartilhada, mediadas por tecnologias digitais, têm grande potencial de adaptação nas escolas da SEE/MG. Nos condomínios, o uso de aplicativos de reserva de veículos, de espaços comuns e compartilhamento de materiais são amplamente adotados. Já nas escolas, gestores apontaram que muitos recursos ociosos, como salas de aula e laboratórios, poderiam ser otimizados por meio de um sistema de compartilhamento. As principais barreiras à adoção foram identificadas como a resistência ao uso das tecnologias e a falta de formalização das práticas colaborativas.

Contribuições teóricas ou metodológicas: Teoricamente, esta pesquisa amplia a aplicação dos conceitos de Economia Compartilhada para o ambiente educacional, sugerindo que as mesmas práticas utilizadas em condomínios podem ser adaptadas para o contexto escolar. Metodologicamente, o estudo contribui ao empregar a Análise de Conteúdo de forma a estruturar e sistematizar os dados qualitativos, oferecendo uma visão comparativa entre dois contextos distintos.

Contribuições gerenciais e/ou sociais: Do ponto de vista gerencial, a pesquisa oferece percepções para gestores educacionais sobre a potencialidade de implementação de plataformas digitais para o compartilhamento de recursos e otimizar o uso de espaços e materiais ociosos nas escolas. Socialmente, as práticas de Economia Compartilhada promovem a integração e a colaboração entre diferentes grupos, tanto em condomínios quanto em escolas, incentivando uma cultura de sustentabilidade e uso eficiente de recursos.

Palavras-chave: Economia Compartilhada. Consumo Colaborativo. Educação. Tecnologia. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Adherence to the Research Line: This research aligns with the Innovation and Knowledge Management research line, focusing on innovation management. The study investigates Shared Economy and collaborative consumption practices, already applied in gated communities, which can be adapted to the context of the units within the Minas Gerais State Department of Education (SEE/MG). The research explores innovative models of resource sharing and collaborative organization, aiming to generate efficiency and sustainability in educational environments.

Objective: The main objective was to map and analyze Shared Economy and collaborative consumption practices in gated communities and, from there, identify the potential application of these practices in the school units of SEE/MG. The research also aimed to understand the barriers and challenges of implementing these practices in different contexts.

Theories: The key theories supporting this study are those of the Shared Economy and Collaborative Consumption, highlighting the works of Botsman and Rogers (2010), who address the role of digital platforms in mediating collaborative practices, and Belk (2014), who explores the concept of collaborative consumption as a form of sharing goods and services based on social trust and non-commercial interactions.

Method: The study employed a qualitative, exploratory methodology, based on Bardin's Content Analysis (2006). Semi-structured interviews were conducted with residents of three gated communities in the Metropolitan Region of Belo Horizonte and with educational managers from SEE/MG. The interviews were transcribed, coded, and organized into thematic categories, allowing for a detailed analysis of the collaborative practices observed and their possible adaptations for the school context.

Results: The results showed that Shared Economy practices, mediated by digital technologies, have great potential for adaptation in SEE/MG schools. In the gated communities, the use of apps for vehicle reservations, common spaces, and material sharing is widely adopted. In schools, managers pointed out that many idle resources, such as classrooms and laboratories, could be optimized through a sharing system. The main barriers to adoption were identified as resistance to technology use and the lack of formalization of collaborative practices.

Theoretical or Methodological Contributions: Theoretically, this research broadens the application of Shared Economy concepts to the educational environment, suggesting that the same practices used in gated communities can be adapted to schools. Methodologically, the

study contributes by employing Content Analysis to structure and systematize qualitative data, offering a comparative view between two distinct contexts.

Managerial and/or Social Contributions: From a managerial perspective, the research provides insights for educational managers about the potential implementation of digital platforms for resource sharing, which could optimize the use of idle spaces and materials in schools. Socially, Shared Economy practices promote integration and collaboration between different groups, both in communities and schools, fostering a culture of sustainability and efficient resource use.

Keywords: Shared Economy. Collaborative Consumption. Education. Technology. Sustainability.

RESUMEN

Alineación con la Línea de Investigación: Esta investigación se alinea con la línea de investigación de Innovación y Gestión del Conocimiento, enfocándose en la gestión de la innovación. El estudio investiga las prácticas de Economía Compartida y Consumo Colaborativo, ya aplicadas en condominios cerrados, que pueden ser adaptadas al contexto de las unidades de la Secretaría de Educación de Minas Gerais (SEE/MG). La investigación explora modelos innovadores de compartición de recursos y organización colaborativa, buscando generar eficiencia y sostenibilidad en entornos educativos.

Objetivo: El objetivo principal fue mapear y analizar las prácticas de Economía Compartida y Consumo Colaborativo en condominios cerrados y, a partir de eso, identificar el potencial de aplicación de estas prácticas en las unidades escolares de la SEE/MG. La investigación también tuvo como objetivo comprender las barreras y desafíos para implementar estas prácticas en diferentes contextos.

Teorías: Las principales teorías que sustentan este estudio son las de Economía Compartida y Consumo Colaborativo, destacando los trabajos de Botsman y Rogers (2010), que abordan el papel de las plataformas digitales en la mediación de prácticas colaborativas, y Belk (2014), quien explora el concepto de Consumo Colaborativo como una forma de compartir bienes y servicios basada en la confianza social y las interacciones no comerciales.

Método: El estudio utilizó una metodología cualitativa, exploratoria, basada en el Análisis de Contenido de Bardin (2006). Se realizaron entrevistas semiestructuradas con residentes de tres condominios cerrados de la Región Metropolitana de Belo Horizonte y con gestores educativos de la SEE/MG. Las entrevistas fueron transcritas, codificadas y organizadas en categorías temáticas, lo que permitió un análisis detallado de las prácticas colaborativas observadas y sus posibles adaptaciones al contexto escolar.

Resultados: Los resultados mostraron que las prácticas de Economía Compartida, mediadas por tecnologías digitales, tienen un gran potencial de adaptación en las escuelas de la SEE/MG. En los condominios, el uso de aplicaciones para la reserva de vehículos, espacios comunes y el intercambio de materiales es ampliamente adoptado. En las escuelas, los gestores señalaron que muchos recursos ociosos, como aulas y laboratorios, podrían optimizarse mediante un sistema de compartición. Las principales barreras para la adopción fueron identificadas como la resistencia al uso de tecnologías y la falta de formalización de las prácticas colaborativas.

Contribuciones Teóricas o Metodológicas: Teóricamente, esta investigación amplía la aplicación de los conceptos de Economía Compartida al entorno educativo, sugiriendo que las mismas prácticas utilizadas en condominios pueden adaptarse al contexto escolar. Metodológicamente, el estudio contribuye al emplear el Análisis de Contenido para estructurar y sistematizar los datos cualitativos, ofreciendo una visión comparativa entre dos contextos distintos.

Contribuciones Gerenciales y/o Sociales: Desde una perspectiva gerencial, la investigación ofrece perspectivas para los gestores educativos sobre el potencial de implementar plataformas digitales para el intercambio de recursos, lo que podría optimizar el uso de espacios y materiales ociosos en las escuelas. Socialmente, las prácticas de Economía Compartida promueven la integración y la colaboración entre diferentes grupos, tanto en condominios como en escuelas, fomentando una cultura de sostenibilidad y uso eficiente de los recursos.

Palabras clave: Economía Compartida. Consumo Colaborativo. Educación. Tecnología. Sostenibilidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Convergência das Práticas de Economia Compartilhada	166
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Impactos da Economia Compartilhada segundo Fórum Econômico Mundial.....	36
Tabela 2 - Plataformas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo	40
Tabela 3 - Contribuições de Belk (2011-2023) e Botsman e Rogers (2010, 2011)	48
Tabela 4 - Principais Características da Economia Compartilhada, Colaborativa e do Consumo Colaborativo	52
Tabela 5 - A Natureza das Plataformas Digitais.....	55
Tabela 6 - Iniciativas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na educação	57
Tabela 7 - Organograma Metodológico.....	62
Tabela 8 - Tópico Guia da Primeira Etapa: Entrevistas nos Condomínios	72
Tabela 9 - Tópico Guia da Segunda etapa: Entrevistas nas Unidades da SEE/MG	73
Tabela 10 - Índices da Pré-análise com base nas Categorias Principais	77
Tabela 11 - Perfil Social dos Entrevistados dos Condomínios.....	83
Tabela 12 - Perfil Social dos Entrevistados da SEE/MG	89
Tabela 13 - Categorias derivadas do Mapeamento e Caracterização das Práticas nos Condomínios.....	94
Tabela 14 - Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Grand Resort Pampulha	100
Tabela 15 - Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara	110
Tabela 16 - Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Balneário Solar da Lagoa.....	115
Tabela 17 - Síntese do Mapeamento das Práticas e Características da Economia Compartilhada por Condomínios	121
Tabela 18 - Tecnologia Como Facilitadora	126
Tabela 19 - Mapeamento dos Apps e Plataformas Usados nos Condomínios	129
Tabela 20 - Principais Motivações para o compartilhamento nos Condomínios	132
Tabela 21 - Principais desafios para o compartilhamento nos Condomínios.....	142

Tabela 22 - Categorias: Potencial e o Impacto da Implementação.....	149
Tabela 23 - Categorias: Práticas Existentes na SEE/MG	151
Tabela 24 - Avaliação de Potencialidade e Impacto da Implementação	156

LISTA DE ANEXOS

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas.....	187
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	190
APÊNDICE C - Vídeo usado na Técnica de Vídeo-Elicitação	192
APÊNDICE D - Aplicativos de Compartilhamento usados no Condomínio Grand Resort Pampulha	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

App	Aplicativo
B2B	<i>Business-to-business</i> (de empresa para empresa – tradução livre)
CEE	Comunidade Econômica Europeia
OSC	Organizações da Sociedade Civil
P2P	<i>Peer-to-peer</i> (entre pares ou par a par – tradução livre)
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-MG)
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte.
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Objetivo Geral	27
1.2 Objetivos Específicos	27
1.3 Justificativa.....	27
1.3.1 Justificativa Acadêmica.....	27
1.3.2 Justificativa Social.....	29
1.3.3 Justificativa Organizacional	30
1.4 Adequação à Linha de Pesquisa	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 Economia Compartilhada	33
2.1.1 Consumo Colaborativo e Economia Colaborativa	43
2.1.2 A Economia Compartilhada, Educação, Sustentabilidade e Tecnologia.....	53
3 METODOLOGIA.....	60
3.1 Abordagem, tipo e método de pesquisa.....	62
3.2 Unidades de observação e sujeitos de pesquisa.....	63
3.3 Procedimentos para coleta de dados	67
3.4 Técnicas de análise de dados	75
4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS	81
4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados e Cenários da Pesquisa.....	82
4.1.1 Entrevistados da Primeira Etapa.....	82
4.1.2 Entrevistados da Segunda Etapa.....	88
4.2.3 Percepções Sobre o Uso da Técnica Vídeo- Elicitação	92
4.2 Mapeamento e Caracterização das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios	93
4.2.1 Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios	99
4.2.2 Tecnologia Como Facilitadora	124
4.3 Identificação das motivações e dos desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios	131

4.3.1	Motivações para o compartilhamento nos Condomínios	132
4.3.2	Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios	141
4.4	Análise do potencial e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada na SEE/MG	149
4.4.1	Potencial de Aplicação das Práticas na SEE/MG	149
4.4.2	Impacto da Implementação das Práticas na SEE/MG	155
4.5	Triangulação das Práticas	160
4.5.1	Economia Compartilhada em Ambientes Residenciais: Análise dos Condomínios	160
4.5.2	Economia Compartilhada em Unidades da SEE/MG	163
4.5.3	Convergência das Práticas de Economia Compartilhada	164
4.5.4	Resultados.....	167
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	REFERÊNCIAS	182

1 INTRODUÇÃO

A economia mundial vem passando por intensas mudanças, provenientes da esfera social, política e tecnológica. A complexa dinâmica e rápida mutação dos mercados exige das pessoas e empresas o desenvolvimento de inovações nos negócios e a busca por novas formas de economia. O crescimento urbano, resultado do desenvolvimento econômico e da industrialização – seguindo os parâmetros da economia e do consumo lineares, levou à expansão desordenada das cidades, à excessiva utilização dos recursos naturais, à produção massiva de resíduos, às emissões de gases tóxicos e à devastação dos recursos hídricos, culminando em uma crise ambiental sem precedentes (Belk, 2014; Schor, 2014; Rifkin, 2014; Barile et al. 2021).

A crescente preocupação acerca da responsabilidade social e ambiental cultivada pela sociedade contemporânea tem suscitado questionamentos sobre os rumos do desenvolvimento humano, especialmente no que tange ao consumo exacerbado (Botsman & Rogers, 2010; Belk, 2014; da Silveira, 2016; Barile et al. 2021). Paralelamente, nas últimas décadas, mudanças significativas nas formas de viver, trabalhar, consumir e comunicar têm ocorrido de maneira acelerada e disruptiva. Esse cenário de transformação é amplamente impulsionado pelo avanço das tecnologias digitais, que têm possibilitado o desenvolvimento de plataformas *online* voltadas para o compartilhamento de bens e serviços (Belk, 2010; Viana & Cunha, 2024).

Nesse cenário, emerge a Economia Compartilhada, também referida como Economia do Compartilhamento ou Economia da Partilha - uma das formas mais primitivas de relação e distribuição econômica, produzida e desenvolvida pelas sociedades, desde o escambo até as trocas comerciais mais sofisticadas e tecnológicas intrínsecas à história da humanidade (Belk, 2010; Khalek, e Chakraborty, 2023). A Economia Compartilhada pode ser compreendida como uma nova vertente do capitalismo que se fundamenta no compartilhamento de recursos entre indivíduos (Botsman & Rogers, 2010). As transformações provenientes dessa nova tendência são de tamanha intensidade que Rifkin (2016) chega a defender que ela simboliza o nascimento de um novo modelo de produção pós-capitalista. Sem compartilhar, é duvidoso que a espécie humana teria sobrevivido (Belk, 2010 e 2023).

Nessa nova vertente do capitalismo, a Economia Compartilhada caracteriza-se por dois aspectos basilares: em primeiro lugar, ela utiliza da *internet* como o núcleo para a realização das atividades e; em segundo, o caráter comercial das transações, no qual o compartilhamento dos ativos gera valor (Giovanini, 2020). Representa um campo de pesquisa relevante e em expansão que abrange amplas relações de consumo, com práticas que cresceram

exponencialmente na última década. As interações vão desde o compartilhamento de recursos domésticos e posses familiares até a troca de arquivos e direitos de propriedade intelectual. Esse processo se intensifica com o avanço da inteligência artificial e da indústria 4.0 (Giovanini, 2020). Assim, essa maneira diferente de fazer negócios tem se expandido por diversas áreas da economia, amparadas na redução de consumo, no uso das novas tecnologias e na preservação ambiental.

Parte da literatura, limita o fenômeno às relações de intercâmbio baseadas nas plataformas digitais colaborativas, enquanto outra parte considera que o fenômeno extrapola esses limites (Patiño, 2017). A nomenclatura mais usual que se emprega para se referir aos intercâmbios baseados no uso da *internet* é a de economia de compartilhamento – *sharing economy* – que, em espanhol, se identificou de forma similar, e diferenciada na literatura anglo-saxônica como Economia Colaborativa – *Collaborative economy* (Patiño, 2017).

Na literatura brasileira, a diferenciação entre os termos carece de consenso entre os estudiosos da Economia Compartilhada (Schor, 2016; Patiño, 2017; Kumar et al., 2018; Fitzmaurice et al., 2020; Shmidt, 2023; Viana & Cunha, 2024).

A distinção e a relação entre Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo são fundamentais para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de consumo e compartilhamento de recursos. Mas, Belk (2014) considera que o Consumo Colaborativo, um subconjunto da Economia Compartilhada, concentra-se no compartilhamento de bens e serviços entre pares, em oposição à posse individual. Essa definição é adotada no desenvolvimento desta pesquisa, na qual Economia e Consumo Colaborativos serão entendidos como modalidades inter-relacionadas. Do ponto de vista acadêmico, faz-se mais sensato considerar a Economia Compartilhada como um conjunto abrangente e o Consumo Colaborativo como um subconjunto específico. Botsman e Rogers (2011) complementam esse entendimento ao enfatizarem que o Consumo Colaborativo representa uma faceta da Economia Compartilhada, centrada nas interações ponto a ponto entre indivíduos, facilitadas por plataformas tecnológicas. (Botsman e Rogers, 2011)

A Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo são, portanto, duas formas de troca e de consumo mais populares dentro do contexto da *Web 2.0*, que revolucionaram o modo como os consumidores acessam produtos e serviços (Minami, 2021). A *Web 2.0* é um conceito que se refere à evolução da *internet* de uma plataforma estática para um ambiente dinâmico e interativo, em que os usuários consomem, criam e compartilham conteúdo. Essa discussão inicial é feita no artigo de O'Reilly (2005) sobre *Web 2.0*, que explora a evolução da *web* e suas implicações para o *design* de *software* e modelos de negócios. Ele destaca como a *Web 2.0*

transforma a *internet* em uma plataforma dinâmica que aprimora a interação e a colaboração dos usuários (O'Reilly, 2005). As pesquisas que permeiam essa temática são, relativamente, recentes, pois, somente a partir de 2012, foi identificado um número frequente e crescente de publicações sobre Consumo Colaborativo e Economia Compartilhada (Silveira, 2016). Contudo, nota-se a ausência de resgate das publicações referentes ao modelo de negócio, no contexto da Economia Compartilhada (Viana & Cunha, 2024).

Dessa forma, o avanço da Economia Compartilhada também emerge reforçando três tendências principais: um modelo promissor para a sustentabilidade, oferecendo soluções inovadoras a fim de suprir as necessidades de um número cada vez maior de pessoas; a amplificação do potencial dos recursos por meio da tecnologia e da inovação, permitindo a otimização e o uso eficiente de bens e serviços; e o amadurecimento significativo nos últimos anos, impulsionado pela integração com a tecnologia e gerando impactos socioeconômicos relevantes. O impacto socioeconômico decorrente do desenvolvimento desse modelo de economia é fruto da coalizão desta com a tecnologia. Em vista disso, as chamadas “plataformas de compartilhamento” geram benefícios para todos os envolvidos, sobretudo no que tange ao acesso dos bens e dos serviços. (Schmidt, 2023; Reato, 2023).

Os condomínios fechados, nessa perspectiva, buscam implantar Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo como economia de recursos e iniciativas de sustentabilidade, ou ainda, como um diferencial de *Marketing* para venda de unidades habitacionais. Os espaços mais valorizados pela sociedade são os que usufruem de melhores serviços de infraestrutura urbana, geralmente possuem alugueis mais elevados e apresentam amenidades naturais e/ou socialmente produzidas (Silva, 2020). Um condomínio é considerado pessoa jurídica sem fins lucrativos, com renda promovida pela cota condominial. De maneira especial, os condomínios fechados são unidades habitacionais em andares sobrepostos, que se caracterizam por edificações multifamiliares, otimizando o espaço urbano e oferecendo moradia para um número significativo de pessoas. No caso dos condomínios verticais, trata-se de prédio único, no formato de uma ou diversas torres, que podem ser: residencial, comercial ou ambos (Amaral, et al. 2020; Quadraimob, 2023).

Nos condomínios urbanos, a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo podem oferecer diversas oportunidades para otimizar recursos, reduzir custos e promover a sustentabilidade (Gansky, 2010). Desse modo, um sistema de Economia Compartilhada e Colaborativa em condomínio representa uma forma de potencializar os serviços disponíveis no prédio, e ainda, uma maneira de trazer mais conveniência, bem-estar e qualidade de vida para os condôminos (Anderáos, 2023). Várias são as pessoas atraídas pela tendência ou novidade

das plataformas, das questões ambientais e sociais, e, em especial, alguns dos moradores de condomínios fechados, motivados pela facilidade do compartilhamento de, por exemplo, veículos terrestres ou aquáticos. Além da novidade e da atração das novas tecnologias, os participantes tendem a ser motivados por fatores econômicos, ambientais e sociais (Schor, 2014).

A literatura identifica diversas práticas inovadoras das quais várias já se encontram implementadas em condomínios do Brasil e no mundo, parcialmente ou na sua totalidade, a saber: o compartilhamento de infraestrutura - espaços comuns, ferramentas, serviços de limpeza e jardinagem (Bardhi & Eckhardt, 2012; Frenken & Schor, 2017); o Consumo Colaborativo: compra e venda de produtos usados, aluguel de espaços para eventos, caronas e sistemas de entrega compartilhada (Belk, 2014; Schor, 2014) e; as plataformas digitais – aplicativos (Apps) para gestão de tarefas, comunicação entre moradores, organização de eventos e serviços compartilhados (Botsman & Rogers, 2010; Gansky, 2010).

Desse modo, as economias compartilhada e colaborativa nos condomínios englobam atividades muito diversificadas que permitem compartilhar desde tempo e habilidades, vagas de estacionamento, brinquedos ou embarcações e, até mesmo, sistemas de energia solar. Com base nessas informações, surgiram algumas reflexões sobre as práticas dessa economia e do consumo que são utilizados nos condomínios. Tendo em vista esses contextos, optou-se por investigar os condomínios urbanos que utilizam alguma abordagem de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo que fazem uso do dinheiro e outras o substituem pelo escambo ou por moedas alternativas de maior ou menor difusão (Patiño, 2017).

Diante desse cenário de práticas identificadas nos condomínios fechados, considerou-se a possibilidade da aplicação nas Unidades da SEE/MG, sejam elas da administração ou nas Escolas Estaduais, que podem representar uma estratégia, a otimizar recursos e oferecer serviços mediante o melhor aproveitamento do espaço público. Cabe ressaltar que as escolas possuem espaços que podem ser compartilhados para atividades tais como salas de música, teatro, biblioteca ou quadras de esportes, maximizando o uso dos recursos físicos e deixando-os multifuncionais. E, ainda, se as escolas poderiam compartilhar materiais didáticos, como livros e equipamentos, recursos tecnológicos, como computadores e acesso à *internet*, para beneficiar alunos, professores e a comunidade de forma geral.

A exemplo do aproveitamento do espaço, com vistas ao Consumo Colaborativo e à Economia Compartilhada, as bibliotecas poderiam ser usadas para treinamentos, capacitações, oficinas, serviços de consultoria, serviços de impressão, de recepção, entre outros, cabendo,

então, à biblioteca mensurar, a partir de seus espaços disponíveis, quais serviços poderiam ofertar em um espaço *coworking* (Vieira, et al. 2021).

Esta pesquisa se justifica pela crescente relevância da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo nas dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas, bem como pela lacuna identificada na literatura sobre a aplicação desses modelos em condomínios urbanos fechados e no setor educacional. Academicamente, o estudo contribuirá para o conhecimento científico sobre a aplicação desses conceitos na educação, com foco nas unidades da SEE/MG. Socialmente, espera-se que os resultados impactem no desenvolvimento de soluções inovadoras para a gestão de recursos, promoção da sustentabilidade e melhor interação entre comunidades. Do ponto de vista organizacional, a pesquisa poderá oferecer percepções valiosas para a SEE/MG e para empresas do segmento de administração de condomínios, potencialmente contribuindo para a obtenção de soluções mais eficientes e produtivas no setor educacional.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando o método de estudo de casos múltiplos. As unidades de observação incluem três condomínios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais e 7 unidades da SEE/MG, abrangendo desde a Subsecretaria de Administração até escolas específicas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, e foi utilizada a técnica de 'vídeo elicitação', com definição de fechamento amostral por saturação teórica.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de Análise de Conteúdo, buscando identificar padrões e *insights* relevantes para responder à questão de pesquisa e atingir os objetivos propostos. Assim, este estudo, visou investigar se a Economia Compartilhada é uma abordagem tanto em condomínios fechados e se pode ser nas Unidades da SEE/MG.

À medida que as interações sociais e econômicas se moldam, torna-se fundamental analisar as implicações mais amplas e a aplicabilidade da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo nos diversos setores. Diante do exposto, tem-se como pergunta norteadora desta pesquisa: **Quais as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apresentam potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG?**

O uso da palavra "prática" no contexto desta pesquisa foi crucial para transmitir a essência da implementação da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo. Ao referir a "práticas", este estudo buscou destacar a importância das ações concretas e dos métodos aplicados em condomínios fechados, permitindo uma análise detalhada de como essas economias compartilhadas são efetivamente implementadas. Além disso, o foco nas práticas

reforçou a aplicabilidade dos achados para gestores e educadores que buscam otimizar recursos e promover sustentabilidade em ambientes escolares.

Tendo em vista as considerações supra citadas, para responder a pergunta de pesquisa, foram delimitados os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Investigar quais as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG.

1.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, foram delimitados três objetivos específicos a serem explorados:

- Mapear e caracterizar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios.
- Identificar as motivações e os desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios.
- Analisar o potencial da aplicação e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG.

1.3 Justificativa

1.3.1 Justificativa Acadêmica

A escolha deste tema de pesquisa se fundamentou na crescente relevância da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo como elementos cruciais nas dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. Reduzir o consumo de matérias-primas e a geração de resíduos, além de estimular a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, são premissas dessas formas de economias que instigam e aguçam o interesse em investigar o seu funcionamento. É fato que a compreensão desses modelos econômicos é bastante relevante para enfrentar os desafios da sociedade em relação à economia e ao consumo desenfreado da sociedade contemporânea. Diante disso, esta pesquisa espera contribuir com o conhecimento científico

sobre a aplicação da Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na educação, com foco nas unidades da SEE/MG. Ela, também, mostra-se propensa a colaborar com as várias áreas da ciência, tais como: Administração, Gestão da Inovação, Economia, Educação e *Marketing*. As pesquisas acadêmicas sobre esse novo fenômeno estão, apenas, emergindo e parecem se conduzir em diferentes direções (Benoit, 2017).

Os Condomínios concentram várias formas de utilização tanto da Economia Compartilhada quanto do Consumo Colaborativo, no mesmo local, disponibilizados aos condôminos com acesso facilitado a bicicletas compartilhadas, *coworking*, espaço massagem, espaço mulher, *pet care*, *pet place*, carro compartilhado para aluguel no condomínio que são alguns dos compartilhamentos presentes no Condomínio *Grand Resort Pampulha*, por exemplo (Novolar, 2024). Diante da concentração de práticas inovadoras, os condomínios fechados oferecem um contexto específico e propício para investigação e análise, pois tais espaços são recortes espaciais sociais que refletem as transformações nas formas de convivência, consumo e educação. Muitas vezes com apelo à dimensão ambiental outras pela dimensão econômica tais serviços chamam a atenção, notadamente, nas faixas etárias mais jovens (Mann, et al., 2018). Em especial, em um contexto urbano como Belo Horizonte, onde os condomínios verticais se multiplicam, explorar o potencial desse modelo se torna ainda mais relevante. Contudo, não é objetivo desta pesquisa comparar os Condomínios fechados e de alto padrão com as Escolas da SEE/MG, mas, sim, investigar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nesses espaços para analisar os que tenham propensão de aplicação em uma ou mais unidades da SEE/MG.

Especificamente, sobre o contexto da Economia Compartilhada em condomínios, na perspectiva que se pretende investigar nesta pesquisa, em condomínios urbanos fechados, não foram localizados, até o momento, artigos ou livros na literatura internacional e nem na literatura nacional. Essas evidências parecem apontar para uma lacuna teórica e a oportunidade de desenvolver estudos em condomínios que se utilizam da Economia Colaborativa ou compartilhada, ou ainda o Consumo Colaborativo sob o ponto de vista da inovação e da sustentabilidade e foco na aplicação na SEE/MG. Há uma lacuna quanto à sistematização das publicações que tratem do modelo de negócios das plataformas, no contexto amplo da Economia Compartilhada, uma vez que os estudos se encontram bastante fragmentados (Viana & Cunha, 2024).

O levantamento bibliográfico foi realizado entre setembro de 2023 e maio de 2024, considerando um período de busca dos últimos doze anos, que culminaram em resultados um pouco mais expressivos, a partir das chaves de busca em português, inglês e espanhol, como

segue. Em português foram usadas para busca as seguintes expressões: Economia Compartilhada, Economia da Partilha, Economia do Compartilhamento, Economia Colaborativa, Consumo Colaborativo, Consumo Sustentável, Consumo Compartilhado e Economia Sustentável, Economia Verde, Bioeconomia, aplicação de modelos de Economia Compartilhada nas Escolas, Práticas de Consumo Colaborativo nas Escolas. Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo na Educação. Para a língua inglesa pesquisou-se os vocábulos: *sharing economy of condominium or residential community*, *collaborative consumption*, *Collaborative economy* e, *learning platforms in sharing economy*, *education in the sharing economy and collaborative consumption*. Já em espanhol, se baseou nas palavras chaves de Patiño (2017): *economía compartida*, *Economia Colaborativa e Economia Colaborativa* e, *educación en economía compartida y en Consumo Colaborativo*. as buscas foram realizadas em diferentes bases acadêmicas, como *google scholar*, *scopus*, *web of science*, *sciencedirect*, *scientific periodicals electronic library* (spell); *scientific eletronic library online* (scielo).

1.3.2 Justificativa Social

A Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo incentivam a reutilização, o compartilhamento e o descarte consciente de recursos, promovendo práticas mais sustentáveis. A Economia Compartilhada beneficia muitos setores da sociedade buscando promover a eficiência e o uso mais inteligente dos recursos disponíveis. Tanto ela, quanto o Consumo Colaborativo emergem como novos modelos socioeconômicos, desafiando os modelos tradicionais de produção, consumo e propriedade (Botsman & Rogers, 2010; Schor, 2014).

Com grande potencial para transformar diversos setores, incluindo a educação, ao promover a utilização compartilhada de bens e serviços, esses modelos podem gerar diversas vantagens: a redução de custos, sustentabilidade ambiental, fortalecimento da comunidade escolar, uso de plataformas digitais e modelos colaborativos na educação, criando soluções inovadoras para o ensino e a aprendizagem. Essa mudança é impulsionada por fatores como o avanço das tecnologias digitais, a crescente consciência ambiental e a busca por soluções mais eficientes e acessíveis (Belk, 2014; Rifkin, 2014).

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam ter impacto no fortalecimento e no desenvolvimento de soluções inovadoras para a gestão de recursos, a promoção da sustentabilidade e a melhor interação entre as comunidades, em especial, as comunidades

formadas nos condomínios e as comunidades escolares. Acredita-se, ainda, que elas contribuam na discussão da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo buscando a preservação do meio ambiente, a redução do impacto ambiental, especialmente, no contexto das atividades educacionais e a construção de uma sociedade mais sustentável.

1.3.3 Justificativa Organizacional

Justifica-se o presente estudo, particularmente, para os aspectos organizacionais da SEE/MG assim como para as empresas do segmento de administração de condomínios, seus gestores e interessados na área, podendo vir a contribuir para a confirmação das práticas das Economias Compartilhada e Colaborativa na obtenção de soluções inovadoras, mais eficiência e produtividade para o setor educacional, especialmente, nas escolas do Estado de Minas Gerais, ressaltando-se a importância do referido setor para a economia e geração de empregos no país.

As práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo implementados em condomínios fechados podem servir como base para o desenvolvimento de soluções inovadoras, a fim de otimizar a gestão de recursos e promover a sustentabilidade nas unidades da SEE/MG. Este estudo visa contribuir com a identificação e análise de práticas inovadoras da Economia Compartilhada e Colaborativa que possam incrementar a eficiência e a produtividade do setor educacional público (Sundararajan, 2016; Schor, 2014).

A SEE/MG já demonstra iniciativas alinhadas com esses conceitos, como exemplificado pelo programa de "carona solidária" entre servidores – aquele que dispõe de lugares em seu veículo é incentivado a oferecer carona aos demais. No que concerne à gestão, notadamente, com o Projeto SOMAR¹ que implementa a gestão compartilhada de escolas estaduais em parceria com organizações da sociedade civil (OSCs) (SEE/MG, 2024).

Em relação ao Consumo Colaborativo sustentável na educação, Schor (2014) explora as interconexões entre o compartilhamento de recursos e a promoção do desenvolvimento sustentável. A discussão sobre a aplicação desses princípios na educação revela a necessidade de uma abordagem holística que considere não apenas o aspecto econômico, mas também as dimensões sociais e ambientais. As bases de dados eletrônicas são ferramentas promotoras de conhecimento e possibilitam o compartilhamento (Belk, 2014; Botsman & Rogers, 2010).

¹ Trata-se de parceria celebrada para gestão compartilhada de unidades de ensino que se concretiza pela soma de esforços da Secretaria de Estado de Educação e da Organização selecionada para executar essa gestão (SEE/MG - Edital de Chamamento Público nº 4/2021).

A implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG representa uma inovação social com potencial para transformar a forma como os recursos educacionais são utilizados. O compartilhamento de recursos, como os financeiros, as provisões, as propriedades e serviços entre as unidades da SEE/MG e a comunidade, pode promover a colaboração, o senso de comunidade e a integração entre os diferentes atores do processo educacional, contribuindo para a criação de um ambiente escolar mais positivo, inclusivo e engajador para todos.

Ademais, vislumbra-se que a otimização da gestão de recursos por meio da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo resulte em uma economia significativa para a SEE/MG, liberando recursos que possam ser utilizados para outras prioridades da organização. Com isso, a otimização da gestão de recursos, por meio da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo, pode gerar economia de custos para as unidades da SEE/MG, liberando recursos para serem investidos em outras áreas prioritárias da educação.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam ter impacto no fortalecimento e no desenvolvimento de soluções inovadoras para a gestão de recursos, para a promoção da sustentabilidade e para melhor interação entre as comunidades, em especial as comunidades formadas nos condomínios e as comunidades escolares. Tanto a Economia Compartilhada, quanto o Consumo Colaborativo podem promover a colaboração, a interação social e o senso de comunidade entre os membros da comunidade escolar. A implementação desses modelos nas unidades da SEE/MG pode contribuir para a criação de um ambiente mais positivo e acolhedor.

1.4 Adequação à Linha de Pesquisa

A presente dissertação insere-se na área de concentração “Organização e Estratégia” e foi desenvolvida dentro da linha de pesquisa “Estratégia, Inovação e Competitividade” do Programa de Mestrado em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, tendo como temática a “Gestão da Inovação.” Essa área de concentração dedica-se ao estudo e compreensão das práticas organizacionais e ao desenvolvimento e implementação de estratégias. Este trabalho alinha-se a essa proposta ao investigar os fenômenos emergentes da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo, que representam inovações nas práticas de negócios e de consumo, com potencial impacto na competitividade das organizações.

A investigação das dinâmicas de compartilhamento em condomínios e sua possível adaptação para o contexto educacional reflete, diretamente, sobre a criação e disseminação de

conhecimento em ambientes colaborativos, alinhando-se aos objetivos da linha de pesquisa. Ao utilizar o *Marketing* como base teórica, o estudo também aborda aspectos cruciais da inovação em serviços e da gestão do conhecimento no setor público educacional, explorando como novas abordagens de consumo e compartilhamento podem impactar, positivamente, a eficiência e a qualidade dos serviços educacionais. Assim, a proposta desta dissertação se insere, diretamente, nas discussões sobre “Inovação” e “Gestão do Conhecimento”, fornecendo uma análise profunda das dinâmicas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, e oferecendo percepções para a implementação estratégica dessas práticas em organizações modernas.

Por fim, a pesquisa proposta mostra uma forte aderência à área de concentração, à linha de pesquisa e à temática específica, e traz uma contribuição significativa para a compreensão e desenvolvimento da gestão da inovação em ambientes educacionais dentro do paradigma mais amplo de estrutura organizacional e competição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentada a construção do arcabouço teórico, que sustenta a presente pesquisa. Para tanto, serão exploradas as definições, conceitos e debates em torno da Economia Compartilhada (seção 2.1); Economia Colaborativa e do Consumo Colaborativo (seção 2.2), bem como suas convergências com o Desenvolvimento Sustentável (seção 2.3), distinguindo suas nuances e características.

2.1 Economia Compartilhada

A expressão Economia Compartilhada começou a ganhar destaque na virada do século XXI. É atribuída a Botsman e Rogers (2010) a popularização do conceito com o livro *What's Mine Is Yours: How Collaborative Consumption is Changing the Way We Live* (O Que é Meu é Cada Vez Mais Seu: A Ascensão da Economia Colaborativa – tradução livre), publicado no Brasil em 2011. A Economia Compartilhada está ancorada no excesso de bens de um participante, pessoas que queiram compartilhar esses bens, confiança entre desconhecidos, e o reconhecimento dos envolvidos na importância que este compartilhamento pode ter em uma comunidade. Botsman e Rogers (2010) são os pioneiros na popularização do conceito, porém várias ideias relacionadas podem ser rastreadas em décadas anteriores.

Uma das formas e modelos mais básicos de relação e distribuição econômica é o compartilhamento, produzido e desenvolvido pelas sociedades humanas, desde o escambo até as trocas comerciais mais modernas e tecnológicas (Belk, 2010). Uma definição consolidada da Economia Compartilhada é apresentada por Schlagwein et al. (2020) que contribui para uma compreensão mais clara do fenômeno. O autor percebeu o quanto a literatura, até o momento, oferece muitas definições, às vezes incompletas e conflitantes, e que isso torna difícil aos pesquisadores conduzirem um discurso coerente, compararem resultados e selecionarem casos apropriados. (Schlagwein et al., 2020)

Assim, fez-se uso de estratégias de integração semântica, trazendo para o debate uma contribuição de definição para a Economia Compartilhada: a Economia Compartilhada é um modelo *peer-to-peer*, facilitado pela tecnologia da informação para compartilhamento comercial ou não comercial de bens subutilizados ou capacidade de serviço por meio de um intermediário sem transferência de propriedade. (Schlagwein et al., 2020).

Belk (2010) define o compartilhamento como um tópico de pesquisa de consumo distinto, antigo e, cada vez, mais vital, que aborda uma ampla gama de questões de consumo,

que vai desde o compartilhamento de recursos domésticos versus bens familiares atomizados até o compartilhamento de arquivos versus direitos de propriedade intelectual. Habitualmente, emprega-se para referir aos intercâmbios baseados no uso da *internet* a expressão economia de compartilhamento (*sharing economy*), que em espanhol se identificou com uma similar, mas diferenciada na literatura anglo-saxônica (*Collaborative economy*) como é conhecida a Economia Colaborativa (Stokes, 2015).

Sánchez (2016) colabora com essa ideia afirmando: a expressão que adquiriu maior popularidade é “economia de compartilhamento” ou “Economia Compartilhada”, baseada na ideia de um ecossistema socioeconômico em que compartilha a criação, produção, distribuição, comércio e consumo de bens e serviços entre diferentes pessoas e organizações; mas o termo “partilha” pode ser enganador, uma vez que a Economia Colaborativa envolve pagamento e não somente uma simples troca. Sánchez (2016) analisa a Economia Colaborativa como um novo mercado para a economia social, apontando para seu potencial papel na promoção da inclusão e equidade econômica.

Diante de tudo isso, o velho adágio de que “somos o que possuímos”, talvez precise ser modificado para considerar novas formas de posse e usos que não envolvam propriedade (Belk, 2014). Em vez de comprar e possuir coisas, os consumidores querem ter acesso aos bens e preferem pagar pela experiência de usá-los temporariamente (Bardhi & Eckhardt, 2012). A literatura especializada destaca diversos benefícios socioambientais da Economia Compartilhada.

Botsman e Rogers (2010), pioneiros no estudo desse tema, destaca como benefícios sociais à comunidade: a Economia Compartilhada que promove a interação social e a criação de comunidades entre indivíduos com interesses em comum; outro benefício salientado pelos autores é o fortalecimento do capital social, criando laços de confiança e reciprocidade entre as pessoas; também a ampliação do acesso a bens e serviços para pessoas sem condições de comprá-los ou usá-los com pouca frequência e; o empreendedorismo e a geração de renda, pois criam novas oportunidades de trabalho e renda para indivíduos e microempreendedores. Essas tendências visam promover a sustentabilidade, reduzir o impacto ambiental e fomentar uma sociedade mais colaborativa e responsável (Barile et. al. 2021; Reato, 2023).

O compartilhamento faz bastante sentido prático e econômico para o consumidor, para o meio ambiente e a comunidade. Representa, ainda, uma dose de bom senso para os negócios que são suficientemente flexíveis, inovadores e com visão de futuro (Belk, 2014). Há um novo modelo de negócios baseado em compartilhamento em detrimento da posse de produtos e serviços, que acontece por meio das redes de relacionamentos e redes sociais. (Gansky, 2011).

Gansky (2011, 2010) oferece uma visão abrangente sobre os negócios compartilhados e destaca a importância da colaboração para o futuro dos negócios. Em sua obra “A Malha”, a autora explora potenciais transformações nos modelos de negócios em direção ao compartilhamento. Do mesmo modo, Schor (2014) reforça que a singularidade deste recente movimento econômico está no fato de que o compartilhamento ocorre e é mobilizado de acordo com os “movimentos e sabedoria das multidões”.

Nesse contexto, Belk (2010) explora o fenômeno do compartilhamento, fornecendo uma base teórica sólida para entender os aspectos psicológicos e culturais envolvidos no ato de compartilhar. O autor propõe a discussão de que o ato de compartilhar dissolve as fronteiras interpessoais colocadas pelo materialismo e pelo apego a posses. No entanto, esse compartilhamento é desafiado pela crescente comoditização do mercado. As atividades da Economia Compartilhada dividem-se em quatro grandes categorias: recirculação de bens, aumento da utilização de ativos duradouros, troca de serviços e partilha de ativos produtivos (Schor, 2014). Stokes (2015) oferece *insights* sobre a compreensão e moldagem da Economia Colaborativa, destacando a necessidade de uma abordagem progressiva para a inovação radical.

Fundamentado no relatório de pesquisa Mudança Profunda – Pontos de Inflexão Tecnológicos e Impactos Sociais, do Fórum Econômico Mundial de 2015, Schwab (2016) apresenta as mudanças tecnológicas, pontos de inflexão – conceito da matemática utilizado neste contexto como: momento em que certas mudanças tecnológicas específicas, que moldarão um futuro hiperconectado e digital, chegam à sociedade. Para o autor, os dez anos seguintes mostrariam profundas mudanças provocadas pela quarta revolução industrial.

Na Tabela 1, a seguir, intitulada "Impactos da Economia Compartilhada segundo Fórum Econômico Mundial", foi realizado o recorte dessas mudanças apresentadas para a Economia Compartilhada. Ela traz uma visão dos efeitos positivos e negativos da economia compartilhada, conforme sistematizado por Schwab (2016). Na coluna de Impactos Positivos, são destacados benefícios como o maior acesso a ferramentas e recursos físicos, melhores resultados ambientais devido à menor produção de bens, a disponibilidade de serviços mais personalizados, e a criação de economias secundárias, como motoristas de Uber que também entregam bens ou alimentos. Além disso, a economia compartilhada permite uma melhor utilização dos bens e reduz a necessidade de poupança para o uso de determinados recursos.

Por outro lado, a Tabela 1 também traz a coluna de Impactos Negativos e aponta desvantagens como a menor resistência financeira após a perda de emprego, o aumento de trabalhos temporários ao invés de empregos estáveis, e a dificuldade em mensurar essa economia "cinza". Também são mencionadas as oportunidades para abusos de confiança no

curto prazo e a redução do capital disponível no sistema. Esses pontos refletem tanto os benefícios quanto os desafios da economia compartilhada no contexto global (Schwab, 2016).

Tabela 1

Impactos da Economia Compartilhada segundo Fórum Econômico Mundial

Impactos Positivos	Impactos Negativos
▪ Maior acesso a ferramentas e outros recursos físicos úteis. ▪ Melhores resultados ambientais (menor produção e menos bens são necessários). ▪ Disponibilidade de serviços mais pessoais. ▪ Maior capacidade de viver sem fluxo de caixa (com menor necessidade de poupança para poder usar os bens). ▪ Melhor utilização dos bens. ▪ Menos oportunidades de abuso de confiança, possíveis pelos <i>feedbacks</i> diretos e públicos. ▪ Criação de economias secundárias (motoristas da Uber entregando bens ou alimentos).	▪ Menor resistência após a perda de emprego (por causa da poupança menor). ▪ Mais trabalhos contratados/baseados em tarefas (em vez do emprego em longo prazo, que normalmente é mais estável). ▪ Diminuição da capacidade de mensurar essa economia potencialmente cinza. ▪ Mais oportunidades para abusos de confiança em curto prazo. ▪ Menos capital de investimentos disponível no sistema.

Fonte: Informações sistematizadas a partir de Schwab (2016).

A Tabela 1 apresenta uma visão geral dos impactos, listados por Schwab (2016). Os pontos de inflexão fornecem um contexto fundamental, visto que sinalizam a aproximação de significativas alterações – ampliadas devido a sua natureza sistêmica – apontando a melhor forma de nos preparar para respondermos a elas.

Schwab (2016) também destaca descritores classificados como desconhecidos, ou positivos e negativos: mudança em relação à propriedade de bens; outros modelos com base em assinatura; menos poupança; falta de clareza a respeito do significado de “riqueza” e “bem de vida”; menor clareza sobre o que constitui o “trabalho”; limitações para mensurar essa economia potencialmente “cinza” e; ajuste da tributação e regulamentos baseados na propriedade e vendas com base no uso.

Ele também considera algumas mudanças em ação, especialmente uma noção particular de propriedade subordinada a esse desenvolvimento que se reflete nas questões analisadas com base em dados de 2016: a maior varejista não possui uma única loja? (*Amazon*); o maior provedor de quartos não possui um único hotel? (*Airbnb*); e o maior provedor de transporte não possui um único veículo? (*Uber*). A partir daí, surgiram diferentes modelos de negócio respaldados na ideia de compartilhamento, troca ou empréstimo. Do mesmo modo, a economia local é estimulada, uma vez que a Economia Compartilhada contribui para o desenvolvimento

da economia local, pois os recursos gerados pelas plataformas e empresas são reinvestidos na comunidade (Gansky, 2010).

Botsman e Rogers (2010) também identificam benefícios ambientais dessa modalidade de economia como, por exemplo, a redução da emissão de gases de efeito estufa - eficiência no uso de recursos; a diminuição do consumo de energia, água e materiais, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa – a redução da pegada ambiental e recursos naturais; o incentivo ao uso prolongado de bens, diminuindo o descarte prematuro, a obsolescência programada e a geração de resíduos - extensão da vida útil dos produtos e; por fim, a promoção de um consumo mais consciente e responsável, com foco na sustentabilidade e a minimização do desperdício como benefícios potenciais – uma mudança de comportamento (Botsman e Rogers, 2010).

Os autores também apresentam alguns exemplos práticos em seu livro como: a) aluguel de roupas e acessórios: Diminui a necessidade de compra constante de novos itens, reduzindo o consumo têxtil e o descarte de roupas. b) Caronas: Reduzem o número de carros nas ruas, diminuindo a poluição do ar e o congestionamento. c) Consumo de energia renovável: Plataformas que permitem a compra e venda de energia solar entre indivíduos incentivam a geração e o uso de energia limpa. (Botsman e Rogers, 2010).

Há alguns anos, seria improvável pensar que o compartilhamento de viagens ou de tempo nos bancos acabariam no topo das agendas das decisões políticas e dos legisladores? Porém, à medida que um número, cada vez, mais diversificado de organizações recorrem às tecnologias da *internet* para disponibilizar a capacidade ociosa de bens, competências e outros assuntos. O intuito não é gerar lucro por meio de empresas, mas sim encontrar soluções sem a necessidade de novas aquisições.

Essa nova tendência de consumo está associada à afirmação de Belk (2013), reforçada na seguinte frase: “Em vez de comprar e possuir coisas, os consumidores querem ter acesso aos bens e preferem pagar pela experiência de acessá-los temporariamente”. Ademais, a Economia Compartilhada pode ser vista como uma evolução da Economia Tradicional, em que as empresas passam a oferecer serviços de compartilhamento, em vez de vender os produtos diretamente (Belk, 2013).

No entanto, alguns autores consideram que o fenômeno extrapola amplamente esses limites. Desse modo, a produção industrial é impactada, uma vez que a demanda por novos produtos diminui. Os legisladores e o público estão tentando encontrar sentido nessa tendência crescente e compreender as suas implicações mais amplas (Stokes, 2015). Portanto, se faz necessário que o desenvolvimento da Economia Compartilhada seja acompanhado de políticas públicas e iniciativas que assegurem sua sustentabilidade social e ambiental em longo prazo.

Para Patiño (2017), a falta de regulamentação e os impactos sociais negativos também exigem atenção e soluções. Pois mesmo com toda a inovação e grande potencial, a Economia Compartilhada não é isenta de seus desafios. Belk (2014) alerta para os riscos de precarização do trabalho, exploração dos trabalhadores e gentrificação urbana. Também Kenney & Zysman (2016) participam desse debate afirmando que questões como regulamentação, proteção dos trabalhadores, segurança dos usuários e impacto social negativo em alguns setores (como o de táxis) precisam ser cuidadosamente analisadas e solucionadas (Kenney & Zysman, 2016)

Corroborando, Botsman e Rogers (2010) afirmam que a Economia Compartilhada não é uma solução mágica para todos os problemas sociais e ambientais. Para esses autores, é preciso considerar os desafios e as limitações desse modelo, tais como: a precarização do trabalho: plataformas digitais podem explorar trabalhadores, oferecendo baixos salários e precárias condições de trabalho; a exacerbação das desigualdades – o acesso à Economia Compartilhada pode ser desigual, aprofundando as disparidades sociais e; os impactos regulatórios e jurídicos, visto que, a falta de legislação específica pode gerar insegurança jurídica e conflitos (Botsman & Rogers, 2010).

Rifkin (2014), na mesma linha, propõe que a Economia Compartilhada pode democratizar o acesso a bens e serviços, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades. Também a descentralização da produção e do consumo contribuem para uma distribuição mais equitativa da riqueza. Rifkin (2014) discute a sociedade do custo marginal zero, destacando como a *internet* das coisas e os *commons* colaborativos estão transformando os fundamentos do capitalismo. Ademais, impactos sociais negativos podem se fazer presente em alguns setores, como nos setores tradicionais da economia. Um exemplo de que a Economia Compartilhada pode ter um impacto social negativo em alguns setores tradicionais é o de transporte urbano – táxis (Kenney & Zysman, 2016).

Em relação à segurança dos usuários, plataformas online podem apresentar riscos à segurança dos usuários, como golpes, violência e crimes cibernéticos (Kenney & Zysman, 2016). É necessário que as plataformas adotem medidas para garantir a segurança dos seus usuários. A colaboração entre governo, empresas, sociedade civil e academia são essenciais para a solução dessas questões. A construção de um sistema econômico mais justo, sustentável e inclusivo exige a colaboração dos diferentes setores da sociedade (Kenney & Zysman, 2016).

Segundo Stokes (2015), muito embora as plataformas colaborativas tenham capturado a imaginação e conquistado muitos usuários nos últimos anos, elas não escaparam de batalhas judiciais, embates, inspiraram análises do governo e até provocaram alterações físicas. Não é mais apenas uma Economia Colaborativa agradável, de nicho, organizações e plataformas, mas,

nesse contexto, estão desafiando os operadores históricos e perturbando abordagens de longa data para negócios e prestação de serviços (Stokes, 2015).

Nóbrega & de Araújo (2020) indagam: será que a Economia Compartilhada é sustentável o suficiente para crescer e prosperar no futuro? Em seu artigo, os autores, investigaram os fatores críticos de sucesso por trás das perspectivas promissoras da Economia Compartilhada e concluíram que a Economia Compartilhada tem se mostrado como um modelo econômico sustentável (Nóbrega & de Araújo, 2020).

Vários são os fatores por trás dessa afirmação, como, por exemplo, uma nova classe de consumidores que emergem com um grande empenho em compartilhar; um modelo de negócio robusto; maior consciência de preços; uma crescente percepção da ecoeficiência na Economia Compartilhada; e um afluente setor *business-to-business* (B2B) que colabora para operar na máxima capacidade. Ao lado dos avanços em tecnologia da informação e engenharia de *software*, todos os fatores aqui anteriormente mencionados, especialmente a evolução das mídias sociais e das plataformas digitais, geram um ambiente singular para o crescimento e aceleração da Economia Compartilhada (Nóbrega & de Araújo, 2020).

A Tabela 2, intitulada "Plataformas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo", organiza as informações sobre as plataformas nacionais e internacionais que facilitam as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo. A primeira coluna, Plataforma, lista os nomes das principais plataformas, como Airbnb, Amazon e BlaBlaCar. A segunda coluna, Propósito, descreve a função de cada plataforma, como aluguel de acomodações (Airbnb) ou compartilhamento de bicicletas (BikeSampa). A terceira coluna, Link, fornece o endereço eletrônico para acessar cada plataforma. Por fim, a quarta coluna, Classificação, categoriza as plataformas dentro do conceito de Economia Compartilhada, e destacam como elas promovem o uso compartilhado de recursos e serviços.

Tabela 2

Plataformas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo

Plataforma	Propósito	Link	Classificação
Airbnb	Plataforma de aluguel de casas e acomodações	airbnb.com.br	Economia Compartilhada 
Amazon	Plataforma de <i>e-commerce</i> e serviços de nuvem	amazon.com.br	Economia Compartilhada 
BlaBlaCar	Marketplace online para <i>carpooling</i>	blablacar.com.br	Economia Compartilhada 

Plataforma	Propósito	Link	Classificação	
BikeSampa	O BikeSampa é um sistema de compartilhamento de bicicletas em São Paulo, promovendo o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável.	Bikeitau.com.br/sao-paulo	Economia Compartilhada	
Cabe na Mala	Conectar viajantes com pessoas que desejam encomendar produtos do exterior	cabenamala.com.br	Economia Compartilhada	
Catarse	Plataforma de <i>crowdfunding</i> para projetos criativos	catarse.me	Ambos	
Couchsurfing	Serviço de intercâmbio de hospitalidade que conecta viajantes com anfitriões para estadias curtas gratuitas.	couchsurfing.com	Economia Compartilhada	
Coursera	Plataforma de aprendizagem online para acesso a cursos e diplomas	coursera.org	Economia Compartilhada	
DescolaAí	Conexão de pessoas para o compartilhamento de transporte	descolaii	Consumo Colaborativo	
DogHero	Conectar donos de pets a cuidadores, oferecendo serviços de hospedagem, creche, pet <i>sitting</i> e passeios.	doghero.com.br	Economia Compartilhada	
eBay	Marketplace online para compra e venda de produtos	ebay.com.br	Consumo Colaborativo	
edX	Plataforma de educação online que oferece cursos online relevantes para o mercado de trabalho.	edx.org	Consumo Colaborativo	
Enjoei	<i>Marketplace</i> para itens de moda de segunda mão	enjoei.com	Consumo Colaborativo	
iFood	Facilitar a conexão entre clientes, restaurantes e entregadores para entrega de alimentos.	ifood.com.br	Ambos	
Kickstarter	Plataforma de <i>crowdfunding</i> para projetos criativos	kickstarter.com	Ambos	
Loc	Biblioteca nacional e centro de pesquisa	loc.gov	Ambos	
Mercado Livre	<i>Marketplace</i> online e soluções de pagamento	mercadolivre.com.br	Ambos	
OLX	<i>Marketplace</i> online que permite comprar, vender ou trocar bens e serviços usados.	olx.com.br	Ambos	
Quintal de Trocas	Plataforma que conecta crianças, famílias e instituições de ensino no Brasil inteiro. Facilitar a troca de bens e serviços	benfeitoria.com	Economia Compartilhada	

Plataforma	Propósito	Link	Classificação	
Rappi	Aplicativo de <i>delivery</i> de diversos produtos e serviços, incluindo alimentos, farmácias e itens de supermercado.	rappi.com.br	Economia Compartilhada	
Regus	Compartilhamento de espaços de trabalho, escritórios, endereços comerciais, espaços de <i>coworking</i> e salas de reunião.	regus.com	Economia Compartilhada	
Spinlister	Plataforma <i>peer-to-peer</i> para aluguel de bicicletas, pranchas de surf e outros equipamentos esportivos ao ar livre.	pt.spinlister	Ambos	
TaskRabbit	<i>Marketplace</i> online para encontrar e contratar trabalhadores <i>freelancer</i> para tarefas domésticas, mudanças, entregas, serviços de <i>handyman</i> e muito mais.	taskrabbit.com.br	Ambos	
Tem Açúcar?	Intermediação de empréstimos entre vizinhos e troca de utensílios/ingredientes para um consumo consciente.	temacucar.com	Consumo Colaborativo	
Uber	Tecnologia de transporte e compartilhamento de viagens.	uber.com	Ambos	
UseCar Carsharing	Compartilhamento de veículos em condomínios.	usecarcarsharing.com.br/	Economia Compartilhada	
Wikipedia	Enciclopédia online que permite a edição e compartilhamento colaborativo de informações.	wikipedia.org	Consumo Colaborativo	
XporY	Plataforma digital de permutas multilaterais do Brasil, promove divulgações, vendas e compras de produtos ou serviços para empresas e profissionais liberais. Conta com moeda digital própria.	https://xpory.com/	Consumo Colaborativo	
Zipcar	Serviço de compartilhamento de carros que fornece aluguel de carros por hora ou dia, <i>self-service</i> e sob demanda.	zipcar.com.br	Economia Compartilhada	

A Tabela 2 demonstrou um panorama de diversas plataformas digitais, classificadas de acordo com seu propósito principal e modelo de negócio. Cada plataforma está descrita por meio de seu nome, finalidade, endereço eletrônico e classificação em categorias como “Ambos” (quando se encaixa em múltiplos modelos), “Economia Colaborativa”, “Consumo Colaborativo” ou “Nenhuma”. A classificação entre Economia Compartilhada, Economia Colaborativa e Consumo Colaborativo nem sempre é mutuamente exclusiva. Muitas plataformas, como *Uber* e *Airbnb*, apresentam características de ambos os modelos, refletindo

a complexidade e a interconexão desses conceitos econômicos. A diversidade de plataformas, que vai desde gigantes do *e-commerce* como *Amazon* e *eBay* até serviços de compartilhamento como “Tem açúcar?”, demonstra a amplitude e a complexidade do ecossistema digital atual *Web 2.0* (O'Reilly, 2005).

A Tabela 2 também inclui plataformas menos conhecidas, como *Tem Açúcar?* e *Ecofood*, que atendem a nichos específicos dentro das práticas da Economia Compartilhada. Estas ilustram a diversidade e a inovação contínua nesse setor. Belk (2010) observa que “compartilhar é uma alternativa ao mercado de trocas e às doações”. Essa observação é corroborada pela variedade de modelos de negócio apresentados na tabela, que vão desde o compartilhamento puro, como o *CouchSurfing*, até modelos híbridos que incorporam elementos de mercado, como o *Uber*.

A variedade de plataformas abrange desde gigantes do *e-commerce* como *Amazon* e *eBay* até serviços de compartilhamento como *Uber* e *Airbnb*, passando por plataformas de ensino online (*Coursera*, *edX*) e de *crowdfunding* (*Catarse*, *Kickstarter*). Essa diversidade demonstra a amplitude e a importância das plataformas digitais na sociedade contemporânea, moldando a forma de interagir, consumir e se relacionar. Belk (2014) argumenta que o Consumo Colaborativo “*envolve tanto transferências de propriedade quanto compartilhamento e empréstimos*”. Essa definição é evidenciada na tabela, em que plataformas como *OLX* facilitam transferências de propriedade, enquanto outras, como *Airbnb*, focam no compartilhamento temporário.

Somado ao exposto, a carência de estudos mais aprofundados limita a compreensão dos impactos reais da Economia Compartilhada no meio ambiente e na sociedade. Ademais, a Economia Compartilhada apresenta um enorme potencial para gerar benefícios socioambientais. E o conceito de compartilhar e colaborar evoluiu significativamente graças à tecnologia, especialmente, no contexto do Consumo Colaborativo. A tecnologia possibilitou que as iniciativas de Consumo Colaborativo alcançassem uma velocidade e escala sem precedentes para facilitar o encontro entre a oferta e a demanda, mesmo conectando a desconhecidos de maneira eficiente. Por ser assim, as plataformas tecnológicas de Consumo Colaborativo fornecem os mecanismos necessários para gerar um nível de confiança suficiente entre os usuários, isso permite que as trocas e transações tenham um espaço seguro e eficaz. (Cañigual, et al, 2015).

2.1.1 Consumo Colaborativo e Economia Colaborativa

Tão antigo quanto a humanidade é a prática do compartilhamento, enquanto o Consumo Colaborativo e a Economia Compartilhada são fenômenos que emergem com o advento da *internet* (Belk, 2014). Segundo Stokes (2015), a Economia Colaborativa caracteriza-se pelo uso da *internet* para conectar redes distribuídas de indivíduos e bens com o fim de fazer uso de ativos ociosos, tais como: bens, capacidades, tempo, espaços e recursos financeiros. A conectividade digital possibilitada pelas tecnologias dos *softwares*, dentro da quarta revolução industrial, tem mudado radicalmente a sociedade (Schwab, 2016).

A velocidade é exponencial, não linear, e a escala do impacto das transformações são diferentes de qualquer outra revolução industrial da história da humanidade. O resultado é um mundo multifacetado e profundamente interconectado que gera novas tecnologias e estas geram outras ainda mais inovadoras e, cada vez, mais qualificadas (Schwab, 2019).

Em relação à maior diferenciação entre as expressões: Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, Patiño (2017) relata que a literatura identifica a Economia Colaborativa com uma série de termos que, às vezes, são usados como sinônimos, e outras possuem nuances diferenciadas. Conceitos como economia P2P, economia de compartilhamento, Consumo Colaborativo e vários outros nomes entrariam no conjunto empregado pela literatura para delimitar o fenômeno denominado como Economia Colaborativa. Apesar da crença generalizada de que a Economia Colaborativa e seu setor ajudam a reduzir a poluição e desperdícios, quase não há estudos sobre o seu impacto e relação direta com consumo mais consciente e sustentável (SCHOR, 2014).

Segundo Stokes (2015), a Economia Colaborativa tem algumas características principais: a) as tecnologias da *Internet* e redes sociais, que conectam redes de pessoas e bens para fazer uso de ativos ociosos, como bens, tempos, habilidades, espaço e finanças; b) *startups* digitais que estabelecem negócios de sucesso, nos quais os pares alugam qualquer coisa, desde vagas de estacionamento, a brinquedos infantis e barcos; c) algumas dessas atividades envolvem dinheiro, enquanto outras são baseadas em moedas alternativas ou formas de escambo menos desinteressadas; d) governos locais estão fazendo parcerias com plataformas para oferecer os seus ativos, como dados, publicamente e, até as grandes empresas apoiam projetos que incentivam as pessoas a partilharem bens, em vez de comprarem algo novo. Na mesma linha, Sánchez (2016) elenca como traços distintos da Economia Colaborativa, que geralmente aparecem na literatura, os seguintes itens: a) o uso necessário da *Internet*; b) a

interligação em rede de pessoas e/ou bens; c) o acesso ao uso de ativos tangíveis e intangíveis desperdiçados; d) o alcance de interações significativas e confiança; e) a natureza aberta, inclusiva e global. Então, a Economia Colaborativa articula ferramentas tecnológicas com modelos de negócio, nos quais os consumidores correspondem às suas necessidades e interesses por meio de uma plataforma participativa e interligada (Castellanos, et. al., 2022).

Sob a égide da Economia Colaborativa, encontra-se um grupo heterogêneo, emergente, em rápida mudança e evolução que fornece cobertura aos modos de produção e consumo pelos quais os agentes possam compartilhar ativos, bens ou serviços que normalmente são subutilizados (Patiño, 2017). A Economia Colaborativa recebeu vários nomes ao longo dos anos e todos eles coexistem hoje. O termo originalmente usado para descrever o fenômeno era “Consumo Colaborativo”, porém era insuficiente para descrever, pois a Economia Colaborativa era mais do que apenas consumo (Sánchez, 2016).

Segundo Patiño (2017), a nomenclatura Economia Colaborativa pode ser considerada como herdeira do termo Consumo Colaborativo cunhado por Felson e Spaeth, em 1978, com base na teoria de Hawley, de 1950, sobre estruturas comunitárias e atividades sustentáveis. Para eles, o Consumo Colaborativo ocorre quando uma ou mais pessoas consomem bens ou serviços por meio de um processo participativo, e como resultado têm uma atividade conjunta. A partir dessa perspectiva, argumenta-se que a natureza das atividades rotineiras na sociedade cria as circunstâncias em que o consumo ocorre naturalmente colaborativo (Patiño, 2017).

Em geral, a Economia Colaborativa é identificada como um conjunto de relações sociais, produtivas e/ou laborais que se originaram pela generalização do acesso à *internet* e ao desenvolvimento das tecnologias da informação – devido à onipresença da rede (Patiño, 2017). O Consumo Colaborativo, então, engloba troca, empréstimo, doação ou aluguel de bens ativos para permitir o acesso a eles, além de sua propriedade. Esse conceito coloca em foco não só o interesse no que é consumido, mas, também, no como é consumido, como isso é produzido e por quê (Patiño, 2017).

Bardhi & Eckhardt (2012) definem o consumo baseado no acesso como transações que podem ser mediadas pelo mercado e nas quais não ocorrem transferências de propriedade – o consumidor está adquirindo tempo de consumo como item. Esses são capazes de acessar objetos ou redes que não poderiam possuir ou optam por não possuir devido a preocupações com restrições de espaço ou preocupações ambientais. A Economia Compartilhada propõe um modelo de consumo mais consciente e responsável, com base na otimização da utilização de recursos. Essa otimização se traduz em: diminuição da produção de bens e serviços, por meio do compartilhamento, a necessidade de produção de novos bens e serviços é reduzida,

diminuindo o impacto ambiental associado à extração de recursos, à manufatura e ao transporte (Botsman & Rogers, 2010; Schor, 2014).

Menor uso de energia e recursos naturais: A otimização do uso de bens e serviços compartilhados leva a um menor consumo de energia e recursos naturais, como água, minerais e combustíveis fósseis (Botsman & Rogers, 2010). Redução da geração de resíduos: o compartilhamento de bens e serviços contribui para a redução da geração de resíduos, diminuindo o impacto ambiental associado ao descarte e à incineração (Schor, 2014).

Mas, por que as organizações estão participando da Economia Colaborativa, quais seriam os motivadores? As organizações, sempre, têm diferentes razões para adotar modelos colaborativos. Embora alguns, simplesmente, vejam isso como um bom negócio ou oportunidade, a maioria dos fundadores é movida por objetivos mais amplos como: a observação dos ativos ociosos como um recurso inexplorado, como encontrar formas de criar recursos financeiros ou valor não financeiro, como competência para benefício público. Muitas organizações buscam apoiar distintos tipos de relações econômicas que podem ser alternativas à abordagem dominante no mercado para impulsionar as economias locais. (Stokes, 2015). A autora também comenta que, além dos impulsionadores econômicos, algumas iniciativas de Economia Colaborativa também perseguem um objetivo social ou objetivos ambientais. Ela exemplifica citando uma plataforma que pode querer melhorar a confiança e o capital social nas comunidades ou procurar reduzir o consumo para melhorar a sustentabilidade.

Os principais critérios para delinear o Consumo Colaborativo a partir de outras formas de troca incluem o número e o tipo de atores envolvidos, a natureza das trocas e a administração das trocas. O Consumo Colaborativo é caracterizado por ser uma tríade envolvendo um provedor de plataforma, um provedor de serviços entre pares e um cliente, enquanto outras formas de troca são tipicamente diádicas (Benoit, S. et al, 2017).

O autor vem analisando as motivações, atividades e recursos dos participantes. Essa estrutura conceitual fornece uma abordagem abrangente para compreender as complexidades envolvidas nas práticas colaborativas de consumo. Essa modalidade promove um consumo mais consciente e responsável, reduzindo o impacto ambiental e social do consumo tradicional (Belk, 2014).

Os consumidores se engajam na Economia Colaborativa e no Consumo Colaborativo por diversos motivos, tais como: economia financeira, acesso a bens e serviços que não seriam possíveis adquirir de outra forma, conveniência, sustentabilidade e senso de comunidade. Autores como Małecka et al. (2022) e Minami et al. (2021) exploram as motivações dos

consumidores e os benefícios da Economia Colaborativa e no Consumo Colaborativo, incluindo a sociabilidade, a busca por novidades e a construção de uma identidade social mais sustentável.

A adoção do Consumo Colaborativo como inovação social sustentável, enfatiza as perspectivas de sociabilidade e busca por novidades (Malecka et al., 2022) Esses elementos são cruciais para entender como a inovação pode ser impulsionada por práticas colaborativas de consumo. A Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo identificam os fatores impulsionadores na adoção dessas novas formas de troca. A compreensão dessas motivações é fundamental para a gestão eficaz dessas práticas (Minami et al., 2021)

Diante disso, o Consumo Colaborativo aparece como uma subcategoria da Economia Compartilhada que enfatiza a colaboração e a interação entre os usuários, indo além da mera troca de bens (Belk, 2014). Já o consumo sustentável refere-se ao consumo consciente e responsável que leva em consideração os impactos sociais e ambientais dos produtos e serviços (Reato, 2023). Essa autora explora o consumo verde e a Economia Compartilhada como tendências renovadoras das relações socioambientais e ressalta a importância de práticas mais sustentáveis na Economia Colaborativa (Reato, 2023).

O conceito de Consumo Colaborativo surge como uma forma inovadora de negócios que se valem das mudanças tecnológicas, particularmente a *internet*. Ao contrário do consumo tradicional, o consumo na Economia Compartilhada fundamenta-se nos indivíduos que trabalham de forma colaborativa, compartilham ideias e práticas e geram interações, promoções e venda de produtos de forma cooperativa (Botsman & Rogers, 2009). Belk (2014) destaca a relação entre a identidade do consumidor e o acesso, argumentando que “*You are what you can access*”. Essa perspectiva é fundamental para compreender como os consumidores se identificam por meio do Consumo Colaborativo online. O Consumo Colaborativo é alimentado, em parte, por plataformas de mídia social que conectam facilmente os pares (Belk, 2014; Matzler, Veider, e Kathan, 2015).

Promover a inclusão social e a democratização do acesso a bens e serviços são objetivos da Economia Compartilhada. Sundararajan (2016) destaca o potencial da Economia Compartilhada para gerar novas oportunidades de trabalho e renda, especialmente para grupos marginalizados do mercado formal. Plataformas como *Airbnb* e *Uber*, por exemplo, permitem que pessoas de diferentes classes sociais gerem renda e acessem serviços de forma mais flexível e acessível (Belk, 2014; Sundararajan, 2016).

De acordo com Malecka, et. al. (2022), na Europa, só na última década, o Consumo Colaborativo conseguiu ultrapassar as comunidades locais e atingir o contexto mundial – em que mesmo dois estranhos de partes muito diferentes do mundo podem facilmente se encontrar,

alinhar os seus objetivos e consumir bens em conjunto. Para os investidores, a escalabilidade dos modelos de negócios, impulsionados pelas tecnologias sociais e móveis amplamente adotadas, compõem os principais atrativos do Consumo Colaborativo. Esses modelos permitem transações frequentes com baixos custos (Cañigüeral, et al, 2015). Kenney & Zysman (2016) analisam o surgimento da economia de plataformas, indicando implicações significativas para a inovação e o crescimento inclusivo. Eles discutem como a economia de plataformas está redefinindo as relações econômicas e destacam a necessidade de políticas inovadoras para que as pessoas possam se adaptar a essas mudanças (Kenney & Zysman, 2016).

De acordo com Reato (2023), para se compreender a prática do consumo sustentável e a adoção das ideias de um consumo verde, é necessário considerar estudos que verificam o comportamento dos seres humanos enquanto consumidores. A utilização do Consumo Colaborativo como uma inovação social e sustentável é influenciada por vários fatores cognitivos do consumidor, tais como o pensamento pró-social e as normas sociais. Esses fatores cognitivos do consumidor incluem crenças, atitudes e percepções que desempenham uma função crucial na concepção da vontade dos indivíduos de se envolverem no Consumo Colaborativo.

Os autores defendem que os indivíduos que valorizam a construção de comunidades, a sustentabilidade e a partilha de recursos têm maior probabilidade de adotar práticas de Consumo Colaborativo. O pensamento pró-social, que envolve considerar o bem-estar dos outros e do ambiente, pode levar os indivíduos a participarem da prática do Consumo Colaborativo, tendo em vista que esse comportamento se alinha com os seus valores de responsabilidade social e consciência ambiental (Małecka et al, 2022).

A Tabela 3, a seguir, compara as contribuições de Belk (2011-2023) e Botsman e Rogers (2010, 2011) em relação a diferentes aspectos da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo. A primeira coluna apresenta os **aspectos** analisados, como "Acesso vs. Propriedade", "Uso de Tecnologias Digitais", "Tipos de Transações", entre outros. A segunda coluna traz a definição de Belk, que enfatiza o compartilhamento como um processo que envolve tanto bens tangíveis quanto intangíveis, destacando o fortalecimento das relações comunitárias e colaborativas.

A terceira coluna da Tabela 3 apresenta a definição de Botsman e Rogers, que se concentra no papel das plataformas digitais em facilitar o compartilhamento entre pares, promovendo transações diretas e a confiança entre indivíduos. Já a quarta coluna, intitulada "O que não é", esclarece o que não se enquadra nos conceitos da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo, como a posse permanente de bens, transações comerciais tradicionais

ou modelos econômicos que não utilizam tecnologias digitais. Essa tabela oferece uma visão clara das semelhanças e diferenças entre as abordagens dos autores, além de destacar práticas que não se alinham aos princípios da economia compartilhada.

Tabela 3

Contribuições de Belk (2011-2023) e Botsman e Rogers (2010, 2011)

Aspecto	Definição de Belk (2011 a 2023)	Definição de Botsman e Rogers (2010, 2011)	O que não é
Acesso vs. Propriedade	“Belk (2007) postula que o compartilhamento só seria possível em caso de propriedade e envolveria práticas relacionadas a bens intangíveis e tangíveis.”	“Botsman e Rogers (2010) entendem que a EC corresponde a um tipo de compartilhamento entre as pessoas, em uma ideia de 'o que é meu, é seu'.”	Possessão permanente e individualizada de bens e serviços.
Uso de Tecnologias Digitais	“A utilização de plataformas digitais para facilitar e gerenciar o compartilhamento de recursos.”	“Botsman e Rogers (2011) ressaltam que no CC, o compartilhamento é mediado por plataformas digitais, facilitando transações entre pares.”	Modelos econômicos que operam sem suporte tecnológico ou digital.
Tipos de Transações	“Belk foca em diversas formas de compartilhamento, troca e aluguel de bens e serviços entre indivíduos.”	“Botsman e Rogers destacam transações mediadas digitalmente, promovendo o compartilhamento direto entre pares, muitas vezes sem intermediários tradicionais.”	Transações comerciais tradicionais baseadas, exclusivamente, na compra e venda individual.
Relações Sociais	“Belk enfatiza o fortalecimento do senso de comunidade e relações colaborativas entre os participantes.”	“Botsman e Rogers destacam a criação de redes de confiança e colaboração entre indivíduos que frequentemente não se conhecem previamente.”	Relações estritamente comerciais e transacionais sem interação colaborativa ou comunitária.
Sustentabilidade	“Belk (2013) e outros autores defendem que a EC promove práticas de consumo mais sustentáveis, redução do desperdício e otimização dos recursos existentes.”	“Botsman e Rogers (2011) enfatizam que o CC incentiva o consumo sustentável através da utilização eficiente de recursos e redução da necessidade de produção excessiva.”	Modelos de consumo que incentivam o uso intensivo de recursos naturais e a geração de altos níveis de resíduos.
Benefícios	“Belk aponta para o aumento do acesso a recursos e economia financeira para os participantes.”	“Botsman e Rogers enfatizam o equilíbrio de benefícios individuais e coletivos, promovendo eficiência econômica e sustentabilidade ambiental.”	Benefícios unilaterais focados exclusivamente nas vantagens individuais sem considerar impactos coletivos.
Tipos de Bens e Serviços Compartilhados	“Belk (2014) destaca que a EC abrange uma variedade de produtos e serviços, incluindo ferramentas, veículos, espaços de convivência e recursos educacionais.”	“Botsman e Rogers ampliam para setores como transporte, hospedagem e serviços profissionais, todos mediados por tecnologias digitais.”	Bens e serviços que não envolvem compartilhamento ou que exigem posse exclusiva e permanente.

Essa Tabela 3 apresentou as definições de Belk e Botsman e Rogers que convergem em aspectos fundamentais, como a importância do acesso sobre a propriedade, o uso de tecnologias digitais e a promoção de relações sociais colaborativas. Contudo, diferem em nuances específicas, como Belk que enfatiza a necessidade de propriedade para compartilhamento e Botsman e Rogers que destacam a confiança entre pares desconhecidos.

A Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo são conceitos que desafiam as noções tradicionais de posse e propriedade, promovendo o acesso e a utilização eficiente de recursos. Segundo Belk (2010), o compartilhamento envolve práticas que permitem o uso temporário de bens e serviços, priorizando a eficiência em vez da posse individual. Botsman e Rogers (2010) complementam essa visão ao destacar a importância do acesso compartilhado, em que o que é meu pode ser seu, equilibrando as necessidades individuais com as coletivas. O que não se enquadra nesses conceitos é a posse permanente e individualizada, que contraria a essência colaborativa dessas práticas.

O uso de tecnologias digitais é central na facilitação do compartilhamento, conforme enfatizado por Botsman e Rogers (2011), que destacam as plataformas digitais como mediadoras essenciais para transações entre pares. Belk (2013) também ressalta a importância dessas tecnologias na gestão eficiente dos recursos compartilhados. Modelos econômicos que operam sem suporte tecnológico não são considerados parte da Economia Compartilhada, pois ignoram a digitalização como ferramenta central. Além disso, relações sociais na Economia Colaborativa são fortalecidas por redes de confiança, diferindo de relações estritamente comerciais sem interação comunitária. A sustentabilidade é promovida por meio da redução de desperdício e otimização de recursos, enquanto modelos que incentivam o uso intensivo de recursos naturais não se alinham com esses princípios.

A possibilidade de compartilhar ativos e serviços por meio de plataformas on-line influenciou as relações pessoais, promovendo a confiança e o sentimento de persistência em grupos colaborativos (Patiño, 2017). As normas sociais (regras e expectativas não escritas que orientam o comportamento dentro de uma sociedade ou grupo) têm um impacto significativo na adoção do Consumo Colaborativo na Europa Central e Oriental. Essas normas sociais positivas que promovem a cooperação, a partilha e o envolvimento de uma comunidade podem motivar os indivíduos a participarem de iniciativas de Consumo Colaborativo. Elas criam um ambiente de apoio no qual o Consumo Colaborativo é visto como uma prática benéfica e socialmente aceitável, o que facilita ainda mais a sua adoção e propagação (Małecka et al, 2022).

Para Reato (2023), o consumo sempre fez parte dos costumes humanos e a análise acerca da maneira com que as pessoas se relacionam com produtos e serviços possui ampla influência e reflexos no mercado. É necessário buscar soluções para minimizar esses impactos e garantir a sustentabilidade dos setores afetados. Esses reflexos positivos ou negativos sobre a economia e o meio ambiente atingem o comportamento das empresas. Na atualidade, as relações de consumo se desenvolvem de forma desequilibrada e desigual. Isso acontece em decorrência do sistema de funcionamento do econômico contemporâneo, que provoca a má distribuição de renda, descartabilidade, manipulação e oferta desenfreada (Silveira & Santos, 2016).

Essa inovação na forma de consumo está associada às ideias de Belk (2014): Em vez de comprar e possuir coisas, os consumidores querem ter acesso aos bens e preferem pagar pela experiência de acessá-los temporariamente. São inúmeras as práticas e iniciativas que podem ser qualificadas na perspectiva do Consumo Colaborativo, como por exemplo: *eBay*, *ZipCar*, *Uber*, *Airbnb*, *Freecycle*, *CouchSurfing* e outras iniciativas como o *coworking*. Enfim, nas suas mais variadas formas, o Consumo Colaborativo tem se mostrado uma realidade repleta de desafios relativos às formas e aos modelos de organização (Silveira, 2016).

Cañigual, et al (2015) mencionam o valor na colaboração, pois a popularização de serviços *on-line* como o *Wikipedia*, a *Flickr* e redes sociais demonstrou aos usuários que o verdadeiro valor reside na colaboração e no acesso fácil, mudando a percepção sobre a propriedade e fomentando, ainda mais, a Economia Colaborativa (Cañigual, et al., 2015).

E, essa tendência tem sido vista, em vários setores, não apenas como uma oportunidade, mas também como uma ameaça às cadeias de abastecimento tradicionais, uma vez que coloca em risco os modelos de negócio existentes, algo que é claramente visível no turismo e nos transportes, como *Uber* ou *Airbnb* (Malecka, et. al., 2022). A Economia Colaborativa é definida como um modelo econômico baseado na colaboração entre indivíduos para compartilhar recursos, serviços e conhecimentos por meio de plataformas digitais que facilitam a interação e transação entre pares. Essa abordagem está centrada na utilização eficiente de ativos subutilizados, promovendo a ideia de acesso à propriedade e fomentando a Economia Compartilhada (Patiño, 2017).

Ademais, a sociedade alcançou um ponto crucial na evolução da Economia Colaborativa. Foram desenvolvidos novos modelos de negociação baseados em compartilhar ativos, recursos e competências, tanto entre particulares como entre profissionais, o que transformou a forma em que são produzidos e oferecidos bens e serviços (Patiño, 2017). Na linha da inovação em modelos de negociação, as plataformas de Consumo Colaborativo

introduziram novos modelos de negociação disruptivos que desafiam as estruturas tradicionais, fomentando a competência e a eficiência na atribuição de recursos (Cañigüeral, et al, 2015).

A Economia Colaborativa teve impacto na forma como foram concebidas as relações trabalhistas, permitindo a criação de oportunidades de trabalho mais flexíveis e adaptadas às necessidades dos indivíduos, tanto quanto aquelas de serviços como usuários (Patiño, 2017). Sundararajan (2016) discute a economia de compartilhamento como o fim do emprego tradicional e o surgimento do capitalismo baseado em multidões. Ele explora as implicações desse fenômeno para o emprego e a economia em geral. Por outro lado, o Consumo Colaborativo é uma das manifestações da Economia Colaborativa, em que os indivíduos compartilham bens e serviços entre si, mas de forma gratuita ou com uma mudança de compensação econômica. Esse tipo de consumo fundamenta-se na ideia de maximizar a utilização dos recursos existentes por intermédio da colaboração e do intercâmbio, em vez de adquirir novos bens de forma individual. (Patiño, 2017). Embora os esforços para aumentar a sensibilização e a participação tenham sido promissores, há uma abundância de questões não respondidas, deve-se lembrar de que a Economia Colaborativa ainda está a desenhar o seu percurso (Stokes, 2015).

A Tabela 4, na sequência, apresenta uma comparação entre as principais características da Economia Compartilhada, Economia Colaborativa e Consumo Colaborativo, destacando seus autores, definições, ênfases, focos e impactos sociais. A primeira coluna descreve a Economia Compartilhada, conforme autores como Belk (2010, 2014, 2023) e Botsman e Rogers (2011), que a definem como um modelo socioeconômico embasado no compartilhamento de bens, serviços e espaços ociosos por meio de plataformas digitais. A ênfase está no compartilhamento, com foco na otimização de recursos e geração de renda. A segunda coluna aborda a Economia Colaborativa, com base em Jeremy Rifkin, que a define como uma forma de organização econômica que prioriza a colaboração entre pares em vez da competição. O foco está nos benefícios sociais e ambientais, com transações facilitadas por diversas plataformas.

A terceira coluna, da Tabela 4, explora o Consumo Colaborativo, também discutido por Belk (2010, 2014, 2023) e Botsman e Rogers (2011), é uma subcategoria da Economia Compartilhada que se concentra no compartilhamento de bens e serviços para reduzir o consumo individual e o impacto ambiental. O foco do Consumo Colaborativo está na sustentabilidade, com transações mediadas por plataformas digitais. A tabela também destaca que o Consumo Colaborativo é uma subcategoria tanto da Economia Compartilhada quanto do consumo sustentável. Exemplos incluem caronas, aluguel de roupas e troca de livros.

Tabela 4

Principais Características da Economia Compartilhada, Colaborativa e do Consumo Colaborativo

	Economia Compartilhada	Economia Colaborativa	Consumo Colaborativo
Autores	Belk (2010, 2014, 2023); Botsman e Rogers (2011); Rifkin (2014)	Jeremy Rifkin	Belk (2010, 2014, 2023); Botsman e Rogers (2011)
Definição	Modelo socioeconômico que se baseia no compartilhamento de bens, serviços e espaços ociosos entre indivíduos ou empresas, por meio de plataformas ou aplicativos da <i>internet</i> .	A Economia Colaborativa é uma nova forma de organização econômica baseada na colaboração entre pares, em vez da competição. Subcategoria da Economia Compartilhada prima pela colaboração entre indivíduos e empresas para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.	Subcategoria do consumo sustentável que se baseia no compartilhamento de bens e serviços entre indivíduos, com o objetivo de reduzir o consumo individual e o impacto ambiental.
Ênfase	Compartilhamento	Colaboração	Colaboração
Foco	Otimização da utilização de recursos e geração de renda; lucro.	Benefícios sociais e ambientais; colaboração e produção conjunta de bens e serviços.	Sustentabilidade e redução do impacto ambiental.
Transações	Plataformas digitais e aplicativos.	Diversos modelos (plataformas, redes, etc.)	Plataformas digitais.
Plataformas	Diversas plataformas online e offline, além de aplicativos de compartilhamento.	Plataformas online que facilitam a colaboração entre indivíduos e empresas.	Plataformas online que facilitam a colaboração entre indivíduos e empresas.
Participação	Consumidores, comunidades e empresas	Consumidores, comunidades e empresas	Consumidores, coletividade e comunidades
Motivação	Acesso a bens e serviços a um custo menor, geração de renda extra, conveniência, utilização de recursos ociosos.	Consumidores, empresas e organizações sem fins lucrativos.	Sustentabilidade ambiental e social, redução do consumo individual.
Hierarquia	Termo geral que engloba as outras duas categorias.	Senso de comunidade, colaboração, aprendizado mútuo e criação conjunta	Subcategoria da Economia Compartilhada e do consumo sustentável.
Subcategoria	Suas subcategorias são: Economia colaborativa, Consumo colaborativo, Economia de plataforma	Subcategoria da Economia Compartilhada.	É Subcategoria da Economia Compartilhada e do consumo sustentável.
Exemplos	Uber, <i>Airbnb</i> , <i>Netflix</i> , <i>Spotify</i> .	É subcategoria da Economia Compartilhada.	Carona, aluguel de roupas, plataformas de troca de livros.

	Economia Compartilhada	Economia Colaborativa	Consumo Colaborativo
Impacto Social	Pode criar novas formas de trabalho e renda, mas também pode gerar precarização e desigualdade.	<i>Open Street Map, Linux, Wikipedia.</i>	Promove a sustentabilidade e a responsabilidade social, mas pode ser difícil de escalar e alcançar um impacto significativo.
Citações	Botsman e Rogers (2010): “A Economia Compartilhada é uma nova forma de capitalismo que se baseia no compartilhamento de recursos entre indivíduos.” (p. 12)	Fortalece os laços sociais e a comunidade, mas pode ser desafiador em termos de gestão e governança.	Belk (2014): “O Consumo Colaborativo é uma forma de consumo sustentável que se baseia no compartilhamento de bens e serviços entre indivíduos.” (p. 157)

A Tabela 4 compara três conceitos inter-relacionados: Economia Compartilhada, Economia Colaborativa e Consumo Colaborativo, destacando suas definições, autores, foco e impacto social. Belk (2010, 2014, 2023) e Botsman & Rogers (2011) são os principais autores que discutem a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo, enquanto Rifkin (2014) está associado à Economia Colaborativa.

A Tabela 4 sintetiza os impactos sociais das três modalidades. A Economia Compartilhada pode criar formas de trabalho e renda, mas também pode gerar precarização; a Economia Colaborativa fortalece os laços sociais e a comunidade, mas enfrenta desafios de governança; enquanto o Consumo Colaborativo promove sustentabilidade e responsabilidade social, mas pode ser difícil de escalar para alcançar um impacto significativo (Rifkin, 2014).

A Economia Compartilhada é definida como um modelo socioeconômico que se baseia no compartilhamento de bens, serviços e espaços ociosos por meio de plataformas digitais. Já a Economia Colaborativa enfatiza a colaboração entre pares, em vez da competição, e o Consumo Colaborativo foca na sustentabilidade e na redução do consumo individual por meio do compartilhamento de bens e serviços (Belk, 2010, 2014, 2023; Botsman & Rogers, 2011).

2.1.2 A Economia Compartilhada, Educação, Sustentabilidade e Tecnologia

A crescente busca por um modelo econômico mais sustentável e equitativo impulsiona o diálogo entre a educação, a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo. A redução do consumo excessivo e a otimização da utilização de recursos naturais, características da Economia Compartilhada, são peças-chave para a preservação do meio ambiente. Assim como

a diminuição da produção de bens e serviços, o menor uso de energia e recursos naturais e a redução da geração de resíduos são alguns dos benefícios potenciais dessa economia (Botsman & Rogers, 2010; Schor, 2014).

É fato que a Economia Compartilhada estimula a criação de novos modelos de negócios e oportunidades de trabalho, isso impulsiona a economia e cria renda para indivíduos e comunidades. Plataformas digitais e empresas inovadoras surgem para atender às demandas desse novo modelo econômico, gerando novas oportunidades de trabalho. Empreendedores e trabalhadores autônomos, então, encontram novas possibilidades na Economia Compartilhada, como anfitriões, motoristas, designers, consultores, entre outros (Gansky, 2010; Botsman & Rogers, 2010; Belk, 2010; Belk, 2014).

Diversos benefícios para o meio ambiente são observados na Economia Compartilhada. Belk (2010 e 2014) e Gansky (2010) abordam que a redução do consumo de recursos materiais com o compartilhamento de bens, como livros, carros e bicicletas, diminui a necessidade de produção e descarte, e, conseqüentemente, o impacto ambiental. A promoção da sustentabilidade com a otimização do uso de recursos e a redução do desperdício também contribuem para a preservação do meio ambiente (Botsman & Rogers, 2011; Da Silveira et al., 2016).

As características da Economia Compartilhada, como a otimização da utilização de recursos e a inclusão social, convergem com os objetivos do desenvolvimento sustentável, criando oportunidades para a construção de um futuro mais próspero para todos. A Economia Compartilhada pode estimular o consumo consciente e a mudança de hábitos para um estilo de vida mais sustentável, o que é um grande incentivo à responsabilidade ambiental (Benoit et al., 2017; Minami et al., 2021).

Botsman e Rogers (2010) definem a Economia Colaborativa como um sistema socioeconômico fundamentado no compartilhamento de recursos e serviços. Nesse sentido, essa economia apresenta-se como uma ferramenta valiosa para promover o compartilhamento no setor educacional e ambiental. Nessa linha de pensamento, a Educação está contemplada e o compartilhamento de recursos educacionais é uma realidade abordada por alguns autores no Brasil e no mundo.

Um dos modelos mais proeminentes são as redes P2P, especialmente no contexto de ambientes de aprendizagem online (*e-learning*). Sugahara (2010), em sua pesquisa, destaca as vantagens das redes P2P em comparação com modelos tradicionais de cliente-servidor, enfatizando a promoção da colaboração e do compartilhamento de informações. Tanto

plataformas P2P, quanto Web 2.0 são amplamente utilizadas. A tabela 5, a seguir, oferece uma visão sobre a natureza das plataformas digitais, classificadas de acordo com seus atributos predominantes: P2P (peer-to-peer) e Web 2.0. Essa classificação permite identificar tendências e características comuns a diferentes plataformas.

A Tabela 5, intitulada "A Natureza das Plataformas Digitais", classifica diferentes plataformas digitais com base em suas características de interação, divididas em três categorias: Predominantemente P2P, Predominantemente *Web 2.0*, e uma Combinação de Ambos. A coluna da esquerda lista as plataformas digitais, como *eBay*, *TaskRabbit*, *Spinlister*, *Couchsurfing* e *BlaBlaCar*. As colunas seguintes indicam se a plataforma é predominantemente baseada em interações P2P, se utiliza principalmente tecnologias Web 2.0, ou se combina ambas as abordagens. Essa classificação permite identificar tendências e características comuns a diferentes plataformas, destacando como elas facilitam o compartilhamento e a colaboração entre usuários.

Tabela 5

A Natureza das Plataformas Digitais

Plataforma	Predominantemente P2P	Predominantemente Web 2.0	Combinação de Ambos
<i>eBay</i>		X	X
<i>TaskRabbit</i>	X	X	X
<i>Spinlister</i>	X	X	X
<i>Couchsurfing</i>	X	X	X
<i>BlaBlaCar</i>	X	X	X
<i>Wikipedia</i>		X	
<i>Catarse</i>		X	X
<i>Kickstarter</i>		X	X

Como observado na Tabela 5, muitas plataformas, como *eBay*, *TaskRabbit* e *Couchsurfing*, combinam elementos de ambos os modelos. A combinação de P2P e Web 2.0 permite que as plataformas ofereçam experiências mais ricas e personalizadas para a Economia Compartilhada e Colaborativa (Botsman e Rogers, 2010). Essa hibridização é um reflexo da evolução da *internet* e das demandas dos usuários (O'Reilly, 2005; McAfee, 2014).

Importante ressaltar que essa classificação é dinâmica e pode mudar ao longo do tempo. A evolução tecnológica e as mudanças nos modelos de negócio podem levar à reconfiguração das plataformas. A Tabela 5, portanto, serve como um ponto de partida para análises mais aprofundadas e pode ser complementada com outras dimensões de análise, como a análise de

rede e a análise de conteúdo. Além disso, a linha divisória entre P2P e *Web 2.0* pode ser tênue (Alstyne; Parker & Choudary, 2016).

As redes P2P podem melhorar a escalabilidade e a robustez dos sistemas de *e-learning*, permitindo que cada computador funcione tanto como cliente quanto como servidor. Isso resulta em uma distribuição eficiente de recursos e informações entre os usuários, criando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo. Outras plataformas online também se destacam nesse tipo de iniciativa, como as apresentadas na Tabela 6. Ela traz alguns exemplos de empreendimentos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na educação, que permitem o compartilhamento de livros, apostilas, materiais didáticos e outros recursos entre alunos, professores e instituições, reduzindo custos e promovendo a inclusão digital (Belk, 2014; Cañigüeral et al., 2015; Minami et al., 2021).

A Tabela 6, intitulada "Iniciativas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na Educação", apresenta uma lista de plataformas que promovem o compartilhamento de recursos e o consumo colaborativo no setor educacional. A primeira coluna, **Plataforma**, identifica as iniciativas, como *Wikipedia*, *Khan Academy*, *Coursera*, Bibliotecas Digitais e Redes de Tutoria Online. A segunda coluna, **Descrição**, detalha o propósito de cada plataforma.

Tabela 6

Iniciativas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na educação

Plataforma	Descrição
<i>Wikipedia</i>	Enciclopédia online colaborativa que oferece acesso gratuito a informações sobre diversos temas.
<i>Khan Academy</i>	Plataforma online gratuita que oferece videoaulas e exercícios sobre diversas disciplinas.
<i>Coursera</i>	Plataforma online que oferece cursos de universidades renomadas ao redor do mundo.
Bibliotecas digitais	Permitem o acesso online a livros, revistas e outros materiais de leitura.
Redes de tutoria online	Conectam alunos com tutores para acompanhamento personalizado – utiliza prática de compartilhamento P2P.

Conforme apresentado na Tabela 6, a Wikipedia é uma enciclopédia online colaborativa que oferece acesso gratuito a informações sobre diversos temas, enquanto a *Khan Academy* e a *Coursera* oferecem videoaulas e cursos online gratuitos ou pagos sobre diversas disciplinas. As Bibliotecas Digitais permitem o acesso a livros e outros materiais de leitura online, e as Redes de Tutoria Online conectam alunos com tutores para acompanhamento personalizado por meio de práticas P2P. Essa tabela destaca como essas plataformas contribuem para a democratização do conhecimento e o acesso à educação por meio de práticas colaborativas e compartilhadas (Belk, 2014; Cañigüeral et al., 2015; Minami et al., 2021).

No contexto brasileiro, o compartilhamento de recursos educacionais por plataformas pode ser observado em: ProUni e Universia (ProUni, 2024; Universia, 2024). Essa plataforma utiliza as práticas de compartilhamento de informações (P2P), mesmo em um contexto de política pública. O modelo de tutoria, aprendizagem entre pares e mentoria online, conecta alunos com diferentes níveis de conhecimento, promovendo a aprendizagem colaborativa e personalizada (Belk, 2014; Gansky, 2010). Também permite que as pessoas acessem esses serviços de forma mais flexível e acessível - o compartilhamento de bens e serviços torna-os mais acessíveis para pessoas de baixa renda, promovendo a inclusão social e a equidade (Sundararajan, 2016; Belk, 2014).

Nesse sentido, a Economia Compartilhada pode democratizar o acesso à educação de qualidade, especialmente para comunidades com recursos limitados, por meio de plataformas online e cursos abertos (Sundararajan, 2016; Stokes, 2015). Assim, a Economia Compartilhada oferece oportunidades para a inclusão social e a democratização do acesso a bens e serviços, especialmente para grupos marginalizados do mercado formal. Plataformas como *Airbnb* e *Uber* permitem que pessoas de diferentes classes sociais gerem renda - atuando como anfitriões ou motoristas, por exemplo, indivíduos podem gerar renda adicional ou, até mesmo, principal, combatendo a pobreza e a desigualdade social (Sundararajan, 2016; Belk, 2014).

A Economia Compartilhada apresenta um grande potencial para transformar a educação, tornando-a mais acessível, sustentável e eficaz. Nesse sentido, os espaços educacionais podem ser compartilhados, assim, entra no debate o uso de *coworking* e das salas de uso lúdico e pedagógico em condomínios, muitas vezes, chamadas de Espaços Kids. Promover a sustentabilidade com a otimização do uso de recursos e a redução do desperdício contribuem para a preservação do meio ambiente (Botsman & Rogers, 2011; Silveira et al., 2016).

Também, os espaços dentro de instituições educacionais ou recintos de *coworking* institucionais facilitam a colaboração e a aprendizagem entre estudantes, professores e

profissionais. Esses espaços, assim como essa prática, democratiza o acesso à educação. E os profissionais podem compartilhar o espaço físico, como também recursos e ideias, promovendo a colaboração, *networking* e um ambiente de trabalho comum (Vieira et. al. 2021).

Esse tema, dentro da perspectiva da educação e ensino, ainda, não é amplamente explorado pela literatura acadêmica brasileira. O *coworking* pode ser definido com uma modalidade que envolve o compartilhamento de um espaço de trabalho, geralmente por profissionais autônomos, pequenas empresas ou *freelancers*. Os espaços colaborativos de trabalho são também espaços de aprendizagem – o *coworking* educacional e *FabLabs* oferecem ambientes compartilhados para estudo, pesquisa e desenvolvimento de projetos, estimulando a criatividade, a colaboração e o senso de comunidade (Nóbrega & Araújo, 2020; Silva, 2020).

A propagação desses novos modelos é beneficiada por uma necessidade crescente de produção e consumo sustentável nos mercados e na sociedade. A Economia Compartilhada parece conduzir a resposta dessa necessidade por meio da produção de modelos de negócio que associem o crescimento econômico à sustentabilidade ambiental e social, dimensões baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável. A Economia Compartilhada e o desenvolvimento sustentável são duas áreas que se entrelaçam e apresentam um enorme potencial para a construção de um futuro mais próspero e equitativo (Botsman & Rogers, 2011; Silveira, 2016).

Apoiadas na Educação, a combinação dos seus princípios pode gerar novos modelos de organização e concorrência, além de aprimorar os já existentes visto que o modelo de economia linear, típico da sociedade industrial, contribuiu para o inchaço das cidades, para a sobrecarga dos recursos naturais e para a degradação ambiental. (Schor, 2014; Rifkin, 2014; Barile et. al. 2021).

Assim, a convergência desses domínios: Econômico, Educacional e Ambiental – delineia um cenário profícuo para explorar as nuances do uso da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo de maneira sustentável na educação, enfocando os processos de ensino e aprendizagem. Mas, para que a Economia Compartilhada alcance todo seu potencial na Educação, alguns desafios precisam ser superados, é necessário conscientizar o público sobre os benefícios da Economia Compartilhada para o meio ambiente (Reato, 2023); investimento em infraestrutura digital e acesso à *internet* para garantir a inclusão digital (Schlagwein et al., 2020); também a promoção da educação ambiental para estimular o consumo consciente e a mudança de hábitos; e criação de marcos regulatórios para garantir a segurança e a proteção dos usuários em plataformas online (Schor, 2014; Sánchez, 2016).

Outros desafios são também iminentes para a implementação da Economia Colaborativa na educação, como a desigualdade digital, marcada pela falta de acesso à *internet* e

equipamentos, ela limita a participação de alunos em plataformas online. É necessário investir em infraestrutura digital e inclusão digital para garantir a equidade no acesso à educação. A qualidade e confiabilidade dos materiais e recursos compartilhados online podem ser um outro desafio. É necessário estabelecer critérios de qualidade e curadoria de conteúdo para assegurar a excelência educacional (Schlagwein et al., 2020; Reato, 2023).

Nesse contexto, é relevante acrescentar a propriedade intelectual e os direitos autorais, pois é importante garantir o respeito à propriedade intelectual e aos direitos autorais dos materiais compartilhados online, criando mecanismos de proteção e reconhecimento (Małecka et al., 2022). Outro desafio é o desenvolvimento de habilidades digitais, pois alunos e professores precisam desenvolver habilidades digitais para utilizar plataformas online e ferramentas colaborativas, como pesquisa online, comunicação virtual e trabalho em equipe (Patiño Rodríguez et al., 2017). E, por último, mas não menos importante, a regulamentação e proteção do consumidor - é necessário estabelecer marcos regulatórios para garantir a segurança e a proteção dos usuários em plataformas online de educação, incluindo mecanismos de resolução de conflitos (Sánchez, 2016). Apesar dos desafios, a Economia Compartilhada está em crescimento e pode contribuir para uma sociedade mais sustentável (Mann; et all. 2021).

Os autores aqui resgatados desenham um pano de fundo para a compreensão acerca dos conceitos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo. Dessa forma, a literatura revisada oferece uma visão abrangente e crítica sobre as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, destacando tanto seus desafios quanto as suas oportunidades. No próximo capítulo, serão detalhados os procedimentos metodológicos empregados.

3 METODOLOGIA

Este capítulo dedicou-se à descrição do trajeto metodológico a ser percorrido para o alcance dos objetivos da pesquisa, bem como aos materiais empregados para a sua consecução, contemplando os tipos de abordagens e métodos de pesquisa adotados; as unidades de observação e análise; os sujeitos da pesquisa, as estratégias de coleta de dados, e, finalmente, os procedimentos utilizados para a análise dos dados.

A normatização deste trabalho seguiu as diretrizes das "Orientações para Formatação de Dissertações" da Unihorizontes, publicadas em 2024, fundamentadas nas normas da American Psychological Association (APA), 7ª edição. Este documento, disponibilizado pela Unihorizontes, norteou a escrita, a formatação e a estrutura do trabalho acadêmico.

A pesquisa possui caráter exploratório, com vistas a compreender as práticas de Economia Compartilhada em condomínios e seu potencial de adaptação para a SEE/MG e escolas públicas, o que demandou um mapeamento inicial dessas práticas. Trata-se de uma investigação de fenômenos ainda não amplamente conhecidos, justificando o uso de uma pesquisa exploratória (Vergara, 2006). Esta reflete o objetivo de investigar fenômenos pouco mapeados no contexto estudado neste trabalho. Ademais, permite ao pesquisador explorar elementos que podem orientar futuros estudos ou aprofundar o entendimento sobre o tema, ampliando o conhecimento em áreas pouco estudadas (Vergara, 2006; Yin, 2010).

A Tabela 7, intitulada "Organograma Metodológico", expõe as etapas metodológicas da pesquisa. O cabeçalho organiza as informações em três colunas: Etapas, que especifica os momentos-chave do processo de pesquisa; Autores, que lista os estudiosos que embasam cada etapa; e Tipos e Técnicas, que descreve os métodos e ferramentas aplicados em cada fase da investigação. A tabela proporciona um resumo sistemático das bases teóricas e metodológicas utilizadas para conduzir o estudo, desde a abordagem exploratória qualitativa até a coleta e análise de dados com técnicas como entrevistas semiestruturadas, amostragem por saturação teórica, e análise de conteúdo, oferecendo uma visão estruturada do processo investigativo e suas bases teóricas (Creswell, 2021).

Foram atribuídos nomes fictícios para as Unidades de Observação, apresentados na Tabela 7, assim como para os entrevistados, detalhados no Subcapítulo 3.2 Unidades de Observação e Sujeitos de Pesquisa. A abordagem metodológica possibilitou uma investigação aprofundada do tema, com a análise de conteúdo permitindo uma interpretação detalhada dos dados textuais obtidos nas entrevistas (Vergara, 2006; Yin, 2010, 2016; Creswell, 2021).

Tabela 7*Organograma Metodológico*

Etapas	Autores	Tipos e Técnicas
Abordagem de pesquisa e Tipo	Gil (2002), Vergara (2006); Yin (2010, 2016); Creswell, (2021)	Pesquisa Exploratória Qualitativa
Método de Pesquisa	Prodanov & Freitas (2013); Yin (2010, 2016); Fonseca (2016)	Estudo de casos múltiplos
Unidades de observação	Creswell (2021); Bardin (2006); Yin (2010, 2016); Taherdoost (2022).	▪ Condomínios ○ Condomínio vertical <i>Grand Resort Pampulha</i> – Belo Horizonte/Minas Gerais ○ Conjunto Habitacional Santa Clara – Contagem/MG ○ Condomínio Balneário Solar da Lagoa - Carmo do Cajuru/MG ▪ Unidades da SEE/MG: ○ Subsecretaria de Administração ▪ Diretoria AA ▪ Diretoria AB ○ Superintendência Regional de Ensino da Metropolitana Y (SRE – Metropolitana Y) ▪ Escola KA (Rede Privada) ▪ Escola KB ○ Superintendência Regional de Ensino da metropolitana K (SRE – Metropolitana K) ▪ Escola KC ▪ Escola KD
Coleta e Análise de Dados	Bardin (2006); Yin (2010, 2016); Taherdoost (2022); Vergara (2006).	▪ Dois Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas, individuais.
	Lopes (2014), Vergara (2000, como citado em Oliveira et al., 2018).	▪ Técnica de acessibilidade
	Baldin & Munhoz (2011), Vinuto (2014); Prodanov e Freitas (2013); Taherdoost (2022).	▪ Técnica de "bola de neve"
	SRE'snewsy, Veloso, Ikeda, & Rocha (2018), Zhang & Hennebry-Leung (2023).	▪ Técnica "vídeo elicitação"
	Patias & Hohendorff (2019), Silva et al. (2000), Mack et al. (2005), Fontanella, Ricas e Turato (2008).	▪ Definição de fechamento amostral por saturação teórica.
	Bardin (2006); Yin (2001, 2006).	▪ Análise de Conteúdo.

Obs.: Por motivos éticos foram modificados tanto os nomes dos Condomínios quanto das unidades da SEE.

O Organograma Metodológico, Tabela 7, resume o percurso desta pesquisa qualitativa, devido à natureza interpretativa do tema dessa pesquisa. O método utilizado é o estudo de casos múltiplos, abrangendo condomínios e unidades da SEE/MG como unidades de observação. A coleta de dados inclui técnicas como entrevistas semiestruturadas, a técnica bola de neve, e a técnica de vídeo elicitação, com a amostragem definida por saturação teórica. A análise dos dados é realizada por meio da análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2006), o que garante uma interpretação particularizada e sistemática das práticas de economia compartilhada nos diferentes contextos estudados. Nos próximos subcapítulos, esse percurso será detalhado, iniciando pela abordagem, tipo e método de pesquisa.

3.1 Abordagem, tipo e método de pesquisa

O presente trabalho se enquadra na área das Ciências Sociais Aplicadas, tendo como área basilar a Administração, com foco em Inovação. Quanto à abordagem, essa pesquisa foi classificada com propósito descritivo. Este estudo buscou compreender as percepções, experiências e significados atribuídos às práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo – um tema ainda pouco estudado no contexto específico de condomínios fechados, bem como no âmbito da SEE.

Sobre a classificação quanto à natureza da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, a fim de explorar em profundidade as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, voltada para compreender o comportamento e as percepções dos sujeitos em seu ambiente natural. Esse tipo de abordagem mostrou-se apropriado para captar aspectos subjetivos e sociais das interações entre os indivíduos e os contextos nos quais essas práticas ocorrem (Vergara, 2006; Yin, 2010, 2016; Creswell, 2021).

O tipo de pesquisa escolhido foi exploratório, refletindo o objetivo de investigar fenômenos que ainda não foram amplamente mapeados no contexto estudado. Tipo adequado porque permite levantar informações iniciais sobre práticas pouco conhecidas, como a Economia Compartilhada em condomínios. Além disso, possibilitou à pesquisadora explorar elementos que podem orientar futuros estudos ou aprofundar o entendimento sobre o tema, ampliando o conhecimento em áreas pouco estudadas (Vergara, 2006; Yin, 2010).

Para conduzir a investigação, adotou-se o método de estudo de casos múltiplos, conforme proposto por Yin (2010, 2016) e também por Prodanov e Freitas (2013). O estudo de casos múltiplos foi escolhido porque permite a comparação entre diferentes contextos,

possibilitando a identificação de variações e padrões na adoção de práticas de Economia Compartilhada em distintos condomínios. Esse método proporcionou uma análise mais abrangente e detalhada das práticas, facilitando a compreensão de como elas são implementadas e gerenciadas em cada cenário, além de avaliar o potencial de replicação em outras instituições, como as unidades da SEE/MG (Yin, 2010, 2016; Prodanov & Freitas, 2013).

Três etapas foram desenvolvidas para a realização dos procedimentos técnicos, a saber: levantamento da produção científica a partir da pesquisa bibliográfica; levantamento de informações por meio de entrevistas – coleta de dados na forma de entrevistas semiestruturadas e estudo de casos múltiplos com análise dos dados – baseado em análise de conteúdo de Bardin (1977). A pesquisa qualitativa busca coletar informações primárias, dados textuais e analisá-los usando interpretações e métodos específicos (Taherdoost, 2022).

Para compreender a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo nos condomínios, buscou-se investigar essas práticas em seu ambiente real, sem manipulação de variáveis - sendo a exploração de um fenômeno em seu contexto natural, conforme sugere Yin (2015), em seus estudos de casos. Ademais, um dos objetivos específicos foi mapear as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios, o que se alinha com a abordagem dos estudos de casos múltiplos.

Com isso, a pesquisa não se concentrou em casos específicos e delimitados. O uso de casos múltiplos foi recomendável, pois complementou a abordagem exploratória e qualitativa da pesquisa. Os estudos de casos múltiplos ampliaram a profundidade da análise e fortaleceram as conclusões, fornecendo uma base sólida para recomendações futuras, como a aplicação das práticas nas unidades da SEE/MG; entretanto, é importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não foi comparar os condomínios com as unidades da SEE/MG.

A pesquisa seguiu uma estrutura clara de coleta e análise de dados, baseando-se em entrevistas semiestruturadas, conforme indicado por Bardin (2006). A análise de conteúdo foi escolhida para interpretar os dados, permitindo a identificação de categorias e padrões emergentes dos discursos dos participantes. Essa técnica foi complementada pela definição de saturação teórica, conforme Taherdoost (2022), garantindo que a coleta de dados fosse interrompida apenas quando novas informações deixassem de surgir.

3.2 Unidades de observação e sujeitos de pesquisa

Nesta seção, descrevem-se as unidades de observação e os sujeitos de pesquisa envolvidos no estudo das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo. A

escolha dessas unidades baseou-se na diversidade de contextos e perfis, buscando proporcionar uma análise abrangente das diferentes formas de implementação dessas práticas em condomínios fechados verticais e horizontal e avaliar seu potencial de aplicação em unidades da SEE/MG. A seleção foi fundamentada na literatura, que destaca a importância de uma amostra representativa para garantir a diversidade de contextos e experiências (Creswell, 2021). Na Primeira Etapa, a pesquisa foi conduzida em três unidades de investigação, caracterizados com Condomínios fechados, um horizontal e dois verticais, conforme segue.

O *Grand Resort Pampulha*, localizado em Belo Horizonte, foi o primeiro escolhido por ser um condomínio fechado de grande porte, com infraestrutura moderna e práticas bem estabelecidas de Economia Compartilhada. O condomínio conta com áreas comuns como *coworking*, bicicletário e espaços de lazer, que são gerenciados por meio de aplicativos digitais. A escolha dessa unidade se justificou pela ampla adoção de tecnologias de compartilhamento, o que permitiu observar como essas ferramentas são utilizadas pelos moradores em seu cotidiano. A seleção de estudos de casos múltiplos oferece oportunidades de análise de diferentes níveis de participação (Yin, 2016).

O Conjunto Habitacional Santa Clara, situado em Contagem, foi o segundo selecionado por representar um condomínio de porte médio com características socioeconômicas distintas. A escolha dessa unidade possibilitou a investigação das práticas de Consumo Colaborativo em um ambiente que, apesar de mais modesto em termos de infraestrutura, tem buscado implementar ações de Economia Compartilhada entre os moradores. A inclusão das unidades com perfis variados garante uma análise mais ampla das condições que favorecem ou limitam a adoção dessas práticas (Prodanov & Freitas, 2013).

O terceiro foi o Condomínio Balneário Solar da Lagoa, localizado em Carmo do Cajuru, que foi incluído no estudo por ser um condomínio horizontal com características distintas dos demais. Por ter uma estrutura que combina áreas residenciais e de lazer, essa unidade apresenta práticas de compartilhamento voltadas para o uso de recursos comuns, como espaços de convivência e áreas recreativas. A escolha desse condomínio foi feita com base na necessidade de incluir um contexto diferente dos condomínios fechados, tendo em vista que se trata de condomínio horizontal e à beira de um lago, ou seja, uma diversificação das unidades de observação para capturar uma variedade de experiências e práticas (Yin, 2010).

Para a Segunda Etapa, foram selecionadas unidades da SEE/MG, e a primeira foi a Subsecretaria de Administração, localizada na Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), o complexo arquitetônico que abriga a sede do governo estadual de Minas Gerais (chamada internamente pelos servidores da SEE/MG como “Órgão Central”). A Subsecretaria

de Administração é uma unidade fundamental da SEE/MG, que desempenha um papel essencial na gestão administrativa e operacional do sistema educacional do estado. A escolha se baseou na possibilidade de estudar como práticas de Economia Compartilhada podem ser adaptadas para um ambiente institucional, conforme sugerido por Creswell (2021), que ressalta a importância de incluir unidades de pesquisa que permitam a transposição de práticas entre diferentes contextos.

Ela é responsável por: coordenar e executar as atividades de administração de pessoal, de material, de patrimônio e de serviços gerais; gerir os recursos financeiros e orçamentários destinados à educação no estado; supervisionar e coordenar as atividades de infraestrutura e logística das unidades administrativas e escolares, implementar políticas de gestão de pessoas, incluindo capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores da educação. Essa Subsecretaria abrange três Superintendências, diversas diretorias e é responsável por toda parte administrativa de pessoas, recursos e tecnologia da SEE/MG em todo estado.

As Superintendências Regionais de Ensino (SRE's) Metropolitana Y e K são unidades administrativas descentralizadas da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Estão localizadas na Região Central de Belo Horizonte e abarcam vários municípios da Região Metropolitana dessa Capital. As principais atribuições das SRE's Metropolitanas incluem: coordenação e supervisão das escolas estaduais em sua jurisdição; implementação das políticas educacionais definidas pela SEE/MG; acompanhamento e avaliação do desempenho das escolas; e suporte administrativo e pedagógico às unidades escolares. Essa unidade foi selecionada pela abrangência de sua atuação em diversas escolas da capital e região metropolitana. A seleção dessas SRE's proporcionou a oportunidade de observar como práticas de Economia Compartilhada poderiam ser aplicadas em escolas com características demográficas e socioeconômicas distintas. A comparação entre diferentes contextos é fundamental para entender a aplicabilidade de práticas em cenários variados (Creswell, 2021).

Em relação às escolas selecionadas, Escola YA e Escola YB (Rede Privada) estão inseridas na SRE-Metropolitana Y e as Escolas KC e KD estão na jurisdição da SRE-Metropolita K. Elas foram escolhidas por sua representatividade em termos de infraestrutura e número de alunos. A inclusão dessas escolas foi essencial para explorar a possibilidade de implementação de práticas de Economia Compartilhada em um ambiente educacional, institucionais e coletivos.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, estes foram adultos maiores de 18 anos, moradores dos condomínios e os profissionais da SEE/MG. A seleção criteriosa dos participantes, conforme preconizado por Taherdoost (2022), visa garantir a representatividade das experiências e

percepções no estudo, assegurando a riqueza e a profundidade dos dados coletados. A escolha dos sujeitos de pesquisa foi estratégica, buscando abarcar diferentes perspectivas sobre a adoção e gestão das práticas de Economia Compartilhada em ambientes residenciais e institucionais. Não houve restrições quanto à unidade de moradia, área de atuação, formação ou gênero dos participantes. Segundo Yin (2016), eventos humanos podem ser considerados únicos ou tendo algumas propriedades relacionadas e com potenciais aplicáveis a outras situações, como na SEE/MG, por exemplo.

A primeira etapa da pesquisa concentrou-se em condomínios fechados, com foco em administradores, síndicos e moradores que vivenciam as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo. Foram entrevistadas 15 pessoas nos condomínios entre moradores, 5 síndicos, 1 subsíndico, 1 supervisor (esses últimos foram agrupados aos síndicos), 2 administradores condominiais e 12 moradores (alguns dos síndicos e administradores também são moradores e foram somados a esse grupo). A escolha dos síndicos e administradores condominiais levou em conta o tempo de serviço no condomínio, o conhecimento e a experiência, além de indicações da empresa administradora: Pacto Administradora & Corretora de Seguros Ltda – especializada em administração condominial, com atuação que data do ano de 1986.

No processo de coleta de dados, uma entrevista (E1-12) foi excluída do estudo devido a circunstâncias específicas. A participante, uma senhora com idade estimada entre 65 e 75 anos, inicialmente demonstrou interesse e engajamento, participando ativamente das etapas preliminares, incluindo a apreciação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a exibição do vídeo introdutório. No entanto, durante a entrevista propriamente dita, a participante apresentou sinais de comprometimento cognitivo, evidenciados por repetições frequentes e aparente dificuldade de memória. Diante dessa situação, a pesquisadora optou por interromper a entrevista, priorizando o bem-estar da participante. Consequentemente, os dados obtidos nessa interação não foram incluídos na categorização formal do estudo. Não obstante, as implicações decorrentes desse episódio serão objeto de reflexão no Capítulo 4, abordando questões relativas à inclusão.

A segunda etapa da pesquisa direcionou-se para a Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), com o objetivo de analisar o potencial de aplicação das práticas de Economia Compartilhada em unidades educacionais. Foram entrevistados gestores da SEE/MG, incluindo superintendente, diretores, vice-diretores e coordenadores, buscando compreender a visão e as estratégias para uma possível implementação de práticas colaborativas no âmbito educacional.

A seleção das escolas priorizou escolas públicas e uma privada que já haviam implementado iniciativas de práticas colaborativas e compartilhadas.

Nessa etapa, nas unidades SEE/MG, a pesquisa contou com a participação de 9 gestores, quais sejam, um superintendente, um coordenador do núcleo de tecnologia (NTE) da SRE Metropolitana Y, dois diretores da Subsecretaria de Administração da CAMG ligados às áreas Administrativa, Tecnológica e Financeira de toda secretaria, 1 diretor de escola pública da SER Metropolitana K, dois diretores de escola da Rede Privada e 2 vice-diretores da rede pública. Essa diversidade de contextos e perfis permite uma análise abrangente das práticas de Economia Compartilhada em condomínios e de seu potencial de adaptação para as unidades da SEE/MG, conforme destacado por Yin (2016). Dessa forma, as unidades de observação e os sujeitos de pesquisa foram escolhidos para garantir uma diversidade de contextos e perfis, permitindo uma análise abrangente das práticas de Economia Compartilhada em condomínios e de seu potencial de adaptação para as unidades da SEE/MG.

3.3 Procedimentos para coleta de dados

Nesta seção, são descritos os procedimentos adotados para a coleta de dados. O processo de coleta de dados seguiu um planejamento estruturado, conforme preconizado por autores como Bardin (2006) e Creswell (2021), buscando capturar informações detalhadas por meio do instrumento Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas Individuais, conforme Tabelas 8 e 9 Tópico Guia e também apresentado no Apêndice A. Também foi utilizado um caderno de campo para notas, como técnica complementar. O objetivo era aprofundar a compreensão sobre a percepção e a experiência dos participantes em relação à Economia Compartilhada e ao Consumo Colaborativo, buscando dados ricos e detalhados sobre e as opiniões dos entrevistados (Gil, 2002; Vergara, 2006; Yin, 2016).

A pesquisa seguiu os princípios éticos da pesquisa científica, incluindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes, a confidencialidade das informações coletadas e o respeito à integridade destes. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice B) foram apresentados aos participantes antes da entrevista, detalhando os objetivos, bem como os procedimentos de coleta, de armazenamento de dados e os direitos dos participantes.

Foi aplicada a técnica de vídeo elicitação no início de cada entrevista, na qual os participantes assistiram a um vídeo intitulado: “Economia Colaborativa”, com a duração de 2 minutos, que ilustrava situações concretas de práticas de Economia Compartilhada. O vídeo foi elaborado pelo “Centro SEBRAE de Sustentabilidade” e está disponível no Canal oficial do

SEBRAE, no *YouTube*. A transcrição completa do vídeo e as imagens mais relevantes encontram-se no Apêndice C, deste trabalho. O aporte a técnica de vídeo-elicitação tem o intuito de complementar as ferramentas metodológicas da pesquisa qualitativa e seu emprego é recente nas pesquisas em *Marketing*, apesar de já ser empregado em outras áreas, como em pesquisas médicas, por exemplo (Harper, 2002; SRE'snewsky, Veloso, Ikeda, & Rocha, 2018).

Essa técnica foi utilizada para estimular reflexões mais profundas e contextuais dos entrevistados, capacidade dos estímulos visuais e facilitar a evocação de experiências pessoais e opiniões dos sujeitos enriquecendo o conteúdo das respostas. O uso de imagens na entrevista oferece uma dimensão visual para eliciar experiências, sentimentos e pensamentos não observáveis (Richard & Lahman, 2015) e para melhorar a compreensão dos pesquisadores sobre as comunidades escolares ou outros ambientes acadêmicos (Torre & Murphy, 2015; Zhang & Hennebry-Leung, 2023).

Após a exibição do vídeo, individualmente, na sequência dava-se início à entrevista propriamente dita. Esta teve como o principal instrumento de coleta de dados utilizado os roteiros de entrevistas semiestruturadas individuais, aplicados tanto aos condôminos, aos moradores, síndicos e administradores na Primeira Etapa, quanto aos gestores da SEE/MG na Segunda Etapa. A escolha dessa técnica se baseou na flexibilidade que ela proporciona, pois permitiu que os entrevistados expressassem suas opiniões de forma livre, enquanto o pesquisador mantivesse o foco nos temas centrais da pesquisa. Segundo Bardin (2006), as entrevistas semiestruturadas são adequadas para estudos aprofundados, uma vez que possibilitam a obtenção de informações ricas e diversificadas sobre o fenômeno investigado.

Para iniciar o processo de coleta, foi realizada uma entrevista teste com um morador do Condomínio *Grand Resort* Pampulha, a fim de aprimorar o roteiro da entrevista e garantir a clareza e a fluidez das perguntas. Essa etapa foi crucial para a validação do instrumento de pesquisa, permitiu ajustar a linguagem e o direcionamento das questões, garantindo que a coleta de dados fosse eficiente e eficaz. O mesmo procedimento, de entrevista teste, foi realizado na Segunda Etapa com a entrevistada E2-16.

Os roteiros foram desenvolvidos com base na revisão da literatura e nos objetivos da pesquisa, como recomendado por Prodanov e Freitas (2013). O uso do roteiro assegurou que todas as entrevistas abordassem os mesmos tópicos principais, enquanto proporcionava liberdade para explorar questões emergentes durante as interações. Eles orientaram a condução das conversas e permitiram que os entrevistados explorassem temas relevantes dentro do escopo da pesquisa. A elaboração do roteiro de entrevista envolve a utilização dos objetivos da

pesquisa, a seleção dos construtos a serem mensurados e a formulação das perguntas (Taherdoost, 2022).

As entrevistas testes tanto em condomínio quanto na área da educação foram agendadas utilizando a “técnica de acessibilidade” ou “conveniência” - seleção de participantes pela facilidade de acesso, útil para estudos exploratórios ou qualitativos (Lopes, 2014). Assim, por acessibilidade, agendou-se a entrevista teste com um morador E1-01 do Condomínio *Grand Resort* Pampulha e foi replicada para os entrevistados, E1-2, E2-01 e E2-16 e aos demais na Segunda Etapa. “A amostra por acessibilidade, longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles” (Vergara, 2000, como citado em Oliveira et al., 2018),

Com o roteiro finalizado, a coleta de dados continuou e para as outras entrevistas foi utilizada a técnica “bola de neve”, também conhecida como *Snowball Sampling*, caracterizada por ser uma amostragem não probabilística utilizada em pesquisas qualitativas. O processo inicia com “sementes” (participantes iniciais) que indicam novos participantes e, assim, sucessivamente (Baldin & Munhoz, 2011; Vinuto, 2014; Vergara, 2016).

Essa técnica, muito utilizada em pesquisas qualitativas, permitiu alcançar um número significativo de participantes, a partir de indicações de entrevistados iniciais. (Prodanov e Freitas, 2013; Taherdoost, 2022).

Não houve restrições quanto à unidade de moradia, área de atuação, formação ou gênero dos participantes. Diante disso, após o morador E1-01 indicar e apresentar a pesquisadora aos administradores do condomínio, novas entrevistas aconteceram. E outras também na primeira etapa da coleta de dados seguiram o mesmo processo: E1-03 indicou E1-07, E1-07 indicou E1-08 e E1-10, E1-08 indicou E1-09, E1-12 indicou E1-15. Os síndicos também indicavam moradores como potenciais entrevistados. E o contato com esses os potenciais entrevistados ocorria pessoalmente, mas também se dava por meio de ligações telefônicas, *e-mails* ou mensagens de *WhatsApp*, com uma breve apresentação do tema da pesquisa e convite à participação.

Após o contato inicial, o agendamento da entrevista era realizado, buscando a melhor data e horário para o entrevistado. Caso o morador tivesse disponibilidades para conceder a entrevista, era realizada na mesma hora. A escolha por entrevistas presenciais se deu com o intuito de criar uma interação direta e natural com os participantes, o que favoreceu uma coleta de dados autênticos, como observado por Creswell (2021). Em situações esporádicas, em que o entrevistado não podia atender presencialmente, a entrevista foi realizada remotamente, por meio do aplicativo *Google Meet*, como ocorreu com os entrevistados E1-02, E1-13 e E1-07.

Na segunda etapa, o pesquisador procurava diretamente o profissional da SEE/MG, pela técnica de acessibilidade, por meio de mensagem de *WhatsApp*, ligação telefônica ou *e-mail*, era agendada a entrevista e seguia o mesmo processo descrito anteriormente. A definição do número de entrevistas foi guiada pelo princípio da “saturação teórica” que é alcançada, e é interrompido o recrutamento de entrevistados adicionais quando os dados coletados apresentam redundância ou recorrência dos achados (Silva et al., 2000; Mack et al., 2005; Fontanella, Ricas e Turato 2008). Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para garantir que os dados coletados sejam suficientes para uma análise abrangente e que todas as nuances do fenômeno investigado sejam capturadas.

Assim, a coleta de dados nos condomínios foi interrompida na 15ª entrevista, enquanto na SEE/MG, na 9ª entrevista, quando as respostas começaram a se repetir e não surgiram novas informações relevantes para o estudo. As recomendações sobre o número de participantes em estudos qualitativos, baseadas nas pesquisas anteriores, indicam que a saturação de dados pode ser alcançada com a quantidade de entrevistas que varia de dois a sessenta indivíduos, dependendo das características específicas do estudo. (Patias & Hohendorff, 2019).

O tempo médio das entrevistas foi de uma hora e sete minutos, considerando o tempo de apresentação do tema e do TCLE (Apêndice B), visita ao condomínio (quando o entrevistado convidava a pesquisadora para mostrar alguma área específica, como Espaço pet, Academia, Espaço *Kids*, por exemplo) e a duração de exibição do vídeo: Economia Colaborativa (detalhado anteriormente).

Para garantir a integridade dos dados coletados, todas as entrevistas foram gravadas em dois *softwares* diferentes: “Gravador de Som” do *Windows* e “Gravador” do celular Android, com a permissão dos participantes, conforme recomendado por Bardin (2006). As gravações possibilitaram a transcrição completa das falas, o que foi essencial para a posterior análise de conteúdo. Além disso, foram feitas notas em “caderno de campo” a fim de registrar impressões do pesquisador sobre o contexto das entrevistas e o comportamento dos participantes, como sugerido por Yin (2016).

Ao final da entrevista, a pesquisadora agradeceu a participação do entrevistado, ressaltando a importância da sua contribuição para a pesquisa. Por fim, os dados coletados foram organizados e armazenados de forma sistemática, utilizando os *softwares* de armazenamento em nuvem *Google Drive* e *Onedrive* – a fim de garantir a segurança das informações e facilitar o processo de análise posterior. Esses procedimentos seguiram as orientações éticas para pesquisas com seres humanos, garantindo a confidencialidade das

informações dos participantes e o uso adequado dos dados coletados, conforme sugerido por Creswell (2021).

Na sequência, serão apresentados os Tópicos Guias, Tabelas 8 e 9 que nortearam a estrutura do roteiro para entrevistas. A primeira tabela apresenta o Tópico Guia para entrevistas nos condomínios, focando em aspectos como a descrição do condomínio, práticas de Economia Compartilhada implementadas, fatores que influenciam essas práticas, impactos na dinâmica do condomínio, desafios e benefícios observados, comparações com outros espaços e sugestões para implementação em outros contextos.

A Tabela 8, intitulada "Tópico Guia da Primeira Etapa: Entrevistas nos Condomínios", apresenta a estrutura metodológica para a condução de entrevistas em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo da tabela é “mapear as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo” e “identificar as motivações e os desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios”.

A Tabela 9 delinea o “Tópico Guia da Segunda etapa: Entrevistas nas Unidades da SEE/MG”, abordando temas como a caracterização da unidade escolar, práticas de Economia Compartilhada existentes, fatores que influenciam essas práticas, impactos observados, desafios e benefícios, comparações com outras unidades e sugestões para implementação. O objetivo da tabela é “Analisar o potencial da aplicação e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG.”

As Tabelas 8 e 9 estão organizadas em colunas que incluem a Pergunta de Pesquisa, os Objetivos das entrevistas, as Evidências, o Roteiro de Entrevistas, as Categorias Principais de Análise, e os Autores que embasam a metodologia. Essas categorias fornecem uma visão clara dos elementos investigados e das técnicas utilizadas para coletar dados qualitativos. Ambas as tabelas forneceram maior clareza e abrangência para a condução das entrevistas semiestruturadas, permitindo uma exploração sistemática dos temas relacionados à Economia Compartilhada em diferentes contextos.

Tabela 8*Tópico Guia da Primeira Etapa: Entrevistas nos Condomínios*

Pergunta de Pesquisa	Objetivos	Evidências	Roteiro de Entrevistas	Categorias Principais de Análise	Autores
Quais as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam potencial de aplicação nas unidades da Secretaria de Estado de Educação de	Mapear e		▪ Quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo já estão implementadas nos condomínios?	Práticas e	Vieira, Dornelle & Silva (2021)
	caracterizar as		▪ Quais são os fatores que influenciam a adoção das práticas de Economia	Características	
	práticas de		Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios?	da Economia	Reato (2023)
	Economia		▪ Como essas práticas estão sendo organizadas e gerenciadas?	Compartilhada	
	Compartilhada e	Entrevistas	▪ Qual o perfil dos condôminos que mais utilizam as práticas de Economia	nos	Patiño et. al. (2017)
	Consumo	Individuais	Compartilhada e Consumo Colaborativo?	Condomínios	
	Colaborativo nos		▪ Como as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo		Viana & Cunha (2024)
	condomínios		estão impactando a vida dos condôminos e a dinâmica dos condomínios?		
			▪ Quais são as características específicas da implementação das práticas de	Tecnologia	Schwab (2016, 2019)
			Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios	como	
			fechados?	facilitadora	
	Identificar as		▪ Quais são os principais benefícios e desafios da implementação dessas		Silva (2020)
	motivações e os		práticas nos condomínios?		
	desafios da		▪ Quais características diferenciam a implementação de modelos de Economia	Motivações para	Shmidt (2023)
	implementação e	Entrevistas	Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados em	a Economia	
	das práticas de	Individuais	relação a outros tipos de habitação?	Compartilhada	Stokes (2015)
	Economia		▪ Que estratégias podem ser utilizadas para superar os desafios da	nos	
	Compartilhada e		implementação e desses modelos de economia e consumo em condomínios	Condomínios	
			fechados?		

Pergunta de Pesquisa	Objetivos	Evidências	Roteiro de Entrevistas	Categorias Principais de Análise	Autores
Minas Gerais (SEE/MG)?	Consumo Colaborativo nos condomínios		- De que forma os condomínios estimulam a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores? - Como o sucesso da implementação dos modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios pode ser medido? - Quais exemplos de boas práticas podem ser utilizados como referência para a implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em outros locais, como em Escolas Públicas, por exemplo?	Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios	

Tabela 9

Tópico Guia da Segunda etapa: Entrevistas nas Unidades da SEE/MG

Pergunta de Pesquisa	Objetivos	Evidências	Roteiro de Entrevistas	Categorias Principais de Análise	Autores
Quais as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios	Analisar o potencial da aplicação e o impacto da implementação	Entrevistas Individuais	- Qual o potencial de adaptação e de aplicação das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG? - Quais tipos de recursos e serviços poderiam ser compartilhados nas unidades da SEE/MG por meio da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo? - Como as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo podem ser adaptados às necessidades das unidades da SEE/MG? - Quais são os benefícios potenciais da implementação de práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG?	Potencial da aplicação e o impacto das	SEE/MG (2021) Viana & Cunha (2024)

Pergunta de Pesquisa	Objetivos	Evidências	Roteiro de Entrevistas	Categorias Principais de Análise	Autores
fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam potencial de aplicação nas unidades da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)?	o de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG	▪ De que forma essas práticas podem contribuir para a otimização dos recursos, a redução de custos e a sustentabilidade nas unidades da SEE/MG? ▪ Existe alguma prática de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo empregadas no mercado que já foram testados e validados em ambientes institucionais semelhantes às unidades da SEE/MG? ▪ Quais seriam os principais desafios para a adaptação e aplicação dos modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG? ▪ Que estratégias podem ser utilizadas para promover a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores da SEE/MG? ▪ Como o sucesso ou o insucesso da implementação dos modelos de economia e consumo nas unidades da SEE/MG pode ser medido? ▪ Quais características específicas das unidades da SEE/MG podem facilitar ou dificultar a adaptação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo? ▪ De que forma a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo podem contribuir para a sustentabilidade nas unidades da SEE/MG? ▪ Quais benefícios adicionais a implementação da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo pode trazer para as unidades da SEE/MG e para os servidores? ▪ De que forma a SEE/MG poderia estimular a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores? ▪ Que exemplos de boas práticas de implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo no setor público podem servir de referência para a SEE/MG?	práticas na SEE/MG	Impacto da implementação das Práticas na SEE/MG	Silva (2020)

A Tabela 8 destaca duas perguntas principais: a primeira busca mapear e caracterizar as práticas colaborativas nos condomínios, enquanto a segunda visa identificar os desafios e motivações para sua implementação. As entrevistas individuais são a principal fonte de evidências, com questões que exploram desde as práticas já implementadas até os perfis dos condôminos que mais utilizam essas iniciativas. As categorias principais de análise incluem "Práticas e Características da Economia Compartilhada" e "Motivações e Desafios", permitindo uma análise detalhada sobre como essas práticas estão organizadas e gerenciadas nos condomínios. Autores como Vieira, Dornelle & Silva (2021) e Viana & Cunha (2024) fundamentam a metodologia, oferecendo uma base teórica sólida para a análise das práticas investigadas.

Já a Tabela 9 destaca questões centrais que buscam explorar o potencial de adaptação das práticas colaborativas já implementadas em Condomínios para o Ambiente Educacional. As entrevistas individuais são a principal fonte de evidências, com perguntas que abordam desde os tipos de recursos que poderiam ser compartilhados nas unidades da SEE/MG até os desafios e benefícios potenciais dessas práticas. As categorias principais de análise incluem "Potencial da Aplicação e Impacto das Práticas na SEE/MG" e "Impacto da Implementação das Práticas na SEE/MG", permitindo uma avaliação detalhada sobre como essas iniciativas podem otimizar recursos, reduzir custos e promover a sustentabilidade nas unidades educacionais. Autores como Viana & Cunha (2024) e Silva (2020) fundamentam a metodologia, oferecendo uma base teórica sólida para a análise das práticas investigadas no contexto da SEE/MG.

3.4 Técnicas de análise de dados

Nesta seção, são apresentados os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados durante a pesquisa. A técnica principal utilizada foi a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), amplamente reconhecida como uma abordagem eficaz para organizar e interpretar dados qualitativos. Essa técnica foi escolhida pela sua capacidade de identificar padrões e categorias a partir de discursos, permitindo uma interpretação sistemática e objetiva das informações obtidas nas entrevistas. A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em frequente aperfeiçoamento, que se aplica a discursos extremamente diversificados (Bardin, 2011). Ela traz à tona o que está em segundo plano na mensagem que se analisa, buscando outros significados intrínsecos na mensagem (Oliveira, 2011).

A análise de conteúdo, empregada neste estudo, está estruturada em três fases: Pré-análise, Exploração do Material, e Tratamento dos Resultados incluindo inferência e interpretação. Essa abordagem visa identificar padrões e temas recorrentes nas entrevistas analisadas. Nessa fase, realizou-se a organização inicial do material, incluindo a transcrição das entrevistas e a definição preliminar de códigos temáticos. A exploração do material envolveu a codificação e categorização dos dados, utilizando um sistema de cores para facilitar a identificação de temas.

Posteriormente, foi realizada a transcrição dos áudios das entrevistas por meio do *Software* de reconhecimento de fala *Clipto AI*. Trata-se de uma Inteligência Artificial de transcrição automática com precisão, que identifica o falante e distingue diferentes pessoas em suas transcrições (<https://www.clipto.com/pt/free-tools>, acesso em 07.10.2024). Assim, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, conforme sugerido por Yin (2016), para garantir a precisão dos dados analisados e geraram 196 páginas de um documento do Software Microsoft Word no total, 127 da Primeira Etapa de Entrevistas e 69 da Segunda Etapa de Entrevistas. Dessas páginas, 194 foram avaliadas, considerando 2 páginas desprezadas da entrevista excluída de E1-12 (conforme descrito no Subcapítulo 3.3). A transcrição completa captou nuances e expressões que pudessem ser relevantes no entendimento das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios e sua possível adaptação para as unidades da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Após a transcrição, foi feita a leitura flutuante de todas as transcrições e iniciou-se o processo de codificação, que consistiu em atribuir códigos a trechos específicos das falas dos participantes. Esses códigos foram desenvolvidos com base nos temas emergentes do Referencial Teórico e dos objetivos da pesquisa, seguindo a orientação de Creswell (2021). A codificação foi feita de maneira a agrupar as falas dos entrevistados às categorias temáticas, Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios; Tecnologia como Facilitadora; Motivações para a Economia Compartilhada nos Condomínios; Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios; Potencial da aplicação e o impacto das práticas na SEE/MG, e Impacto da implementação das Práticas na SEE/MG, conforme apresentado nas Tabelas 8 e 9 - Tópicos Guia. Esse processo permitiu uma organização mais clara dos dados e facilitou a identificação de padrões recorrentes entre os diferentes grupos de participantes.

O tratamento dos dados incluiu a quantificação de intensidade e a triangulação entre diferentes estratos de participantes em cada Etapa, separadamente – Primeira Etapa entre os Administradores, Síndicos, Subsíndico e moradores, e Segunda Etapa entre os Gestores da Educação que participaram desta pesquisa. Essa etapa permitiu a identificação de padrões e a

elaboração de inferências baseadas nos objetivos da pesquisa. Em seguida, as categorias resultantes da codificação foram analisadas para identificar padrões, recorrências e diferenças entre as percepções dos participantes em suas etapas de entrevistas, conforme a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

A análise foi feita buscando compreender como as práticas de Economia Compartilhada são percebidas nos diferentes contextos, como condomínios de diferentes tamanhos e perfis socioeconômicos, bem como em escolas e superintendências da SEE/MG, separadamente. Essa comparação entre as unidades de observação permitiu explorar como diferentes ambientes influenciam a adoção e o funcionamento dessas práticas de compartilhamento e Consumo Colaborativo. Três tipos de categorização foram utilizados neste trabalho: *A priori*: categorias pré-definidas com base na literatura ou teoria e nos objetivos – Categorias Primárias. *A posteriori*: categorias emergem dos próprios dados (entrevistas) – Categorias Secundárias e Terciárias.

A Tabela 10, com o título "Índices da Pré-análise com base nas Categorias Principais", apresenta as principais categorias que emergiram do referencial teórico, unto aos seus códigos e explicações. O objetivo da tabela é fornecer uma visão das categorias utilizadas para mapear e analisar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios, bem como avaliar o potencial de aplicação dessas práticas nas unidades da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A Tabela 10 está organizada em colunas que incluem o Objetivo, a Descrição do que se pretende alcançar, a Categoria Principal que agrupa as práticas ou conceitos analisados, e uma Explicação detalhada sobre cada categoria.

Tabela 10

Índices da Pré-análise com base nas Categorias Principais

Objetivo	Descrição do Objetivo	Categoria Principal	Explicação da Categoria
Mapeamento e Caracterização das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios	Identificar as práticas e as formas como os moradores dos condomínios reúnem bens e serviços, promovendo uma Economia Compartilhada e sustentável nessas comunidades.	Práticas e Características da Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios (PEC) Tecnologia como facilitador (TCF)	Levantamento e descrição das práticas que refletem os princípios do Compartilhamento, Colaboração e o uso eficiente de recursos – inclui o compartilhamento de espaços comuns, veículos, ferramentas, serviços, etc. Explora as características das práticas de compartilhamento nos condomínios, bem como as experiências vividas pelos moradores ao aderirem a essas práticas. Investigação sobre como as tecnologias digitais facilitam o compartilhamento nos condomínios, incluindo a utilização de plataformas e aplicativos para

Objetivo	Descrição do Objetivo	Categoria Principal	Explicação da Categoria
			organizar e aprimorar essas práticas colaborativas.
Identificar as motivações e os desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios	Estudar os fatores que motivam os moradores a participarem do compartilhamento de bens e serviços, bem como as barreiras enfrentadas na implementação dessas práticas	Motivações para o compartilhamento nos Condomínios (MCC) Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios (DEC)	Estudo sobre os fatores que motivam os moradores a participarem do compartilhamento de bens e serviços, como economia financeira, socialização e sustentabilidade. Identificação das dificuldades e barreiras enfrentadas na implementação de práticas de Economia Compartilhada, tais como resistência cultural, resistência à tecnologia e desafios de infraestrutura.
Analisar o potencial da aplicação e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG.	Analisar a previsão e os efeitos possíveis da aplicação das práticas Compartilhadas e Colaborativas mapeadas nos condomínios no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.	Potencial de Aplicação das Práticas na SEE/MG (PAP) Impacto da implementação das Práticas na SEE/MG (ADP)	Análise sobre a possibilidade da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) de adotar práticas de Economia Compartilhada. Avaliação dos efeitos positivos e negativos que a implementação das práticas de Economia Compartilhada pode trazer para a SEE/MG, incluindo otimização de recursos, melhoria na colaboração entre servidores e impacto na qualidade dos serviços educacionais.

A Tabela 10 está organizada em torno dos objetivos específicos e das categorias principais definidas *a priori*, apresentando a explicação de cada um deles. As categorias principais incluem "Práticas e Características da Economia Compartilhada" e "Tecnologia como Facilitadora", que exploram como as tecnologias digitais podem aprimorar o compartilhamento nos condomínios. Além disso, a tabela aborda as "Motivações para o Compartilhamento" e os "Desafios da Economia Compartilhada", fornecendo uma análise detalhada dos fatores que influenciam a adoção dessas práticas.

Essa Tabela 10 também explora o "Potencial de Aplicação das Práticas na SEE/MG" e o "Impacto da Implementação das Práticas", avaliando os efeitos positivos e negativos que essas iniciativas podem trazer para o ambiente educacional. A análise inclui aspectos como otimização de recursos, melhoria na colaboração entre servidores e impacto na qualidade dos serviços educacionais. Essas categorias ajudaram a estruturar a análise das entrevistas e forneceram uma base sólida para entender como as práticas de economia compartilhada podem ser adaptadas ao contexto educacional.

Durante a fase de pré-análise e leitura flutuante das entrevistas da Secretaria, conforme Bardin (1977), para familiarizar-se com os dados e identificar os temas e categorias, foram destacadas recorrências em temas como compartilhamento de espaços (como salas de aula e quadras), parcerias com instituições externas e desafios tecnológicos e burocráticos que fizeram parte das subcategorias detalhadas no Subcapítulo 4.3, nas categorias Adaptabilidade na SEE/MG. Essa fase permitiu delinear mais tópicos de análise, correlacionando-os com as teorias exploradas no referencial teórico, especialmente os conceitos de Economia Compartilhada de Botsman e Rogers (2010) e as questões de colaboração e sustentabilidade tratadas por Belk (2014).

A análise de conteúdo realizada revelou a complexidade e interconexão dos dados encontrados. É comum que as informações obtidas não se limitem a uma única categoria, mas permitam transversalmente várias partes. Na apresentação dos resultados, as categorias serão dispostas na mesma sequência utilizada para a elaboração da contribuição teórica. Essa estruturação visa organizar de forma lógica as informações subjetivas, facilitando a compreensão do processo interpretativo adotado na pesquisa.

O procedimento de análise foi considerado suficiente após 15 entrevistas na Primeira Etapa e 9 na Segunda Etapa, quando se observou a saturação dos temas emergentes. Durante o processo de análise, também foi utilizada a técnica de triangulação, conforme sugerido por Yin (2016), para verificar a consistência das informações obtidas. A triangulação envolveu a comparação dos dados obtidos nas entrevistas tanto dos condôminos, síndicos e administradores quanto nas entrevistas com os profissionais da SEE/MG. Vale observar não ser objetivo desta pesquisa comparar condomínios com as unidades da SEE/MG, visto que se trata de ambientes distintos, mas sim, comparar as práticas de compartilhamento.

Essa abordagem contribuiu para aumentar a confiabilidade dos resultados, garantindo que as interpretações fossem baseadas em múltiplas evidências. A apresentação dos resultados priorizou uma descrição detalhada, incluindo citações diretas, para oferecer uma representação rica e realista dos achados da pesquisa. A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), envolve um processo estruturado de categorização dos dados, que permite descrever de maneira organizada o conteúdo das entrevistas. A interpretação final dos resultados buscou estabelecer conexões com o referencial teórico, proporcionando uma visão abrangente e contextualizada do tema.

Finalmente, os resultados da análise de conteúdo foram sintetizados no Capítulo 4 de forma detalhada e serviram de base para a interpretação dos resultados e a elaboração das conclusões da pesquisa. A análise incluiu a descrição das principais categorias e subcategorias

identificadas, além da apreciação das diferenças e semelhanças entre as práticas estudadas. Esse processo foi essencial para responder ao problema de pesquisa e fornecer um panorama das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios e de sua possível aplicação nas unidades da SEE/MG.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

O Capítulo 4 apresenta a descrição e análise dos dados coletados durante a pesquisa, empregando a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006). Este capítulo se dedica à identificação, descrição e análise das categorias recorrentes, utilizando exemplos diretos das falas dos entrevistados para ilustrar e fundamentar as interpretações realizadas sobre as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo e a aplicabilidade na SEE/MG. A análise de conteúdo constitui o cerne deste capítulo, explorando em profundidade as principais categorias e temas emergentes das entrevistas.

Os dados foram organizados em categorias principais e subcategorias, alinhadas aos objetivos e ao referencial teórico desta pesquisa. Optou-se por manter a maior fidelidade possível para os trechos de entrevistas aqui apresentados, retirando apenas palavras ou pequenas sentenças consideradas de baixa importância e sinalizadas com parênteses e reticências, para a melhor compreensão do contexto.

A Economia Compartilhada refere-se ao uso de plataformas e mecanismos que permitem o compartilhamento de recursos subutilizados (Belk 2014), enquanto o Consumo Colaborativo envolve práticas em que bens e serviços são distribuídos e consumidos de forma colaborativa entre os membros de uma comunidade (Schor, 2010). Entretanto, muitas vezes, esses termos são usados como análogos e, tendo em vista a carência de uma diferenciação clara entre eles, nesta Análise também serão entendidos como similares, levando em conta o alinhamento com Belk (2014), que considera o Consumo Colaborativo um subconjunto da Economia Compartilhada. Porém, nos casos de práticas explícitas de Consumo Colaborativo nas entrevistas, estas serão destacadas ao longo deste capítulo.

A estrutura do capítulo foi concebida para proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos dados coletados e em resposta aos objetivos. Inicialmente, o subcapítulo 4.1, a seguir, apresenta o Perfil Sociodemográfico dos entrevistados e os cenários da pesquisa, oferecendo uma contextualização essencial para a compreensão dos resultados. Os subcapítulos “4.2 Mapeamento e Caracterização das Práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios” e “4.3 Identificar as motivações e os desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios” exploram as categorias de análise investigando as motivações e os desafios relacionadas aos Condomínios.

Na sequência, o subcapítulo “4.4 Análise do potencial da aplicação e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na

SEE/MG.” aborda a Segunda Etapa da pesquisa, trazendo a análise vinculada à Educação por meio da SEE/MG. Por fim, o subcapítulo 4.5 apresenta-se a “Convergência – Análise Comparativa das práticas”, realizando uma apreciação comparativa que sintetiza os principais achados da pesquisa. Essa estruturação permitiu uma exploração aprofundada das principais categorias e temas emergentes das entrevistas, fornecendo uma base sólida para as interpretações e conclusões do estudo.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados e Cenários da Pesquisa

Nesta seção, são apresentadas as características demográficas e profissionais dos participantes da pesquisa: dos condomínios e da SEE/MG. Para preservar o anonimato dos entrevistados, foi adotado um sistema de codificação específico. Os códigos atribuídos aos participantes seguem a seguinte lógica: o prefixo “E1” indica os dados coletados durante a Primeira Etapa das entrevistas nos condomínios, enquanto “E2” refere-se aos participantes da Segunda Etapa que são os profissionais da SEE/MG. O número sequencial após o prefixo identifica cada entrevistado individualmente. Por exemplo, “E1-01” representa o primeiro entrevistado da primeira etapa, enquanto “E2-01” corresponde ao primeiro entrevistado da segunda etapa. Essa codificação permite uma análise sistemática dos dados, mantendo a confidencialidade dos participantes e facilitando a identificação das diferentes fases da pesquisa.

4.1.1 Entrevistados da Primeira Etapa

Os entrevistados estão distribuídos em três condomínios diferentes, localizados em três municípios distintos. O *Grand Resort Pampulha* (Belo Horizonte) e o Conjunto Habitacional Santa Clara (Contagem) são os mais representados, com seis e cinco entrevistados, respectivamente. A maioria dos entrevistados reside em Belo Horizonte (6) e Contagem (5), com dois casos em Carmo do Cajurú e dois não aplicáveis por serem prestadores de serviços não residentes.

A apresentação do perfil dos entrevistados inclui informações sociodemográficas como faixa etária, gênero, formação acadêmica e experiência profissional, sempre respeitando o compromisso de anonimato. Esses dados são importantes para contextualizar as respostas

obtidas e proporcionar uma compreensão mais aprofundada das perspectivas apresentadas pelos participantes.

A Tabela 11, intitulada "Perfil Social dos Entrevistados dos Condomínios", apresenta uma visão detalhada das características demográficas e sociais dos participantes da pesquisa realizada em três condomínios: Grand Resort Pampulha, Conjunto Habitacional Santa Clara e Condomínio Morada do Lago. A tabela está organizada em colunas que incluem informações sobre os Entrevistados, como a Faixa Etária, Sexo, Estado Civil, Ocupação, Vínculo Condominial, Convivência Doméstica, o Condomínio onde residem ou trabalham, e o Município. Esses dados permitem uma análise detalhada do perfil social dos entrevistados, destacando a diversidade de ocupações, estados civis e formas de convivência doméstica, além de indicar o tipo de vínculo que cada participante tem com o condomínio (morador, síndico, prestador de serviço, entre outros).

Tabela 11

Perfil Social dos Entrevistados dos Condomínios

Entr evist ados	Faixa Etária	Sex o	Estado Civil	Ocupação	Vínculo Condominial	Convivência Doméstica	Condomínio	Muni cípio
E1-01	25-30	M	Solteiro/ sem filhos	Empresário e Estudante	Morador	Sozinho	Grand Resort Pampulha	BH
E1-02	35-40	F	Casada/ 1 filho	Farmacêutica, Empresária da Área de Estética	Morador	Marido e filho	Grand Resort Pampulha	BH
E1-03	45-50	F	Casada/ 1 filho	Síndica de 42 prédios	Moradora e Síndica Geral	Marido e filho	Conjunto Habitacional Santa Clara	Conta gem
E1-04	60-65	F	Viúva/3 filhos moram fora	Tesoureira/Cu ida do condomínio (Administrad ora)	Morador e Tesoureira Geral (Administrado ra)	Sozinha	Conjunto Habitacional Santa Clara	Conta gem
E1-05	50-55	F	NI	Monitora em escola e Voluntária na Casa Azul	Moradora e Síndica de Bloco	Filha	Conjunto Habitacional Santa Clara	Conta gem

Entr evist ados	Faixa Etária	Sex o	Estado Civil	Ocupação	Vínculo Condominial	Convivência Doméstica	Condomínio	Muni cípio
E1- 06	45-50	M	Casado 2 filhos	Subsíncido, Aposentado do Setor Metalúrgico	Subsíncido de Bloco	Esposa e 2 filhos e animais de estimação	Conjunto Habitacional Santa Clara	Conta gem
E1- 07	55-60	F	Casada, 2 filhos	Vendas presenciais na construção civil	Moradora	Filha	Conjunto Habitacional Santa Clara	Conta gem
E1- 08	45-50	M	Casado/ sem filhos	Supervisor de serviços gerais	Não mora/ Prestador de Serviço	Não se aplica	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH
E1- 09	30-35	F	Casado/ sem filhos	Administrado ra do condomínio	Não moda/ Prestador de Serviço	Não se aplica	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH
E1- 10	45-50	M	Casado/ 2 filhos	Jornalista	Morador	Esposa e 2 filhos	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH
E1- 11	60-65	M	Casado/ 1 filha	Síndico /Analista de Sistemas em Empresa Pública Estadual	Morador e Síndico	Esposa e filha	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH
E1- 12	60-65	F	Viúva/1 filho	Costureira e lojista aposentada	Moradora	Sozinha	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH
E1- 13	45-50	M	Casado/ 3 filhos	Empresário, Síndico e Corretor de Imóveis	Morador, Síndico e Corretor	Esposa e 3 filhos	Condomínio Balneário Solar da Lagoa	Carm o do Cajur ú
E1- 14	50-55	M	Viúvo/3 filhos	Empresário e Representante Comercial	Proprietário, mas, não mora.	Não se aplica	Condomínio Balneário Solar da Lagoa	Carm o do Cajur ú
E1- 15	20-25	F	Solteira	Estudante	Moradora	Pai e Mãe	<i>Grand Resort</i> Pampulha	BH

Nota: E1 – indica participantes da Primeira Etapa das entrevistas; M – sexo Masculino; F – sexo Feminino; BH – Município de Belo Horizonte, NF – não informado.

A Tabela 11 revela uma diversidade significativa entre os entrevistados em termos de faixa etária, que varia entre 20 e 65 anos, com predominância de pessoas na faixa dos 45 aos 50 anos. Os entrevistados desempenham diferentes funções nos condomínios, desde moradores até síndicos e prestadores de serviço. Além disso, há uma variação no estado civil e na convivência doméstica, com alguns participantes vivendo sozinhos e outros com suas famílias. A Tabela 11 também destaca a predominância feminina entre os entrevistados e a presença de profissionais em áreas variadas como farmacêutica, jornalista, administradora e corretor de imóveis. Essa diversidade oferece uma visão abrangente sobre as diferentes perspectivas e experiências relacionadas às práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios estudados.

Diante disso, observa-se que os entrevistados se apresentam em uma diversidade de perfis, abrangendo diferentes faixas etárias, estados civis, ocupações e vínculos condominiais. Essa heterogeneidade permite uma visão abrangente das perspectivas e experiências relacionadas à vida em condomínio. A faixa etária dos entrevistados está entre 20 e 65 anos, com uma distribuição relativamente equilibrada. A faixa de 45-50 anos é a mais representativa, com quatro entrevistados, seguida pelas faixas de 60-65 anos e 50-55 anos, com três entrevistados cada.

Na Tabela 11, percebe-se uma distribuição equilibrada entre os sexos, com oito mulheres e sete homens entrevistados. Essa paridade permite uma análise comparativa das percepções e experiências de ambos os sexos no contexto condominial. A maioria dos entrevistados é casada (9), seguida por viúvos (3) e solteiros (2), com um caso não informado. Entre os casados, o número de filhos varia de zero a três, refletindo diferentes composições familiares. As situações de convivência doméstica variam, incluindo pessoas que moram sozinhas (3), com cônjuge e filhos (6), apenas com filhos (3), com os pais (1) e casos não aplicáveis para não moradores (2).

Em relação às ocupações dos entrevistados, elas são diversificadas, incluindo profissionais liberais, empresários, funcionários públicos, aposentados e estudantes. Destaca-se a presença de várias pessoas com funções relacionadas à administração condominial, como síndicos, subsíndicos e tesoureiros. A maioria dos entrevistados (12) é moradora dos condomínios, enquanto três são prestadores de serviços não residentes. Entre os moradores, alguns acumulam funções administrativas no condomínio, como síndico ou tesoureiro.

Essa diversidade de perfis proporciona uma base de dados para análise das dinâmicas condominiais. A presença de moradores e prestadores de serviços oferece perspectivas complementares sobre a vida condominial, enquanto a variedade de ocupações e situações familiares reflete a complexidade das relações e necessidades dentro desses espaços compartilhados.

No que concerne ao cenário desta pesquisa, o Condomínio da primeira unidade estudada está localizada na Região da Pampulha e para preservar o sigilo dos dados foi chamado pelo nome fictício de “*Grand Resort Pampulha (GRP)*”. É composto por quatro torres, cada uma com 11 pavimentos, distribuídas em um terreno de 14.448 m². As unidades residenciais variam entre apartamentos de um a três quartos, todos com suíte, atendendo a diferentes perfis familiares. As plantas variam de 54 a 76 m², oferecendo opções de um a dois banheiros e uma a duas vagas de garagem (Apto, n.d.). Foi lançado em junho de 2018, com previsão de entrega em novembro de 2021 (Apto, n.d.). Esse empreendimento tem cerca de 5 anos desde seu lançamento e, aproximadamente, 2 anos desde sua conclusão, tendo sido lançado em 2018 e previsto para 2021.

O condomínio foi construído pelo Grupo Patrimar, por meio da Incorporadora Novolar – que constrói e comercializa imóveis econômicos e de padrão médio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. São quatro torres de moradia multifamiliares e uma de garagem. Uma característica marcante do Condomínio é sua extensa infraestrutura de lazer. Entre as instalações, destacam-se: piscinas para adultos e crianças, *deck* molhado, prainha, solarium, gazebo, sauna, espaço gourmet, churrasqueira, salão de festas, quadra, academia, *playground*, brinquedoteca, espaço massagem, espaço mulher, *pet place*, *pet care*, *coworking*, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique e academia externa (Apto, s.d.).

A administração desse condomínio é realizada por parte da Empresa Pacto – Administradora dos condomínios. Nesse contexto, a presente pesquisa foi realizada em uma organização privada de pequeno porte, do setor de moradia. A ampla infraestrutura de lazer e o valor do m² sugerem um público de classe média a média-alta. Oportuniza aos moradores várias práticas de compartilhamento, especialmente, *coworking*, carros e bicicletas compartilhadas (Novolar, 2023).

A segunda unidade de observação está localizada no Bairro Amazonas, em Contagem, Minas Gerais e para preservar o sigilo dos dados foi chamada pelo nome fictício de “Conjunto Habitacional Santa Clara (CHSC)”. Trata-se de um conjunto habitacional que oferece uma variedade de opções de moradia, com apartamentos que variam de um a três quartos, todos com uma área padronizada de 90m². Uma característica singular é a disponibilidade de três vagas de

garagem para cada unidade, o que é um diferencial considerável para um conjunto habitacional, e, em alguns casos, também usado em compartilhamento.

A infraestrutura do Conjunto Santa Clara inclui um banheiro por apartamento, o que sugere um *layout* compacto e funcional das unidades. Os valores de aluguel iniciam-se em R\$2.500, (Dois Mil e Quinhentos Reais) enquanto os preços para compra começam a partir de R\$250.000, o que representa um valor médio de R\$2.777 (Dois Mil Setecentos e Setenta e Sete Reais) por metro quadrado. Esses valores indicam que o conjunto se posiciona em um segmento de mercado de classe média. Um aspecto favorável para os moradores é a isenção de IPTU, o que pode representar uma economia significativa no orçamento familiar.

O Balneário Solar da Lagoa (BSL) é o nome fictício para a terceira e última unidade de observação. Trata-se de um empreendimento imobiliário, horizontal, localizado em Carmo do Cajuru, Minas Gerais, situado às margens da barragem de Carmo do Cajuru, a, aproximadamente, 45 km de Itaúna e 100 km de Belo Horizonte. Ele teve lançamento para comercialização dos lotes há 5 anos, e, conforme o entrevistado E1-13, que foi o primeiro morador e é corretor de vendas do empreendimento, atualmente, o Condomínio conta com 34 casas. Esse condomínio fechado é caracterizado como um empreendimento de alto padrão, e oferece uma série de infraestruturas e serviços aos seus moradores.

As Áreas de Lazer contam com: quadra de tênis, quadra de peteca, quadra de futebol *Society*, piscina com bar/restaurante, trilha para caminhada na mata e espaço para animais de estimação. Há nas áreas de conveniência: marina com píer e restaurante, bar molhado, mirante, garagem de barcos, loja de conveniência, academia, pista de *cooper* com *Wi-Fi*, espaço *kids*, rede de abastecimento para carros elétricos e um heliponto. Há ainda, a presença de uma portaria com segurança 24 horas e acesso com reconhecimento facial. Um aspecto notável do Balneário é a sua integração com o ambiente aquático circundante.

O condomínio dispõe de uma rampa de acesso à água, facilitando o uso de embarcações, além de um espaço dedicado à guarda de barcos. Essa infraestrutura náutica é um diferencial significativo que proporciona aos moradores a oportunidade de desfrutar de atividades aquáticas e esportes náuticos com comodidade. O perfil socioeconômico do empreendimento é evidenciado pelos preços dos lotes disponíveis, que variam entre R\$180.000,00 e R\$330.000,00. Esses valores sugerem que o condomínio seja direcionado a um segmento de maior poder aquisitivo. A amplitude dos preços indica uma diversidade de opções dentro do empreendimento, refletindo diferentes tamanhos de lotes e localizações privilegiadas. Além disso, a presença de amenidades como a rampa de acesso à água e o espaço para guarda de

barcos contribui para a valorização dos imóveis e atrai um público específico interessado em um estilo de vida associado a atividades aquáticas e lazer.

A análise geral dos perfis dos entrevistados nos três condomínios estudados revela uma diversidade em termos de características demográficas e socioeconômicas. O Grand Resort Pampulha, em Belo Horizonte, com 8 entrevistados, apresenta uma população de classe média a média-alta, com ocupações variadas. O Conjunto Habitacional Santa Clara, em Contagem, teve 5 entrevistados e demonstra um perfil de classe média. O Balneário Solar da Lagoa, em Carmo do Cajuru, caracteriza-se como um empreendimento de alto padrão. Foram 2 entrevistados, um corretor de imóveis e um representante comercial, ambos na faixa dos 45 aos 55 anos.

As estruturas familiares e os vínculos condominiais dos entrevistados variam entre os condomínios. No Grand Resort Pampulha, há uma diversidade de arranjos familiares, concentram-se famílias com filhos menores. O Conjunto Habitacional Santa Clara apresenta famílias com filhos maiores e pessoas viúvas. Quanto aos vínculos condominiais, o GRP inclui moradores, prestadores de serviço e um síndico, enquanto o Conjunto Habitacional Santa Clara conta com moradores que também exercem funções administrativas. O Balneário Solar da Lagoa, ainda em desenvolvimento, apresenta um morador que atua como síndico e corretor, e um proprietário não residente.

Os três empreendimentos analisados apresentam características socioeconômicas distintas, refletindo diferentes segmentos do mercado imobiliário. O GRP é um condomínio de classe média a média-alta, com apartamentos variando de 54 a 76 m² e extensa infraestrutura de lazer. O Conjunto Santa Clara posiciona-se no segmento de classe média, oferecendo apartamentos padronizados de 90m² com valores de aluguel a partir de R\$2.500 e preços de venda iniciando em R\$250.000, além da isenção de IPTU. O Balneário Solar da Lagoa destaca-se como um empreendimento de alto padrão, com lotes variando entre R\$180.000,00 e R\$330.000,00 oferecendo amenidades de luxo, incluindo infraestrutura náutica e heliporto.

4.1.2 Entrevistados da Segunda Etapa

Quanto aos participantes da Segunda Etapa, os profissionais da SEE/MG, a Tabela 12 apresenta um panorama diversificado incluindo nove participantes, com idades variadas, representando diferentes níveis de experiência e cargos no sistema educacional. A tabela abrange informações sobre faixa etária, sexo, estado civil, rede de atuação (pública ou privada),

tempo de serviço na Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), cargo ocupado e localização geográfica. Essa variedade de perfis permite uma análise abrangente das perspectivas e experiências dos gestores educacionais, oferecendo percepções valiosas sobre os desafios e práticas na gestão escolar em diferentes contextos.

A Tabela 12, intitulada "Perfil Social dos Entrevistados da SEE/MG", apresenta informações detalhadas sobre os participantes da Segunda Etapa das entrevistas, realizadas com profissionais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A Tabela 12 está organizada em colunas que incluem os Entrevistados, a Faixa Etária, Sexo, Estado Civil, a Rede em que atuam (pública ou privada), o Tempo na SEE (em anos), o Cargo ocupado, o Local de trabalho e o Município. Esses dados dão um panorama do perfil dos entrevistados, permitindo uma análise mais precisa das diferenças e similaridades entre os profissionais da SEE/MG, com base em suas características demográficas e ocupacionais.

Tabela 12

Perfil Social dos Entrevistados da SEE/MG

Entrevistados	Faixa Etária	Sexo	Estado Civil	Rede	Tempo na SEE/anos	Cargo	Local	Município
E2-16	25-30	F	Casada/2 filhos	Privada	0-5	Diretora	SRE Y - Escola Privada	BH
E2-17	35-40	F	Casada/1 filha	Pública	10-15	Coordenadora/Informática	SRE Y	BH
E2-18	45-50	F	Casada/1 filha	Pública	5-10	Vice-diretora	SRE Y	BH
E2-19	35-40	M	Solteiro/s em filhos	Pública	10-15	Diretor	SRE k	Betim
E2-20	35-40	M	Solteiro/s em filhos	Pública	5-10	Vice-diretor	SRE k	BH
E2-21	55-60	M	Casado/s em filhos	Pública	25-30	Diretor	SRE W	BH
E2-22	45-50	M	Casado, 2 filhos	Pública	20-25	Diretor	SRE W	BH
E2-23	55-60	F	Casada/3 filhos	Pública	25-30	Superintendente	SRE Y	BH
E2-24	45-50	F	Solteira	Privada	5-10	Diretora	SRE Y - Escola Privada	BH

Nota: E1 – indica participantes da Primeira Etapa das entrevistas; M – sexo Masculino; F – sexo feminino; BH – Município de Belo Horizonte, NF – não informado.

O conteúdo da Tabela 12 revela uma diversidade significativa entre os entrevistados em termos de faixa etária. A maioria dos entrevistados atua na rede pública de ensino, ocupando cargos como diretores, vice-diretores e coordenadores em diferentes superintendências regionais de ensino (SRE's). Além disso, a tabela destaca a presença de profissionais com mais de 25 anos de experiência na SEE/MG, como os entrevistados E2-21 e E2-23, que ocupam cargos de direção e superintendência. A diversidade nas redes (pública e privada) e nos cargos ocupados permite uma análise mais rica sobre as práticas colaborativas e as percepções dos entrevistados quanto à implementação de iniciativas de Economia Compartilhada no contexto educacional.

A Tabela 12 apresenta uma distribuição equilibrada entre os sexos, com cinco mulheres e quatro homens entrevistados. Essa paridade permite uma análise comparativa das percepções e experiências de ambos os sexos no contexto da gestão educacional. A maioria dos entrevistados é casada (7), seguida por solteiros (2). Entre os casados, o número de filhos varia de zero a três, refletindo diferentes composições familiares.

O grupo de entrevistados da Segunda Etapa (E2) apresenta uma diversidade de perfis, abrangendo diferentes faixas etárias, estados civis, tempos de serviço e cargos no setor educacional. Essa heterogeneidade permite uma visão abrangente das perspectivas e experiências relacionadas à gestão educacional. Quanto à faixa etária, os entrevistados têm idades entre 25 e 60 anos, com uma distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes faixas etárias. A faixa de 35-40 anos é a mais representada, com três entrevistados, seguida pelas faixas de 45-50 anos, com três entrevistados, e 55-60 anos, com dois entrevistados.

A diversidade dos entrevistados é particularmente relevante, pois inclui profissionais em diferentes estágios de carreira, desde aqueles com menos de 5 anos de trabalho até veteranos com mais de 25 anos de serviço. Essa amplitude temporal possibilita uma análise comparativa entre as perspectivas de gestores mais experientes e aqueles em início de carreira. Além disso, a inclusão de profissionais, tanto da rede pública quanto da privada, permite uma compreensão mais holística dos desafios e oportunidades presentes nos diferentes sistemas educacionais, contribuindo para uma visão mais completa do cenário educacional em Minas Gerais.

O tempo de serviço varia de 0-5 anos até 25-30 anos, com uma distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes faixas. Essa variação permite analisar como a experiência profissional influencia as percepções e práticas dos gestores educacionais. A maioria dos entrevistados (7) atua na rede pública de ensino, enquanto dois trabalham na rede privada. Essa distribuição permite comparar as experiências e desafios enfrentados em ambos os setores.

Os entrevistados ocupam diversos cargos de gestão, incluindo diretores (4), vice-diretores (2), coordenador (1) e superintendente (1). Essa diversidade de funções oferece uma visão abrangente dos diferentes níveis de gestão educacional. E a maior parte dos entrevistados (8) atua em Belo Horizonte, com apenas um em Betim. Os entrevistados estão distribuídos em três Superintendências Regionais de Ensino (SRE) diferentes: Y, K e W.

Essa diversidade de perfis proporciona uma rica base de dados para análise das dinâmicas da gestão educacional, permitindo comparações entre diferentes grupos etários, níveis de experiência e tipos de instituições. A presença de profissionais das redes pública e privada oferece perspectivas complementares sobre os desafios e oportunidades no setor educacional. A variação no tempo de serviço e nos cargos ocupados permite examinar como a experiência profissional influencia as abordagens de gestão e as percepções sobre o sistema educacional. Além disso, a representação de diferentes SRE's possibilita uma análise comparativa das práticas e desafios regionais na gestão educacional.

Em relação aos Cenários da Educação que foram estudados, a Subsecretaria de Administração é um órgão central da SEE/MG, responsável por planejar, coordenar, implementar e avaliar as ações de administração de pessoal, de gestão e desenvolvimento de recursos humanos (SEE/MG, 2021). Localizada em Belo Horizonte, essa subsecretaria desempenha um papel crucial na gestão educacional do estado.

A Superintendência Regional de Ensino Metropolitana Y (nome fictício) atende a uma área diversificada da região metropolitana de Belo Horizonte, abrangendo bairros de diferentes classes socioeconômicas. Os níveis educacionais são diversos, a escolaridade dos pais dos alunos varia significativamente, refletindo a diversidade socioeconômica da região. O perfil sociodemográfico da região é caracterizado por uma diversidade socioeconômica, ela inclui áreas de classe média e média-alta, bem como regiões de maior vulnerabilidade social. Já a variação na renda familiar tem uma distribuição heterogênea, refletindo as desigualdades socioeconômicas presentes na região metropolitana de Belo Horizonte (Ferreira et al., 2022).

Essa SRE atende a uma área diversificada da região metropolitana de Belo Horizonte, abrangendo bairros de diferentes classes socioeconômicas. As escolas sob sua jurisdição variam desde instituições em áreas mais privilegiadas até aquelas em regiões de vulnerabilidade social. O padrão das escolas reflete essa diversidade, com algumas unidades bem estruturadas e outras enfrentando desafios de infraestrutura: A Escola YA (nome fictício): localizada em uma área de classe média de Belo Horizonte, essa escola atende principalmente alunos de famílias com renda média. A instituição é conhecida por ter uma boa infraestrutura e um corpo docente estável. A Escola YB (nome fictício): situada em uma região mais periférica de Belo Horizonte,

essa escola recebe uma população de classe média-baixa e baixa. Enfrenta desafios típicos de escolas em áreas de maior vulnerabilidade social, como a necessidade de lidar com questões socioeconômicas que afetam o desempenho escolar dos alunos.

A Superintendência Regional de Ensino Metropolitana K (nome fictício): abrange outra parte da região metropolitana de Belo Horizonte, incluindo áreas urbanas e periurbanas. O perfil sociodemográfico dessa região é caracterizado por uma predominância de classes média-baixa e baixa, e a maioria da população atendida pertence a esses estratos socioeconômicos. Existe a tendência a menores níveis de escolaridade entre os pais dos alunos, comparado à SRE Metropolitana Y. Os desafios socioeconômicos são grandes, há maior incidência de famílias em situação de vulnerabilidade social, o que impacta diretamente o contexto educacional (Oliveira & Silva, 2023).

Essa SRE abrange outra parte da região metropolitana de Belo Horizonte, incluindo áreas urbanas e periurbanas. As escolas sob sua jurisdição atendem a uma população predominantemente de classe média-baixa e baixa, com algumas exceções em áreas mais desenvolvidas. Sobre as Escolas da SRE Metropolitana K que participaram desse estudo: Escola KC (nome fictício): localizada em uma área de transição entre zonas urbanas e periféricas, essa escola atende a uma população diversificada, mas com predominância de alunos de famílias de classe média-baixa. A escola enfrenta desafios de infraestrutura, mas tem programas voltados para a melhoria do desempenho acadêmico. Escola KD (nome fictício): situada em uma região mais afastada do centro, na cidade de Betim. Essa escola recebe principalmente alunos de famílias de baixa renda. Enfrenta desafios significativos relacionados à vulnerabilidade social de seus estudantes e busca implementar programas de apoio socioeducacional.

4.1.3 Percepções do Sobre o Uso da Técnica Vídeo- Elicitação

A técnica de elicitação de vídeo ou vídeo-elicitação (Harper, 2002; SRE'snewsky, Veloso, Ikeda, & Rocha, 2018), uma abordagem metodológica empregada para estimular reflexões e respostas dos participantes por meio da apresentação de material visual antes de perguntas formais, revelou resultados significativos nesta pesquisa e, por vezes, inesperados.

Inicialmente, alguns participantes demonstraram indiferença ao assistir ao vídeo, afirmando, categoricamente, que não havia práticas de Economia Compartilhada em seus condomínios ou locais de trabalho. Entretanto, após a segunda ou terceira pergunta do Roteiro

de Entrevista, os participantes começaram a perceber e considerar as práticas de compartilhamento presentes em seus locais de residência ou trabalho, sugerindo que o vídeo, embora não tenha provocado uma ocorrência imediata, pode ter plantado sementes de reflexão que floresceram ao longo da entrevista.

Após a exibição do vídeo, dois entrevistados (E1-04 e E1-05) mencionaram as interações sociais proporcionadas pelas práticas de compartilhamento, indicando uma mudança na percepção do tema. No entanto, é importante notar que alguns entrevistados não demonstraram ter assistido ao vídeo com atenção, desviando o olhar e até falando com outras pessoas no momento da exibição – uma aparente falta de interesse ou ansiedade para começar as perguntas do Roteiro de Entrevista. Mas, quatro participantes fizeram referência direta ao vídeo durante a entrevista (E1-05, E1-06, E1-16, E1-17, E1-23 e E2-24), demonstrando que o material visual teve algum impacto em suas respostas.

Esse caso ilustra tanto as possibilidades quanto os desafios da técnica de elicitação de vídeo. Por um lado, o vídeo serviu como uma investigação sutil para reflexões mais profundas sobre práticas de compartilhamento, mesmo quando os participantes inicialmente negaram sua existência. Por outro lado, a falta de engajamento imediato de alguns participantes com o material visual aponta para a necessidade de considerar, cuidadosamente, como integrar essa técnica de forma mais eficaz no processo de entrevista.

Em suma, a experiência mostrou a complexidade de se usar estímulos visuais em pesquisas qualitativas e a importância de analisar não apenas as respostas verbais, mas também as respostas não verbais e as mudanças de percepção ao longo da entrevista. Os resultados obtidos confirmam a eficácia da vídeo-elicitação em proporcionar um ambiente reflexivo e em potencializar a percepção de fenômenos sociais, como as práticas da Economia Compartilhada.

Nas próximas seções, os dados das entrevistas foram organizados em categorias primárias, secundárias e terciárias que emergiram do Referencial Teórico e das entrevistas, seguindo os objetivos propostos nesta pesquisa.

4.2 Mapeamento e Caracterização das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios

A Economia Compartilhada em condomínios manifesta-se por meio de diversas práticas que refletem os princípios de Colaboração e uso eficiente de recursos. Essas práticas podem incluir o Compartilhamento de espaços comuns, ferramentas e, até mesmo, serviços entre os

condomínios. O foco desta seção foi mapear e registrar as diversas práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo existente nos condomínios fechados, como espaços de lazer, vagas de estacionamentos, espaços de *coworking*, e compartilhamento de ferramentas e equipamentos. Nesta seção serão apresentadas, descritas e analisadas as Categorias Secundárias e Terciárias derivadas do objetivo de “Mapeamento e Caracterização das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios”.

Para uma visão mais ampla das práticas de Economia Compartilhada mapeadas nos Condomínios, foi elaborada a Tabela 13, intitulada "Categorias derivadas do Mapeamento e Caracterização das Práticas nos Condomínios". Estruturada em quatro colunas, essa Tabela apresenta uma Categoria Principal, 5 Categorias Secundárias, 22 Categorias Terciárias e as Características e Descrições de cada prática. A Categoria Principal é "Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios", enquanto as Categorias Secundárias detalham áreas específicas como Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Bens, Informações e Serviços. Cada Categoria Secundária é subdividida em Categorias Terciárias que especificam as práticas individuais, como bicicletas compartilhadas ou espaços de *coworking*. A coluna de Características e Descrição fornece detalhes adicionais sobre cada prática, elucidando como elas são implementadas, desde o aluguel de imóveis por temporada até o compartilhamento de serviços para animais de estimação.

Tabela 13

Categorias derivadas do Mapeamento e Caracterização das Práticas nos Condomínios

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição
	Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento
		Carros Compartilhado	Carros elétricos ou a combustão disponível por agendamento
		Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado
		Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem
		Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros
		Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral
		Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros
	Compartilhamento de Espaços	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição
Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios	Compartilhamento de Bens		jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque
		Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>
		Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas
		Espaço Bem-estar	Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.
		Espaço Pet	Espaço <i>pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets
		Espaço Oficina	Oficina compartilhada com ferramentas
		Aluguel de imóveis por temporada	Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb, Booking, Alugue Temporada</i> , etc.)
		Bens de Uso Recorrente	Utensílios domésticos, eletrodomésticos, “xícara de açúcar”, equipamentos esportivos
		Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros
		Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores
Interações	Compartilhamento de Informações		Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio
		Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.
		Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, trabalho voluntário
	Compartilhamento de Serviços	Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio
		Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra

A Tabela 13 apresenta um mapeamento detalhado das práticas de Economia Compartilhada no Condomínio Grand Resort Pampulha, oferecendo uma visão das iniciativas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo implementadas nesse ambiente residencial. Esta tabela oferece um panorama estruturado das práticas de economia compartilhada em ambientes condominiais, organizando-se em categorias principais, secundárias e terciárias. Inicialmente, serão abordadas as categorias secundárias e, na subseção “4.2.1 Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios”, serão detalhadas as categorias terciárias para cada condomínio separadamente.

A categoria secundária Mobilidade engloba diversos aspectos de transporte compartilhado, incluindo bicicletas, carros, embarcações, sistemas de carregamento veicular, estacionamentos e até heliporto. Dois exemplos de falas que embasaram a criação dessa categoria foram de E1-02.

(...) o que eu mais observei lá foi a questão das bicicletas compartilhadas, é algo que os moradores usam muito, muito mesmo, tanto é que elas sempre estão em manutenção, e isso foi muito bom, até pra mim foi uma surpresa, porque lá (embaixo) tem essa área de compartilhamento das bicicletas, então você entra num aplicativo, faz a reserva da sua bicicleta, coloca lá o dia e o horário que ela vai estar com você, e uma pessoa do condomínio te acompanha pra você fazer a retirada da bicicleta, sabe? [*sic*] (E1-02).

A implementação de práticas de mobilidade compartilhada em condomínios reflete uma tendência global de busca por soluções mais sustentáveis e eficientes para o transporte urbano. Botsman e Rogers (2011) argumentam que a Economia Compartilhada está transformando a forma como as pessoas se relacionam com a propriedade e o consumo, incluindo os meios de transporte.

No Compartilhamento de Espaços, a Tabela 13 destaca a variedade de ambientes disponíveis para uso comum. Desde o aluguel de imóveis por temporada até espaços dedicados ao lazer, trabalho e eventos, os condomínios oferecem uma infraestrutura robusta que promove interação social e bem-estar. Espaços como academias internas e externas, áreas para pets e oficinas compartilhadas exemplificam o compromisso com a saúde, o conforto e o desenvolvimento pessoal dos residentes.

Assim, e os espaços comuns do condomínio, né? É piscina, quadra, academia, tudo é compartilhado. Sauna. Sauna, tudo é compartilhado. O *coworking* é compartilhado, que é o local para a gente trabalhar. O espaço para fazer uma massagem, fazer uma acupuntura. Esses espaços todos são compartilhados[*sic*] (E1-10).

O compartilhamento de espaços em condomínios representa uma evolução significativa na forma como as pessoas vivem e interagem em ambientes residenciais. Botsman e Rogers

(2011) argumentam que essas práticas não apenas otimizam o uso de recursos, mas também fortalecem os laços comunitários.

A categoria secundária Compartilhamento de Bens, apresentada na Tabela 13, está dividindo os bens entre aqueles de uso recorrente e os de uso ocasional, demonstrando uma organização pragmática dos recursos compartilháveis. Essa categoria enfatiza a praticidade do uso coletivo de utensílios domésticos e equipamentos esportivos. Essa prática não apenas otimiza recursos, mas também fortalece laços comunitários ao incentivar a troca e o empréstimo entre vizinhos, como demonstra E1-04 em sua fala:

A gente tem o grupo de *WhatsApp* para troca e vendas de itens. Aqui, quando alguém precisa de uma ferramenta, sempre aparece alguém disposto a emprestar[sic] (E1-04).

Essa dinâmica evidencia o papel das redes sociais informais na construção de relações comerciais e na disseminação de informações úteis entre os participantes. A motivação para participar dessas práticas, muitas vezes, está ligada ao desejo de fortalecer laços sociais e melhorar a qualidade de vida no ambiente residencial (Mann et al., 2021).

Como evidenciado na Tabela 13, o Compartilhamento de Informações, categoria secundária que abrange grupos de informações, interações entre moradores e grupos temáticos específicos, incluindo iniciativas voltadas para saúde e ajuda mútua. A entrevistada E1-02 descreve alguns dos grupos temáticos de *WhatsApp* existentes no Grand Resort Pampulha e uma das Síndicas do Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara, E1-03:

(...) Aí, o que que eles fizeram? Setorizar. Vão criar o grupo pet. Aí, põe quem tem pet neste grupo. Vamos criar um grupo de prestadores de serviço. Aí, tem o grupo dos prestadores de serviço. Tem o grupo do desapego. Então, assim, se você quer vender qualquer coisa sua, do apartamento ou não, tem tênis, óculos, tudo que você puder imaginar. Brincos. Desapego, é. Mas, e fizeram outro grupo, que aí era o grupo de recados oficiais, mas recado oficial, assim, eu recebi hoje no meu celular. Vai ter mais atenção pro telhado, na televisão, na televisão[sic] (E1-02)

Tem. Tem um grupo geral, dos 42 blocos, né? Aí entra todo mundo que quiser participar. E aí o pessoal, é mesmo um meio de comunicação mesmo [sic] (E1-03).

Compartilhamento de Serviços, a última categoria secundária apresentada na Tabela 13 foca em serviços específicos, como atendimentos para animais de estimação e grupos de desapego. Essas iniciativas não apenas melhoram a qualidade de vida dos moradores, mas também reforçam um senso coletivo de responsabilidade e apoio mútuo, como na fala de E1-07:

Sim, sim, tem o grupo, né? O grupo que a gente troca ideias e desfaz as coisas, desapego, indica. Às vezes um profissional, né, igual eu tava precisando de um montador de imóveis, aí me indicaram um e eu tô com ele até hoje[sic] (E1-07).

O entrevistado E1-07 destaca a funcionalidade desse grupo para compartilhamento de itens em desuso, sugerindo uma prática do consumo colaborativo. Além disso, o grupo é utilizado para indicações de serviços profissionais, como exemplificado pela menção à recomendação de um montador de móveis, que resultou em uma relação de trabalho duradoura.

Essa análise das categorias secundárias junto a seus exemplos e características, revela a diversidade e a profundidade das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios estudados. Observa-se que essas práticas abrangem uma ampla gama de aspectos da vida condominial e das práticas de Economia Compartilhada, desde a mobilidade e o uso de espaços comuns até o compartilhamento de bens, informações e serviços especializados.

Os dados de “frequência” e “intensidade” para as falas dos entrevistados, assim como o detalhamento das categorias terciárias serão apresentados na próxima sessão separadas por condomínios. O próximo subitem apresentará as Práticas e Características da Economia Compartilhada, para cada um dos Condomínios, por meio das categorias terciárias baseadas nos desdobramentos das categorias secundárias aqui apresentadas.

A variedade de exemplos e características têm o intuito de demonstrar como essas práticas estão integradas na vida cotidiana dos moradores, promovendo não apenas eficiência no uso de recursos naturais e financeiros, mas também fortalecendo laços comunitários e melhorando a qualidade de vida – características que integram os princípios da Economia Compartilhada.

4.2.1 Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios

Este subitem apresenta uma análise abrangente das práticas que refletem os princípios do Compartilhamento, Colaboração e uso eficiente de recursos em cada Condomínio. A investigação aprofunda-se no compartilhamento de espaços comuns, veículos, ferramentas e serviços, explorando as nuances dessas práticas colaborativas e as experiências dos moradores. O referencial teórico fornece a base para analisar a influência de fatores como a cultura condominial e a infraestrutura disponível, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e estruturais que moldam essas práticas.

As Tabelas 14, 16 e 17, a seguir, apresentam um mapeamento detalhado das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo por condomínio, com base na análise do conteúdo das entrevistas e nas anotações de campo. Essas tabelas estão estruturadas em 5 colunas com as categorias secundárias: Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Compartilhamento de Bens, Compartilhamento de Informações e Interações, e Compartilhamento de Serviços, e 22 categorias terciárias.

A "frequência" nas tabelas representa o número de entrevistados que abordaram cada tema. Para oferecer uma compreensão mais abrangente da importância atribuída a cada prática pelos moradores, a "intensidade", por sua vez, avaliou o grau de envolvimento e a ênfase nas falas dos participantes, classificada como alta, moderada ou baixa (Cavalcante et al., 2014).

O objetivo dessas tabelas é fornecer dados para uma análise detalhada das práticas de economia compartilhada. O cabeçalho organiza as informações em colunas que descrevem as práticas, os aplicativos utilizados, a frequência, a intensidade e exemplos específicos, permitindo uma visualização clara e comparativa das diferentes dimensões do compartilhamento.

Ao todo foram 8 entrevistas realizadas e 7 aprovadas para análise no Condomínio Grand Resort Pampulha. Conforme será detalhado na Tabela 14, em particular, intitulada “Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio *Grand Resort Pampulha*”. Cada Categoria Terciária detalha práticas específicas abordadas, a seguir.

Tabela 14

Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Grand Resort Pampulha

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento	<i>Bydoor Condomob</i>	7	Alta
	Carros Compartilhados	Carros elétricos ou a combustão disponível por agendamento	<i>VAPT Novolar</i>	7	Alta
	Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado	<i>Bydoor</i>	3	Baixa
	Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem	<i>WhatsApp</i>	5	Alta
	Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Compartilhamento de Espaços	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque	<i>Bydoor Condomob Novolar Conecta</i>	7	Alta
	Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>	<i>Bydoor Condomob</i>	7	Moderada
	Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas	<i>Bydoor Condomob</i>	7	Alta
	Espaço Bem-estar	Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.	<i>Bydoor Condomob</i>	7	Alta
	Espaço Pet	Espaço <i>e pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets	<i>Bydoor Condomob</i>	7	Moderada
	Espaço Oficina	Oficina compartilhada com ferramentas	<i>WhatsApp</i>	3	Alta
	Aluguel de imóveis por temporada	Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb</i> , <i>Booking</i> , Alugue Temporada, etc.)	<i>Airbnb</i>	5	Alta
Compartilhamento de Bens	Bens de Uso Recorrente	Utensílios domésticos, eletrodomésticos, “xícara de açúcar”, equipamentos esportivos	<i>WhatsApp</i>	2	Baixa

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Compartilham ento de Informações	Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros	<i>WhatsApp</i>	3	Moderada
	Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores	<i>WhatsApp</i>	7	Alta
	Interações	Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio	<i>WhatsApp</i>	6	Alta
	Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.	<i>WhatsApp</i>	3	Moderada
	Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, voluntariado	<i>WhatsApp</i>	2	Baixa
Compartilham ento de Serviços	Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio	<i>WhatsApp</i>	2	Baixa
	Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra	<i>WhatsApp</i>	5	Moderada

A análise detalhada da Tabela 14 revela um ecossistema rico e diversificado de práticas de Economia Compartilhada no Condomínio Grand Resort Pampulha. As 22 categorias terciárias identificadas abrangem uma ampla gama de serviços e espaços compartilhados, revela uma tendência significativa de adoção de práticas colaborativas no Condomínio *Grand Resort* Pampulha. Todos os entrevistados estão envolvidos em práticas que formam as categorias terciárias, indicando uma ampla participação dos moradores. A intensidade varia de baixa a alta, sugerindo diferentes níveis de engajamento dependendo da prática específica.

Notavelmente, nesse condomínio, as práticas relacionadas à mobilidade, espaços de lazer e compartilhamento de informações tendem a apresentar frequências e intensidades mais altas, enquanto algumas práticas mais especializadas, como serviços para animais de estimação, mostram menor adesão. Segue a análise de cada categoria terciária na ordem apresentada na tabela:

Na categoria de Mobilidade, as bicicletas compartilhadas demonstram uma adesão total entre os moradores, com alta frequência e intensidade – todos mencionaram as bicicletas com entusiasmo, um exemplo é a fala do morador E1-10 transcrita, a seguir. As bicicletas são disponibilizadas por meio de um sistema de agendamento via aplicativo de condomínios, em versão desenvolvida para o *Grand Resort Pampulha*.

A bicicleta nossa, a gente tem bicicleta compartilhada. As bicicletas compartilhadas são só para adultos, as de criança não. Normalmente, cada pai tem a sua bicicleta para criança, mas os adultos têm a compartilhada e funciona bem. É melhor do que você ter a própria bicicleta, né? [*sic*] (E1-10).

O entrevistado indica que esse sistema funciona eficientemente e é considerado preferível à propriedade individual. A alta intensidade das falas demonstra não apenas a popularidade da prática, mas também sua eficácia percebida pelos usuários. Contudo, nota-se que as bicicletas infantis não fazem parte desse esquema compartilhado, ou seja, é propriedade privada de cada família. Essa prática sugere uma adoção de economia compartilhada, limitada a certos tipos de equipamentos. Essas práticas contribuem para a sustentabilidade urbana, reduzindo o consumo excessivo e o desperdício de recursos (Akande et al., 2020).

Os Carros Compartilhados, assim como as bicicletas, apresentam alta frequência e intensidade – também, todos os entrevistados mencionaram com entusiasmo, indicando uma forte aceitação dessa prática de mobilidade sustentável entre os residentes. Essa categoria inclui carros elétricos ou a combustão disponível por agendamento por meio do aplicativo VAPT Novolar.

Aqui tinha esse carrozinho. Eles colocaram também só que, porém, como não estava pegando essa empresa que estava com esse carro aqui, eles tiravam esse carro. Mas eles estão querendo adotar de novo essa prática porque o pessoal estava mais preocupado de arrumar o apartamento. De fazer as arrumações. O pessoal não estava preocupando muito com esse aluguel e a empresa tirou, mas vai voltar de novo[*sic*] (E1-08).

A observação do entrevistado E1-08 ressalta a importância de adaptar as práticas de compartilhamento às necessidades e prioridades dos moradores, o sucesso da Economia

Compartilhada depende da construção de confiança e da percepção de valor pelos participantes (Botsman e Rogers, 2011).

O Carregador veicular, essa categoria terciária, foi mencionado por 3 entrevistados, sua intensidade foi classificada como moderada tendo em vista a expressão das falas sobre esse assunto. Essa prática reflete uma adaptação às tendências de mobilidade elétrica. Como mencionado pelo entrevistado:

(...) E nós não temos o sistema elétrico do prédio, ele foi meio que subdimensionado. A gente ainda não entendeu o problema. Mas a gente não consegue instalar os nossos carros elétricos. Então, nós temos carregadores de carro elétrico, porque seria muito pesado para o sistema. Mas tem um carregador elétrico no prédio que já veio com ele e que será também usado de maneira coletiva[sic] (E1-15).

De acordo com a entrevistada E1-15, no momento, apenas 3 moradores têm carros elétricos, mas, ela acredita que outros moradores terão em breve e que o carregador terá uso constante. Essa observação ressalta os desafios de infraestrutura enfrentados na implementação de novas tecnologias de compartilhamento. A Economia Compartilhada, embora ofereça benefícios potenciais, também apresenta desafios em termos de regulação e equidade (Schor, 2016).

Estacionamento ou garagem se mostram com alta intensidade, apesar da frequência de 5, sugere que este é um recurso valorizado pelos moradores que o utilizam. Já as Embarcações Compartilhadas, Garagem Náutica ou Marina, Heliporto: tais práticas não se aplicam ao condomínio.

Esta análise revela uma tendência clara de maior engajamento em serviços relacionados à mobilidade.

No Compartilhamento de Espaços, os espaços de lazer, espaço de trabalho e espaços para eventos apresentam frequência máxima, com intensidades variando de alta a moderada (Tabela 16). A alta frequência e intensidade dos espaços de lazer e eventos indicam que esses espaços são amplamente utilizados e valorizados pelos moradores e que foram mencionados com falas vibrantes e acaloradas. A exemplo, os entrevistados E1-01, E1-09 e E1-10:

Então, é um condomínio muito bom, assim, em questões, principalmente, acho que a questão da área de lazer que tem aqui, né? Então, tem muita coisa

pra você poder fazer, tem piscina, tem quadra, tem espaço pra você fazer festa, academia. Então, o que me chamou muita atenção foi essa questão aqui no condomínio, né? Que dá pra você fazer tudo dentro de onde você mora mesmo, de fato. [sic] (E1-01).

Assim, tem os espaços comuns do condomínio, né? É piscina, quadra, academia, tudo é compartilhado. Sauna. Sauna, tudo é compartilhado[sic] (E1-09).

Aqui tem piscinas, quadras esportivas, academia, sauna, *coworking* e espaços para eventos (E1-10).

A fala vibrante do entrevistado E1-01 descreve as características dos espaços de lazer desse condomínio residencial, enfatizando a qualidade e diversidade de sua área de lazer. O relato enumera várias amenidades disponíveis aos moradores, incluindo piscina, quadra esportiva, espaços para eventos sociais e academia. Os entrevistados E1-01, E1-09 e E1-10 expressam apreciação pela amplitude de opções de atividades compartilhadas oferecidas dentro do próprio condomínio, sugerindo que essas instalações foram fatores determinantes na escolha da moradia.

Em relação aos espaços de eventos foi implementada uma taxa de utilização, estabelecida em, aproximadamente, 50 reais por dia. O mecanismo inclui uma política de cancelamento que permite reembolso se a reserva for cancelada com antecedência mínima de três dias, conforme descreve E1-09:

E aí, hoje você pode entrar e reservar, mas você tem que pagar. E isso acabou o problema. Então, por exemplo, a churrasqueira, você paga uns 50 reais pra ter o acesso à churrasqueira durante o dia. E se você não usa, o dinheiro não é reembolsado. Ó. Você tem um prazo. É, você tem um prazo. Eu acho que até 24. Não, até três dias antes. Sim. O dinheiro, você pode cancelar. Mas depois disso, não é mais reembolsável[sic] (E1-09).

A entrevistada descreve um sistema de reserva e uso de áreas comuns no Condomínio *Grand Resort Pampulha*, com foco específico na churrasqueira. O relato indica que a introdução

dessa cobrança resolveu problemas anteriormente existentes, sugerindo que pode ter reduzido o uso indevido ou excessivo do espaço.

A ênfase na possibilidade de realizar diversas atividades sem sair do complexo residencial indica uma valorização da conveniência e autossuficiência proporcionadas pelo ambiente condominial. Assim, contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários por meio de práticas colaborativas (Botsman e Rogers, 2011).

Também os espaços de trabalho tiveram muitas menções, a frequência alta, todos os entrevistados citaram, conforme exposto na Tabela 14, com intensidade moderada pois, as falas não foram muito vibrantes. Esse fato sugere que o *coworking* é uma opção apreciada, conforme fala de E1-01 e E1-08.

Em casa, às vezes, em casa vai estar meio [tumulado], você tem filhos, você tem uma série de coisas e então está num espaço mais barulhento e tudo mais, você ter um espaço desse como um *coworking*, assim, eu acho, tipo, muito essencial, sabe? [*sic*] (E1-01).

Nós temos o *coworking*, né, a área de trabalho aqui dentro do condomínio. Para todos os moradores tem de agendar, né? Às vezes dá até excesso, né, porque ele não trabalha lá [*sic*](E1-08).

Essa fala ilustra como o compartilhamento de espaços de trabalho pode atender às necessidades emergentes de trabalho remoto, refletindo as mudanças nas dinâmicas de trabalho observadas por Schor (2016).

O Espaço Bem-estar teve alta frequência e intensidade, pois a maioria dos entrevistados mencionaram, de acordo com o exposto na Tabela 14. Isso sugere que os moradores valorizam significativamente esses espaços dedicados ao bem-estar pessoal, como exemplifica E1-08:

É por esse aplicativo [que se agenda o] espaço massagem. Tem todos esses espaços, lá. Então a pessoa tem um cabeleireiro, ela pode trazer aqui. Ela vai marcar [reservar o espaço no app], e vai arrumar o cabelo dela aqui dentro - no espaço aqui. A pessoa tem um massagista, então ele vai marcar e vai fazer a massagem aqui sem sair do condomínio[*sic*] (E1-08).

O entrevistado E1-08 descreve um sistema de agendamento via aplicativo para uso de espaços compartilhados no condomínio. Esse sistema permite aos residentes reservar áreas específicas para serviços pessoais, como cabeleireiro e massagem. O relato indica que os moradores podem trazer profissionais externos para realizar esses serviços dentro do condomínio, utilizando os espaços designados. Essa abordagem oferece conveniência aos residentes, permitindo-lhes acessar serviços sem sair do complexo residencial. O uso de um aplicativo para gerenciar as reservas sugere uma integração de tecnologia digital na administração dos espaços comuns, facilitando as práticas da Economia Compartilhada pelos moradores. Essas práticas constituem uma nova forma de economia social, promovendo a circulação de recursos e habilidades dentro da comunidade (Patiño et al., 2017).

Também, o espaço pet teve a frequência alta com intensidade moderada, nem todos os entrevistados demonstraram interesse ao falar desse espaço.

Tem o espaço bicicletário, né, nós temos o espaço *pet care*, né, que é os cachorros, compartilhados também. Onde é que eles podem dar banho nos caninhos, né? Onde é que também pode escovar também. Tem um lugar onde é que os cachorrinhos também podem ficar, também um pouco mais à vontade, né, no condomínio[sic] (E1-08)

A fala de E1-08 leva a pensar de que, tanto a frequência quanto a intensidade dessa categoria podem indicar uma boa aceitação desse serviço, refletindo a importância dos animais de estimação, porém para um grupo específico de moradores, não para todos.

O Espaço Oficina, embora com baixa frequência (3), apresenta alta intensidade, conforme apresentado na Tabela 14, sugerindo que é muito valorizado por seus usuários. O entrevistado E1-10 explica:

A gente tem oficina compartilhada, compartilhar ferramentas. Você vai lá na oficina, conversa ali com o congelador, pega a chave, vai lá e pega uma ferramenta que você está precisando pra poder fazer algum reparo[sic] (E1-10).

Cabe assinalar que os comentários foram provenientes de homens, visto que talvez eles possam ter um interesse maior por essa área. Essa prática exemplifica como o compartilhamento

de recursos pode otimizar o uso de ferramentas e equipamentos, alinhando-se com os princípios de eficiência e sustentabilidade (Sánchez, 2016).

Ainda na categoria de Compartilhamento de Espaços, o aluguel de imóveis por temporada apresenta uma frequência moderada (5) e intensidade alta. Essa prática, que envolve o uso de plataformas como *Airbnb*, gera debates entre os moradores devido a preocupações com segurança e convivência. Como observado por E1-15:

Porque como é muito grande, e se chegar o inquilino, que seja, vamos dizer assim, desagradável. Ele vai chegar na piscina, fazer um caos e ir embora. Porque ele não tem nenhuma responsabilidade com o condomínio[sic] (E1-15).

Essa fala reflete as preocupações com a integração de práticas de economia compartilhada em ambientes residenciais, mas também sugere que esta é uma prática significativa para aqueles que a utilizam, possivelmente gerando renda extra para alguns moradores. Um desafio em termos de equilíbrio entre interesses individuais e coletivos (Akande et al., 2020).

Quanto à **Categoria Compartilhamento de Bens, o uso ocasional de ferramentas e utensílios** para carros é um exemplo significativo dessa prática, pois permite que os residentes tenham acesso a equipamentos que seriam subutilizados se fossem de propriedade individual. Apenas 3 entrevistados falaram sobre essa prática de compartilhamento, mas as falas se mostraram engajadas e tiveram classificação moderada (Tabela 14). Os entrevistados destacaram a praticidade, assim como o uso compartilhado desses bens como uma vantagem do condomínio, como exemplo, segue a fala de E1-11:

As ferramentas também a gente compartilha com os moradores. Nós temos uma sala de, é uma oficina, né? Então o que eles precisam a gente compartilha. Bicicleta, ferramentas, o que eles precisam aqui do condomínio[sic] (E1-11).

A utilização de espaços compartilhados para bens de uso ocasional representa uma evolução significativa na forma como as pessoas consomem e utilizam recursos. O compartilhamento de bens de uso ocasional contribui para a redução do consumo excessivo e promove uma cultura de acesso em detrimento da propriedade (Belk, 2014).

A categoria terciária de Bens de Uso Recorrente engloba itens que são utilizados com maior frequência pelos moradores, mas que, ainda assim, se beneficiam de um sistema de compartilhamento. Equipamentos esportivos, eletrodomésticos e utensílios domésticos são exemplos dessa categoria, permitindo que os residentes tenham acesso a uma variedade de itens sem a necessidade de aquisição individual. Somente 2 entrevistados mencionaram esse tipo de Compartilhamento e a intensidade se mostra baixa, conforme exposto na Tabela 14 e exemplificado pela fala de E1-01:

Nos próprios grupos das torres, ou então no grupo, no grupo maior do condomínio, assim, você pode mandar uma mensagem desse tipo [pedindo o empréstimo de um eletrodoméstico ou furadeira]. O pessoal, se o pessoal tiver, o pessoal compartilha[sic] (E1-01).

O entrevistado menciona empréstimos de eletrodomésticos e furadeiras que acontecem nos grupos. O compartilhamento de bens de uso recorrente reflete uma mudança significativa nos padrões de consumo e propriedade. Essa prática cria um novo mercado para a economia social, promovendo eficiência e sustentabilidade (Sánchez, 2016).

O Compartilhamento de Informações, especialmente por meio de grupos de *WhatsApp*, apresenta alta frequência (7) e intensidade, todos os entrevistados mencionaram, conforme apresentado na Tabela 14. O entrevistado E1-10 traz um exemplo desses grupos existentes no Condomínio *Grand Resort Pampulha*:

A gente montou um grupo do futebol. Aí toda segunda, quarta tem um futebol. Quem é morador desce e joga. Não tem uma regra. Tem um grupo de *WhatsApp*. Nesse mesmo grupo de *WhatsApp* tem a turma do basquete. Então, terça e quinta tem um basquete. Então, qualquer morador entra nesse grupo de *WhatsApp*. Se não quiser entrar no grupo de *WhatsApp*, só descer no dia e jogar com a gente. Joga. É tudo muito intuitivo, assim. [sic] (E1-10)

O uso de tecnologias da informação em comunidades residenciais contribui para a sustentabilidade urbana e coesão social, como evidenciado nessa prática (Akande et al., 2020).

Os grupos de “desapego” e a divulgação de mão de obra são exemplos dessa categoria, permitindo que os residentes negociem diretamente entre si, promovendo a economia local e fortalecendo os laços comunitários. A frequência de 5 entrevistados comentando sobre esse

assunto, com intensidade moderada (Tabela 14) sugere uma adesão significativa a essa prática de Consumo Colaborativo dentro do condomínio. O entrevistado E1-01 destaca a utilidade e a frequência dessas práticas no condomínio:

Cada torre aqui, são quatro torres, então cada torre aqui tem seu grupo. Tem o grupo maior, que é o grupo do condomínio inteiro. Existe o grupo, tem um tanto de grupo, tem um grupo de divulgação, por exemplo, que eles criaram. Por exemplo, você ter trabalho, você divulgar uma mão de obra. Ah, preciso de um pintor. O pessoal manda uma série de contatos de pintor lá dentro[sic] (E1-01)

A implementação de sistemas de venda, troca e divulgação de serviços dentro de comunidades residenciais representa uma evolução significativa na economia local e nas relações de consumo. Minami et al. (2021) observam que a motivação para participar dessas práticas, muitas vezes, está ligada a benefícios econômicos e ambientais, além do desejo de fortalecer laços sociais.

É notável, na Tabela 14, a predominância do uso de aplicativos específicos (*Bydoor*, *Condomob*, *Novolar Conecta*) para gerenciar muitas dessas práticas, refletindo uma abordagem tecnológica avançada na gestão condominial. O *WhatsApp* também aparece como uma ferramenta importante, especialmente para compartilhamento de informações e organização de atividades comunitárias. No próximo Subitem, 4.2.2 Tecnologia Como Facilitadora, serão detalhados os apps e suas utilizações.

Esta análise detalhada das categorias terciárias revela um ecossistema rico e diversificado de práticas de Economia Compartilhada no Condomínio Grand Resort Pampulha. As práticas variam em termos de adesão e intensidade, refletindo as diferentes necessidades e preferências dos moradores. O uso extensivo de aplicativos e plataformas digitais para facilitar essas práticas demonstra uma forte integração tecnológica na gestão do condomínio e na promoção da colaboração entre os residentes.

A Tabela 15, intitulada "Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara", apresenta uma visão detalhada das iniciativas de compartilhamento implementadas nesse condomínio específico. A tabela está estruturada em seis colunas: Categoria Secundária, Categoria Terciária, Características e Descrição, Aplicativo Utilizado, Frequência e Intensidade. Ao todo foram 5 entrevistas, transcritas e categorizadas.

As Categorias Secundárias abrangem áreas como Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Bens, Informações e Serviços. Dentro de cada categoria secundária, as Categorias Terciárias especificam práticas individuais, como estacionamento compartilhado ou espaços para eventos. A coluna de Características e Descrição fornece detalhes adicionais sobre cada prática, enquanto a coluna Aplicativo Utilizado indica as plataformas tecnológicas que facilitam essas práticas, com o *WhatsApp* emergindo como a ferramenta predominante. As colunas de Frequência e Intensidade oferecem uma avaliação quantitativa e qualitativa da adoção e impacto de cada prática no condomínio, variando de "Não se aplica" a Frequência (número de entrevistados que mencionaram aquele assunto) e categorias como "Alta", "Moderada" e "Baixa" para Intensidade.

Tabela 15

Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Carros Compartilhados	Carros elétricos ou a combustão disponíveis por agendamento	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem	<i>WhatsApp</i>	3	Alta
	Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Compartilhamento de Espaços	Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas	<i>WhatsApp</i>	4	Baixa

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Compartilhamento de Bens	Espaço Bem-estar	Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaço Pet	Espaço <i>pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaço Oficina	Oficina compartilhada com ferramentas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Aluguel de imóveis por temporada	Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb, Booking, Alugue Temporada</i> , etc.)	Não informado	1	Baixa
	Bens de Uso Recorrente	Utensílios domésticos, eletrodomésticos, “xícara de açúcar”, equipamentos esportivos	<i>WhatsApp</i>	4	Alta
	Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros	<i>WhatsApp</i>	3	Baixa
	Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores	<i>WhatsApp</i>	5	Alta
	Interações	Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio	<i>WhatsApp</i>	0	Alta
	Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.	<i>WhatsApp</i>	0	Baixa
	Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, voluntariado	<i>WhatsApp</i>	4	Alta
Compartilhamento de Serviços	Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio	<i>WhatsApp</i>	0	Baixa
	Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra	<i>WhatsApp</i>	5	Moderada

A Tabela 15 apresenta um mapeamento das práticas de economia compartilhada no Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara. A análise revela uma variedade de práticas colaborativas, com o *WhatsApp* como principal ferramenta de comunicação.

Na categoria de mobilidade, observa-se que práticas como bicicletas compartilhadas, carros compartilhados, carregadores veiculares, embarcações compartilhadas, garagem náutica e heliporto não são aplicáveis nesse contexto. Entretanto, o compartilhamento de vagas de estacionamento ou garagem apresenta uma frequência de 3 e intensidade alta, e gerenciado via *WhatsApp*. Essa prática, coordenada tanto pessoalmente quanto via *WhatsApp*, demonstra como o espírito de colaboração permeia até os aspectos mais pragmáticos da vida em condomínio.

O Compartilhamento de Espaços mostra variações interessantes: espaços para eventos (como espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas) têm frequência 4, mas intensidade baixa, gerenciados via *WhatsApp*, conforme exposto na Tabela 15.

O aluguel de imóveis por temporada mostra uma frequência baixa (1) e intensidade baixa, indicando uma prática ainda incipiente no condomínio.

A categoria de Compartilhamento de Bens no Conjunto Habitacional Santa Rita refere-se às práticas que permitem aos moradores utilizar coletivamente itens que normalmente seriam de propriedade individual. A tabela 15 mostra que os bens de uso recorrente, como utensílios domésticos, eletrodomésticos e equipamentos esportivos, apresentam frequência 4 e intensidade alta, gerenciados via *WhatsApp*. Já os bens de uso ocasional, como ferramentas para carros, têm frequência 3 e intensidade baixa. Essas práticas de Economia Compartilhada podem levar a uma maior eficiência econômica e sustentabilidade ambiental, reduzindo a necessidade de produção e descarte de itens pouco utilizados (Schor, 2016).

O compartilhamento de informações é particularmente notável. Grupos de informações no *WhatsApp* para comunicados entre administração e moradores têm frequência máxima (5) e intensidade alta. Grupos temáticos para prática de esportes não foram mencionados, enquanto grupos para cuidados à saúde e ajuda mútua têm frequência 4, mas intensidade alta.

A prática de compartilhamento é evidenciada nas falas dos moradores, E1-04 e indicando a amplitude dos itens compartilhados. E1-07 reforça:

O pessoal empresta até materiais hospitalares (E1-04).

(...) eu acho que ali tem uma cadeira que pode me emprestar (E1-07).

Essa prática, nas entrevistas, revela-se como um dos pilares mais sólidos da Economia Compartilhada local, demonstrando a confiança na disponibilidade de itens entre vizinhos.

Os entrevistados destacam a variedade de itens compartilhados, como idêntica à Tabela 15, incluindo equipamentos esportivos, utensílios domésticos e, até mesmo, materiais

hospitalares (E1-03, E1-07). A gestão desses bens é facilitada principalmente por grupos de *WhatsApp*, nos quais os moradores podem solicitar, oferecer ou trocar itens, esse fato foi mencionado por E1-03, E1-07, E1-04 e E1-05.

Paralelamente, os grupos de *WhatsApp* dedicados à venda e troca de itens pulsam com atividade constante evidenciando como a tecnologia catalisa essas interações. Essa prática, citada sete vezes, demonstra uma adesão significativa e um alto nível de engajamento entre os moradores.

No Conjunto Habitacional Santa Clara, a Economia Compartilhada progride entre os moradores, tecendo uma rede de solidariedade e colaboração que permeia o cotidiano da comunidade. O *WhatsApp* emerge como o fio condutor dessa teia, conectando vizinhos e facilitando uma grande quantidade de trocas e empréstimos. O espírito de colaboração vai além dos objetos cotidianos, estendendo-se a necessidades mais específicas e sensíveis. O empréstimo de materiais hospitalares, embora mencionado com frequência moderada, ilustra a profundidade do cuidado mútuo na comunidade.

O compartilhamento de cadeiras de rodas e de banho, uma prática que, embora mencionada apenas quatro vezes (Tabela 15), ressoa com a empatia e o suporte mútuo entre os moradores. A confiança na generosidade dos vizinhos em momentos de necessidade é expressa na fala de E1-03.

Tem prédio que o pessoal... um vizinho toma conta do outro. [...] Preciso, você corre lá para estar auxiliando. Para fazer compra, para, precisou de fazer uma comida, ou dar assistência mesmo pessoal para aquele outro vizinho que está precisando[sic] (E1-03).

A fala da entrevistada E1-03 descreve uma dinâmica de solidariedade e apoio mútuo entre vizinhos em um contexto residencial. O relato indica a existência de uma rede informal de assistência, na qual os moradores se prontificaram a ajudar uns aos outros em diversas situações cotidianas. As atividades mencionadas incluem realizar compras, preparar refeições e oferecer suporte pessoal, sugerindo uma comunidade com laços sociais estreitos e um senso de responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos residentes. O Consumo Colaborativo de bens recorrentes envolve uma tríade de motivos, atividades e recursos que beneficiam tanto os usuários quanto a comunidade (Benoit et al., 2017).

O compartilhamento de informações é particularmente notável. Grupos de informações no *WhatsApp* para comunicados entre administração e moradores têm frequência máxima (5) e

intensidade alta. Grupos temáticos para prática de esportes mostram intensidade moderada, enquanto grupos para cuidados à saúde e ajuda mútua têm frequência 4, mas intensidade baixa.

A cultura do desapego é mencionada pelo entrevistado E1-06:

O que acontece é muito viável, mas hoje em dia as pessoas estão difíceis de se desapegar a alguma coisa, é muito complicado[sic] (E1-06)

Essa observação sugere que, apesar da viabilidade, ainda há desafios culturais na implementação plena da economia compartilhada. Essas práticas podem ser uma resposta à escassez percebida, permitindo que as pessoas maximizem o uso de recursos disponíveis dentro de sua comunidade (Belk et al., 2023).

A entrevistada E1-07 oferece uma perspectiva histórica sobre compartilhamento:

Vizinho pedia uma coisa emprestada e você ia lá que ele não tinha, depois você pedia pra ele. Era uma carona, coisa que a gente, poucas pessoas antigamente aí, uns trinta anos atrás, não tinha muito acesso a carro, eu mesma sempre tive carro, então, era, levava no hospital, batia vizinho pedindo pra levar aqui, pra levar ali, eu sempre levei. Entendi. Nunca tive restrição nenhuma contra isso, então, isso foi se perdendo com o tempo, as pessoas desagregando e agora eu vejo uma tendência no mundo, de voltar ao passado, porque aquelas coisas eram boas e davam certo. [sic] (E1-07)

Essa fala ilustra como práticas de compartilhamento, antes comuns, estão sendo resgatadas no contexto atual. A fala do entrevistado E1-07 apresenta uma reflexão sobre as mudanças nas relações de vizinhança, ao longo do tempo. O relato descreve práticas de empréstimo mútuo e compartilhamento de recursos, com ênfase no uso compartilhado de automóveis para transporte, especialmente em situações de necessidade como deslocamentos hospitalares.

A entrevistada nota uma transformação social, indicando que essas práticas colaborativas diminuíram com o passar dos anos, atribuindo isso a um processo de desagregação social. Contudo, observa-se uma percepção de que há uma tendência atual de

retorno a esses comportamentos cooperativos, sugerindo uma reavaliação positiva dessas práticas antigas como benéficas e eficazes para a vida em comunidade.

Em relação ao Condomínio Solar da Lagoa, as práticas de compartilhamento se diferenciam em relação ao Condomínio *Grand Resort* Pampulha e ao Condomínio Santa Clara, especialmente, por ser um Condomínio horizontal, de casas de alto padrão e por estar às margens de um lago. Nesse condomínio, o compartilhamento de equipamentos náuticos é expressivo.

A Tabela 16, intitulada "Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Balneário Solar da Lagoa", apresenta uma visão abrangente das iniciativas de economia compartilhada implementadas nesse condomínio específico. A tabela está estruturada em seis colunas: Categoria Secundária, Categoria Terciária, Características e Descrição, Aplicativo Utilizado, Frequência e Intensidade. Nesse condomínio, foram 2 entrevistas, transcritas e categorizadas.

Essa organização da Tabela 16 permite uma análise detalhada das práticas colaborativas, desde sua classificação até sua implementação e adoção pelos moradores. As categorias secundárias abrangem áreas como Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Compartilhamento de Bens, Compartilhamento de Informações e Compartilhamento de Serviços, oferecendo um panorama completo das diversas formas de compartilhamento presentes no condomínio.

Tabela 16

Mapeamento das Práticas de Economia Compartilhada – Condomínio Balneário Solar da Lagoa

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento	<i>WhatsApp</i>	0	-
	Carros Compartilhados	Carros elétricos ou a combustão disponíveis por agendamento	<i>WhatsApp</i>	Não se aplica	Não se aplica
	Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado	<i>WhatsApp</i>	Não se aplica	Não se aplica
	Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros	<i>WhatsApp</i>	2	Alta

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Compartilhamento de Espaços	Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>	<i>WhatsApp</i>	Não se aplica	Não se aplica
	Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas	<i>WhatsApp</i>	2	Baixa
	Espaço Bem-estar	Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Espaço Pet	Espaço <i>e pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Espaço Oficina	Oficina compartilhada com ferramentas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Compartilhamento de Bens	Aluguel de imóveis por temporada	Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb</i> , <i>Booking</i> , Alugue Temporada, etc.)	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Bens de Uso Recorrente	Utensílios domésticos, eletrodomésticos, “xícara de açúcar”, equipamentos esportivos	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros	<i>WhatsApp</i>	1	Moderada
Compartilhamento de Informações	Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores	<i>WhatsApp</i>	2	Alta
	Interações	Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio	<i>WhatsApp</i>	0	-

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição	Aplicativo Utilizado	Frequência	Intensidade
Compartilhamento de Serviços	Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.	<i>WhatsApp</i> <i>p</i>	0	-
	Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, voluntariado	<i>WhatsApp</i> <i>p</i>	0	-
	Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio	<i>WhatsApp</i> <i>p</i>	0	-
	Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra	<i>WhatsApp</i> <i>p</i>	1	Baixa

A Tabela 16 apresenta um mapeamento das práticas de economia compartilhada em condomínios residenciais, com especial destaque para a utilização predominante do *WhatsApp* como plataforma de comunicação e organização. A análise detalhada da Tabela 16 revela padrões interessantes nas práticas de economia compartilhada no Condomínio Balneário Solar da Lagoa.

Atualmente, o condomínio não possui muitas práticas de compartilhamento formalmente implementadas. No entanto, há conversas entre os moradores sobre possíveis iniciativas de ampliação destas.

O condomínio também é muito novo. Condomínio lá. Só tem, que ele está instalado mesmo, só tem uns cinco anos no máximo, né? Que ele foi lançado. Então, agora o pessoal está construindo, né? Lá já tem 34 casas já[sic] (E1-13).

Na categoria de Mobilidade, a Tabela 16 demonstra uma clara ênfase em práticas relacionadas a atividades náuticas, condizente com a natureza do condomínio. Embarcações compartilhadas, garagem náutica e heliporto apresentam frequência 2 e intensidade alta, indicando uma forte valorização desses recursos pelos moradores. Como relatado por E1-13:

Lá tem aluguéis, né? Tem um condomínio que aluga, se quiser dar um passeio de barco lá, ele vai te cobrar diária lá com a sua família[sic] (E1-13).

O entrevistado E1-13 evidencia a disponibilidade de embarcações como opções recreativas. Essa prática reflete a adaptação do conceito de economia compartilhada ao contexto específico de um condomínio à beira de um lago, demonstrando como as comunidades podem customizar essas iniciativas de acordo com suas necessidades e recursos locais. Nesse sentido, nota-se a adaptação do conceito de Economia Compartilhada ao contexto específico, nesse caso, um condomínio à beira de um lago (Botsman e Rogers, 2010).

Já as categorias de bicicletas e carros compartilhados não apresentam dados de frequência, sugerindo que essas práticas, embora potencialmente interessantes, não estão ativamente implementadas, assim, explica E1-13:

Mas compartilhamento mesmo, lá ainda não tem, mas o pessoal conversa entre si lá sobre isso. Entendi. Lá não tem, por exemplo, bicicleta que fica disponível para os moradores. [sic] (E1-13).

Outro aspecto apresentado pelo entrevistado E1-13 foi o compartilhamento entre condomínios, que também surgiu na fala do entrevistado E1-11, ambos síndicos locais.

Eu já vejo outros condomínios. Outros condomínios, juntando com outro condomínio para comprar, comprar uma lancha. (...) Eu, particularmente, não tenho, mas algum condomínio lá com outro amigo. Deve ter alguma lancha compartilhada, né? Um jet ski[sic] (E1-13).

Potenciais Práticas de Compartilhamento: Estão sendo discutidas ideias como o compartilhamento de lanchas e jet skis entre condomínios. A Economia Compartilhada pode proporcionar benefícios econômicos significativos para os participantes (Botsman e Rogers, 2010).

O Compartilhamento de Espaços emerge como uma área de grande interesse na Tabela 16. Espaços de lazer e bem-estar apresentam frequência total e a intensidade das falas foi bastante alta, refletindo a importância dada pelos moradores a essas áreas compartilhadas, exemplifica E1-14:

Tem encontro de barco lá embaixo, é, tem as esquadras também, vestiário, área de churrasco. *[sic]* (E1-14).

Os espaços de lazer e bem-estar revelam-se como altamente valorizados pelos moradores. No entanto, a implementação dessas práticas não está isenta de desafios, como evidenciado pelo comentário de um morador:

As regras são boas, mas nem sempre conseguimos usar as áreas quando precisamos, porque tem muita gente disputando os horários (E01-14).

Esse comentário destaca a necessidade de um equilíbrio entre regulamentação e flexibilidade na gestão de espaços compartilhados. Tudo isso ilustra o que Botsman e Rogers (2010) descrevem como os desafios de implementação e gestão de sistemas de compartilhamento em comunidades, onde é necessário equilibrar as regras estabelecidas com a flexibilidade necessária para atender às diversas necessidades dos usuários.

Entretanto, os espaços para eventos, apesar da totalidade da frequência 2, apresentam intensidade baixa, pois foram discretamente mencionados, com exceção da lagoa. Possivelmente indicando uma subutilização ou insatisfação com esses espaços.

O aluguel de imóveis por temporada também mostra frequência 2 e intensidade alta, entretanto não é uma prática estabelecida ou aceita no Condomínio e, foi destacada por E1-14 com veemência:

Não, não pode, porque na convenção do condomínio, e todos tem que respeitar que existem regras. O condomínio tem que ter regras, né? Aham. Na convenção do condomínio, você está especificado lá que ninguém pode alugar espaço nenhum. Ninguém pode alugar lote, residência, área gourmet, nada. Isso com penalidade de multa. (...) O único local que é alugado lá no condomínio é o restaurante, que o restaurante faz parte do condomínio, então é de todos os condôminos. *[sic]* (E1-14).

Na categoria de Compartilhamento de Informações, os grupos de *WhatsApp* se mostram como a principal ferramenta de comunicação e organização. Um entrevistado ressalta a importância dessas interações:

Ali, ali no final de semana todo mundo divulga [no *WhatsApp*] a carne que está assando, a bebida que está servindo. Uhum. E um fala que vai lá serrar um pouco, outro convida bem mesmo. Uhum. E é isso, todo mundo sabe como é que funciona[*sic*] (E1-14).

Essa fala ilustra como as plataformas digitais facilitam não apenas o compartilhamento de recursos, mas também a construção de um senso de comunidade entre os moradores. Segundo o entrevistado E1-14, o *WhatsApp* é muito utilizado para incentivar a cultura de compartilhamento.

Ah, acredito que no próprio grupo do *WhatsApp* lá. A gente tenta buscar muito essa cultura de compartilhamento. Pra que, como eu disse e volto a frisar, pra que a coisa funcione melhor, né? No sentido geral [*sic*]E1-14.

Há grupos específicos no *WhatsApp* para diferentes finalidades (embarcações, comunicados oficiais, interações sociais). Essa observação alinha-se com o que Schor (2016) identifica como o papel crucial das plataformas digitais na facilitação da economia compartilhada.

Os bens de uso recorrente são frequentemente compartilhados entre os moradores, com alta intensidade. Já os bens de uso ocasional, como ferramentas para carros, mostram uma intensidade moderada. E os serviços específicos, como cuidados com animais e o grupo de desapego, mostram uma intensidade moderada. O entrevistado E1-14 menciona o papel do desapego no condomínio:

É, o pessoal oferece até terra, esse tipo de desapego de lote lá. Se alguém precisar de terra, eu estou dando a terra aqui. Então existe isso, isso é bacana. Tem também anúncios de barco, de veículo, tem de tudo lá. Olha só, bacana. É uma algazarra o negócio. É uma algazarra, mas que é boa, né? É uma algazarra, mas que é boa, né? Nossa senhora, é muita gente. [*sic*] (E1-14).

O entrevistado E1-14 revela a existência de um espaço digital de trocas e doações em sua comunidade – o *WhatsApp*. Esse ambiente virtual é caracterizado pela diversidade de itens oferecidos, desde terra e lotes até embarcações e veículos. O entrevistado enfatiza a natureza

dinâmica e movimentada desse espaço, utilizando o termo "algazarra" para descrever a intensa atividade e interação entre os participantes.

A menção à quantidade de pessoas envolvidas ("Nossa senhora, é muita gente") corrobora a impressão de um espaço digital com participação ativa e numerosa da comunidade. A adaptação dessas práticas ao contexto específico e o uso de tecnologias acessíveis são fatores chave para o sucesso dessas iniciativas (Frenken e Schor, 2019)

A análise da Tabela 16, junto às falas dos entrevistados, revela que as práticas de economia compartilhada no Condomínio Balneário Solar da Lagoa estão em evolução, com algumas áreas mostrando forte adesão e outras ainda em estágios iniciais de desenvolvimento.

Amaral et al. (2020) apontam diferenças importantes na gestão de condomínios verticais versus horizontais, o que pode influenciar na implementação e no sucesso das práticas de Economia Compartilhada. Essas diferenças podem afetar a forma como os recursos são compartilhados e como as iniciativas colaborativas são organizadas. Muitas práticas identificadas lá, também, foram igualmente identificadas no Condomínio Grand Resort Pampulha. A tabela 16, na sequência, traz o mapeamento dos compartilhamentos desse condomínio.

A Tabela 17 apresenta uma análise comparativa abrangente das práticas de economia compartilhada em três diferentes condomínios: *Grand Resort Pampulha*, Conjunto Habitacional Santa Clara e Balneário Solar do Lago. A estrutura detalhada da Tabela permite visualizar a distribuição de serviços e facilidades compartilhadas entre os empreendimentos, revelando diferentes perfis de compartilhamento.

Tabela 17

Síntese do Mapeamento das Práticas e Características da Economia Compartilhada por Condomínios

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Exemplos e Características	Grand Resort Pampulha	Conj. Hab. Santa Clara	Balneário Solar do Lago
Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento	X		
	Carros Compartilhado	Carros elétricos ou a combustão disponíveis por agendamento	X		
	Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado	X		
	Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem	X	X	
	Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros			X

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Exemplos e Características	Grand Resort Pampulha	Conj. Hab. Santa Clara	Balneário Solar do Lago
Compartilhamento de Espaços	Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral			X
	Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros			X
	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque	X	X	X
	Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>	X		
	Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas	X	X	X
	Espaço Bem-estar	Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.	X		X
	Espaço Pet	Espaço <i>e pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets	X		
	Espaço Oficina	Oficina compartilhada com ferramentas	X		
	Aluguel de imóveis por temporada	Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb</i> , <i>Booking</i> , Alugue Temporada, etc.)	X		
	Bens de Uso Recorrente	Utensílios domésticos, eletrodomésticos, “xícara de açúcar”, equipamentos esportivos	X	X	
Compartilhamento de Bens	Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros	X		
	Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores	X	X	X
	Interações	Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio	X		
Compartilhamento de Informações	Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.	X		
	Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, voluntariado	X	X	

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Exemplos e Características	Grand Resort Pampulha	Conj. Hab. Santa Clara	Balneário Solar do Lago
Compartilhamento de Serviços	Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio	X		
	Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra	X	X	

A Tabela 17 oferece uma síntese das práticas de Economia Compartilhada dos três condomínios distintos, cada um com suas particularidades e níveis de implementação. Esta análise comparativa permite vislumbrar como diferentes contextos residenciais adaptam e adotam práticas colaborativas.

Ao examinar os dados apresentados na Tabela 17, observa-se que o *Grand Resort Pampulha* se destaca com a maior diversidade de práticas compartilhadas, enquanto o Conjunto Habitacional Santa Clara apresenta uma abordagem mais básica, e o Balneário Solar do Lago demonstra um foco específico em amenidades náuticas e de lazer.

O Grand Resort Pampulha emerge como um exemplo notável de economia compartilhada em ambiente residencial. Com uma impressionante presença em 18 das 19 categorias analisadas na Tabela 17, esse condomínio demonstra um compromisso abrangente com práticas colaborativas. Na categoria de Mobilidade, o Grand Resort se destaca ao oferecer um ecossistema completo, incluindo bicicletas e carros compartilhados, além de infraestrutura para veículos elétricos. Essa abordagem holística à mobilidade sustentável reflete uma visão progressista e alinhada com tendências urbanas contemporâneas.

O compartilhamento de espaços no *Grand Resort Pampulha* é igualmente abrangente, abarcando desde áreas de lazer e eventos até espaços de trabalho compartilhados (*coworking*). A presença de um espaço dedicado a *pets* e uma oficina compartilhada demonstra uma atenção às necessidades diversificadas dos moradores. A Tabela 17 também revela uma robusta estrutura de compartilhamento de informações e serviços, incluindo grupos temáticos e iniciativas como o "grupo de desapego", que promove a economia circular dentro da comunidade.

Em contraste, o Conjunto Habitacional Santa Clara apresenta uma abordagem mais modesta, porém significativa, a economia compartilhada. Com presença em 6 categorias, esse condomínio foca em práticas essenciais como compartilhamento de espaços de lazer e eventos, além de manter um sistema de compartilhamento de bens de uso recorrente. A Tabela 17 indica

que o Santa Clara prioriza o compartilhamento de informações e a ajuda mútua, sugerindo um forte senso de comunidade, apesar da infraestrutura mais limitada.

O Balneário Solar do Lago se destaca, na Tabela 17, por sua especialização em amenidades náuticas. Único entre os três, devido à localização e ao padrão, a oferecer embarcações compartilhadas, garagem náutica e heliporto, esse condomínio demonstra como a economia compartilhada pode ser adaptada a contextos específicos de lazer e estilo de vida. Com 7 categorias presentes, o Balneário foca em espaços compartilhados de lazer, eventos e bem-estar, complementando sua infraestrutura náutica com práticas colaborativas que enriquecem a experiência dos residentes.

Em suma, a Tabela 17 ilustra como a Economia Compartilhada pode ser adaptada e implementada de formas diversas em ambientes residenciais. Enquanto o *Grand Resort Pampulha* representa um modelo abrangente de práticas colaborativas, o Conjunto Habitacional Santa Clara e o Balneário Solar do Lago demonstram abordagens mais focadas, adaptadas às suas realidades específicas. Essa diversidade de implementações ressalta a flexibilidade e o potencial da economia compartilhada em melhorar a qualidade de vida e promover a sustentabilidade em diferentes contextos residenciais.

4.2.2 Tecnologia Como Facilitadora

A investigação sobre como as tecnologias digitais que facilitam o Compartilhamento nos condomínios, incluindo a utilização de plataformas e aplicativos para organizar e aprimorar essas práticas colaborativas, compõem esta categoria principal. Para apresentar essa categoria principal, segue a fala da entrevistada E1-05:

O pessoal mais antigo que tinha uma serrinha, alguma coisa assim. Então, tudo era longe. Então, o pessoal fazia isso, entendeu? Tinha uma muita galinha. O outro não tinha. Aí o outro tinha um porco e matava, cortava a banda. Dividia para o vizinho. E um dava pato, o outro dava galinha. E assim, eu comia coisas diferentes. E ia compartilhando e variava. Tinha variedade. Agora, nesses tempos nossos, a coisa mudou. Acontece, ainda, a troca. Mas agora é por meio da *internet*. Agora ficou melhor mais rápido. Não precisava passar quilômetros de uma casa a outra para poder trocar nada[sic] (E1-05)

O relato da entrevistada E1-05 descreve uma evolução nas práticas de compartilhamento e troca em comunidades. Inicialmente, o entrevistado retrata um cenário rural ou semirrural do passado, onde a distância entre as residências era considerável. Nesse contexto, os moradores compartilham alimentos, especialmente, carnes de diferentes animais, como forma de diversificar a dieta e suprir necessidades mútuas. Essa prática era baseada na proximidade e nas relações pessoais entre vizinhos.

O entrevistado, então, contrasta essa realidade com o cenário atual, onde as trocas persistem, mas são facilitadas pela *internet*. Essa transição para o meio digital é vista como uma melhoria, tornando o processo mais rápido e eliminando a necessidade de deslocamentos físicos entre as residências. A fala sugere uma adaptação das práticas tradicionais de compartilhamento para o contexto tecnológico contemporâneo, mantendo o espírito de cooperação comunitária, mas com maior eficiência e alcance.

Já o entrevistado E1-08 descreve um sistema de compartilhamento de veículos elétricos disponível para os moradores do condomínio. O relato indica a existência de uma infraestrutura tecnológica para acessar esses veículos, que utiliza *tags* (etiquetas eletrônicas) com códigos QR utilizados no Condomínio *Grand Resort* Pampulha. Esse sistema sugere um processo de autenticação e desbloqueio dos veículos baseado em tecnologia digital, permitindo que os condôminos utilizem os carros elétricos de forma prática e controlada, ele comenta:

É para uso dos condôminos. (...) É, você tem a tagzinha, né? É com QR Code e tal. Você passa[sic] (E1-08).

A fala de E1-08 é sobre o uso de tecnologias sustentáveis referindo-se à reserva de veículos elétricos. A implementação desse serviço reflete uma tendência de adoção de soluções de mobilidade sustentável e compartilhada em ambientes residenciais, integrando tecnologias para facilitar o acesso e uso dos recursos comuns.

Nesse contexto, a Tabela 18, a seguir, apresenta uma análise sistemática da utilização de diferentes tecnologias como facilitadoras em ambientes condominiais, categorizando-as em seis elementos principais: *WhatsApp*, *Apps*, *Plataformas*, *Internet e Online*, *Software* e *Site*. Os dados estruturados na Tabela 18 revelam padrões de adoção tecnológica por meio de duas métricas fundamentais: frequência, que indica o número de entrevistados que mencionaram cada categoria, e intensidade, que avalia o grau de envolvimento nas discussões sobre cada elemento.

Tabela 18*Tecnologia Como Facilitadora*

Categoria Principal	Categoria Secundária	Frequência	Intensidade
Tecnologia Como Facilitadora	<i>WhatsApp</i>	14	Alta
	Apps	7	Alta
	Plataformas	10	Moderada
	Internet e Online	14	Alta
	<i>Software</i>	3	Baixa
	Site	11	Moderada

A organização apresentada na Tabela 18 permite compreender como diferentes ferramentas tecnológicas são percebidas e utilizadas no contexto da gestão e comunicação condominial, oferecendo percepções valiosas sobre a digitalização desses ambientes.

O uso de tecnologias aparece como um facilitador importante para as práticas de Economia Compartilhada, com alta intensidade na Tabela 18. Com unanimidade entre os entrevistados, apresenta frequência máxima de 14 menções e demonstra intensidade alta nas menções dos entrevistados. Isso indica forte penetração e aceitação como ferramenta de comunicação principal

Os grupos de *WhatsApp* usados para comunicação e compartilhamentos nos condomínios refletem bem isso, como pode ser constatado nas falas de E1-01 e E1-04. E, na mesma linha, com ressalva da socialização, os aplicativos vêm para acelerar e organizar os compartilhamentos, como relatado por E1-01 e E1-04.

Cada torre aqui, são quatro torres, então cada torre aqui tem seu grupo. Tem o grupo (no *WhatsApp*) maior, que é o grupo (no *WhatsApp*) do condomínio inteiro[sic] (E1-01).

O de bom é que antes de ter o grupo, que eu fiquei bem resistente em fazer grupo, né? Não tô te falando pouco de grupo, mas esse grupo ajuda, porque antes o que é que eu tinha que fazer? Eu tinha que bater de porta em porta falando gente, ó, amanhã, é, sexta-feira vai lavar a caixa d'água[sic] (E1-04).

A fala do entrevistado E1-01 descreve a estrutura de comunicação digital do Grand Resort Pampulha que é composto por quatro torres. O relato indica a existência de grupos de

comunicação específicos para cada torre, no aplicativo *WhatsApp*, sugerindo uma organização setorizada da comunicação entre os moradores. Já a entrevistada E1-04 descreve uma mudança na forma de comunicação dentro do condomínio após a adoção de um grupo digital, em uma plataforma de mensagens.

Inicialmente, a entrevistada expressa que teve resistência à criação do grupo. No entanto, reconhece os benefícios práticos dessa ferramenta de comunicação. Anteriormente, a divulgação de informações importantes, como a limpeza da caixa d'água, exigia um esforço físico e tempo considerável, pois era necessário ir de porta em porta para informar os moradores. O grupo digital simplificou esse processo, permitindo uma disseminação mais eficiente e abrangente das informações relevantes para a comunidade do condomínio,

As motivações refletem uma mudança significativa na percepção de valor e nas relações sociais entre os moradores, E1-01, E1-04 e E1-11 demonstram, por meio de suas falas, como a tecnologia, mediante aplicativos, facilita a organização e o acesso aos recursos compartilhados.

O Aplicativo *Bydoor* (Apêndice D), usado para gerenciar reservas e ocorrências, no Condomínio *Grand Resort Pampulha*, otimiza a gestão de condomínios, oferece ferramentas que melhoram a comunicação e a administração interna. Ele permite que síndicos, moradores e administradores gerenciem diversas atividades cotidianas, como reservas de áreas comuns, controle de acesso e recebimento de encomendas, conforme informado por E1-09 e E1-11.

O sistema é acessível por meio de dispositivos móveis e computadores, proporcionando flexibilidade e conveniência aos usuários (*Bydoor*, 2023). Além disso, o *Bydoor* facilita a comunicação entre os membros do condomínio pelas notificações e mensagens, promovendo uma gestão mais participativa e transparente. Como Belk (2014) sugere, a adoção de tecnologias colaborativas pode transformar as interações e ambientes comunitários, e o *Bydoor* exemplifica essa transformação ao integrar processos administrativos em uma plataforma digital eficiente.

Tanto a Gerente do Condomínio *Grand Resort Pampulha*, quanto o síndico demonstraram insatisfação com o aplicativo *Bydoor* e mencionaram ter iniciado um processo de mudança com os moradores para o aplicativo *Condomob*. Essa é uma plataforma abrangente que também oferece soluções para a gestão eficiente de condomínios, integrando aspectos financeiros, sociais e de segurança em um único aplicativo (*Condomob*, 2023).

Por exemplo, aqui tem as bicicletas compartilhadas, né? Que você pode pegar e fazer uma atividade ali com as bicicletas. Tem também as salas, né? Que são compartilhadas. São compartilhadas, que dá pra você, tudo isso que eu tô

falando aqui, você pode marcar pelo aplicativo e tá reservando essas áreas, tantas bicicletas e tudo mais[sic] (E1-01).

Esse aplicativo tem um sistema que permite a automação de processos administrativos, como a emissão de boletos e o controle de inadimplência, além de facilitar a comunicação entre síndicos e moradores por meio de murais digitais e notificações instantâneas. Além disso, o *Condomob* oferece funcionalidades para agendamento de áreas comuns e controle de encomendas com opções inovadoras, como retirada por QR Code ou assinatura eletrônica (*Condomob*, 2023)

Outro aplicativo utilizado pelo *Grand Resort* é o Conecta Novolar (Apêndice D) que só apareceu 2 vezes nas falas dos entrevistados, uma para E1-08 e uma para E1-09. Esse aplicativo também está no site da incorporadora Novolar, que construiu o Condomínio. O Conecta Novolar, assim como os aplicativos citados anteriormente, é destinado à gestão integrada de condomínios residenciais, com foco na melhoria da comunicação entre moradores e administradores.

A plataforma oferece funcionalidades como agendamento de áreas comuns, envio de notificações importantes e gerenciamento financeiro simplificado. Com o objetivo de aumentar a satisfação dos moradores por meio da transparência e da eficiência dos processos administrativos, o Conecta Novolar se alinha à visão de Belk (2014) sobre o impacto positivo das tecnologias colaborativas na gestão comunitária. Ao digitalizar tarefas rotineiras e centralizar informações essenciais em um único aplicativo, o Conecta Novolar facilita uma administração mais eficaz e participativa.

Outra facilidade tecnológica é o Aplicativo Vapt Novolar, desenvolvido pela incorporadora do Novolar e destinado ao aluguel de carros elétricos nos condomínios. Ele faz parte das iniciativas sustentáveis implementadas no condomínio *Grand Resort Pampulha*, que incluem estações de recarga para veículos elétricos e outras práticas ecológicas, como o uso de placas fotovoltaicas e o aproveitamento de águas pluviais (Novolar, 2024).

O VAPT Novolar facilita o acesso dos moradores a veículos elétricos, promovendo uma alternativa de mobilidade sustentável e eficiente dentro do ambiente residencial. Pelo aplicativo, os residentes podem reservar e utilizar os veículos conforme necessário, contribuindo para a redução da dependência de automóveis particulares e incentivando práticas mais sustentáveis no dia a dia do condomínio.

Todo gerenciamento da Tecnologia no Condomínio *Grand Resort Pampulha* é feito por uma comissão de moradores voluntários, criada especialmente para essa finalidade – Comissão de Tecnologia – como conta a Administradora do Condomínio E1-09.

A gente tem uma comissão de TI também. Ah, é? É. Voluntária do condomínio. E aí eu passo para eles quando eu estou com muita demanda e eu quero ajudar[sic] (E1-09).

Ela relatou que cria nichos no App para os diferentes usos dos espaços. Há também, no Condomínio, a comissão de *Marketing* e a de Engenharia. O compartilhamento nos condomínios é caracterizado por uma forte ênfase na comunidade e na otimização de recursos. Sundararajan (2016) ressalta que as plataformas digitais desempenham um papel crucial nessas experiências, facilitando a comunicação e a organização das práticas compartilhadas.

Tabela 19

Mapeamento dos Apps e Plataformas Usados nos Condomínios

Plataforma	Propósito	Link	Classificação	Ícone
<i>Bydoor</i>	Gestão condominial e comunicação entre moradores	https://bydoor.com.br/	Economia Compartilhada	
<i>Condomob</i>	Administração de condomínios e interação entre moradores	https://condomob.net/	Economia Compartilhada	
<i>Vapt</i>	Serviço de carro compartilhado exclusivo para aluguel em condomínios exclusivo da Construtora Novolar.	https://www.novolar.com.br/a-novolar/diferenciais/#servicos-exclusivos	Economia Compartilhada	
Novolar Conecta	Gestão condominial e comunicação com moradores	https://www.novolar.com.br/a-novolar/diferenciais/#servicos-exclusivos	Economia Compartilhada	
<i>WhatsApp</i>	Comunicação instantânea e compartilhamento de informações	https://www.whatsapp.com/	Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo	

A Tabela 19 demonstra um ecossistema tecnológico diversificado e especializado, voltado para a facilitação de práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios. O *Bydoor* e o *Condomob* são plataformas especificamente projetadas para a gestão condominial e a comunicação entre moradores. Ambas são classificadas como

ferramentas de Economia Compartilhada, indicando seu papel na otimização de recursos e facilitação de interações comunitárias. O *Bydoor* (<https://bydoor.com.br/>) foca na gestão condominial e comunicação, enquanto o *Condomob* (<https://condomob.net/>) expande essa funcionalidade para incluir a administração de condomínios. Essas plataformas parecem ser fundamentais para a organização e eficiência das práticas colaborativas nos condomínios.

O *Vapt* representa uma inovação no campo da mobilidade compartilhada. Classificado como uma ferramenta de Economia Compartilhada, esse serviço oferece carros compartilhados exclusivamente para aluguel em condomínios da Construtora Novolar (Tabela 19). Essa iniciativa demonstra uma tendência de integração de serviços de mobilidade diretamente na infraestrutura condominial, potencialmente reduzindo a necessidade de propriedade individual de veículos.

O Novolar Conecta, também classificado como uma ferramenta de Economia Compartilhada, foca na gestão condominial e comunicação com moradores, conforme apresentado na Tabela 19. O objetivo desse aplicativo é proporcionar maior segurança e comodidade aos moradores de condomínios Novolar, oferecendo funcionalidades como controle de acesso, reservas de espaços comuns, comunicação com a portaria e gestão de eventos. É um serviço exclusivo da Construtora Novolar, assim como o *Vapt*, sugere uma abordagem integrada de serviços tecnológicos oferecidos por construtoras para melhorar a experiência de vida em condomínio.

O *WhatsApp*, diferentemente das outras plataformas, é classificado tanto como ferramenta de Economia Compartilhada quanto de Consumo Colaborativo. Sua versatilidade como aplicativo de comunicação instantânea e compartilhamento de informações o torna uma ferramenta fundamental para facilitar diversas formas de interação e colaboração entre moradores. Sua classificação dupla sugere que o *WhatsApp* é utilizado não apenas para comunicações básicas, mas também para organizar e facilitar práticas mais complexas de Compartilhamento e Colaboração.

Categoria Secundária Site, apresenta frequência considerável com 11 menções e demonstra intensidade moderada, conforme a Tabela 19. Isso indica relevância significativa, mas com engajamento intermediário.

É notável que, com exceção do *WhatsApp*, todas as outras plataformas são especializadas para uso em condomínios, sugerindo um mercado em desenvolvimento para soluções tecnológicas voltadas especificamente para esse ambiente. Isso pode indicar uma demanda crescente por ferramentas que facilitem a vida em comunidade e promovam práticas de Economia Compartilhada em espaços residenciais coletivos.

A Categoria secundária *Software* registra frequência baixa com apenas 3 menções, a intensidade baixa, também se apresenta baixa, conforme Tabela 18. Sugere menor relevância ou familiaridade com soluções mais técnicas.

Já a categoria Plataformas apresentou frequência significativa com 10 menções e demonstra intensidade moderada, de acordo com os dados apresentados na Tabela 18. O que remete à adoção consistente, mas com envolvimento intermediário dos moradores.

A análise da Tabela 18 revela não apenas a importância da tecnologia na facilitação de práticas de economia compartilhada em condomínios, mas também como essas ferramentas estão se tornando, cada vez, mais especializadas e integradas ao conceito de vida em condomínio. As soluções mais específicas, como os *softwares*, mostraram menor penetração e envolvimento. As plataformas e *sites* mantêm posição intermediária, com boa frequência, mas intensidade moderada. Isso sugere uma evolução na forma como os espaços residenciais coletivos são geridos e como os moradores interagem entre si e com os recursos compartilhados.

Esta análise revela uma clara hierarquia na adoção e impacto das diferentes tecnologias facilitadoras, com predominância de ferramentas mais acessíveis e de uso intuitivo. O padrão observado sugere que a simplicidade e familiaridade das tecnologias são fatores cruciais para sua adoção e efetividade no ambiente condominial.

Essa análise de dados também sugere que, embora a maioria dos moradores reconheça os benefícios da Economia Compartilhada, a falta de familiaridade com as ferramentas digitais pode limitar sua participação. Portanto, é essencial que sejam implementadas estratégias de inclusão digital, como *workshops* e treinamentos, para garantir que todos os moradores possam usufruir das práticas de compartilhamento. A resistência à tecnologia pode ser uma barreira significativa à adoção de novas práticas (Patiño et al., 2017).

A prevalência de tecnologias digitais como facilitadoras das práticas de economia compartilhada nos condomínios reflete uma tendência mais ampla de digitalização das interações sociais e econômicas. Isso sugere que a implementação bem-sucedida de práticas de economia compartilhada em ambientes residenciais está intrinsecamente ligada à adoção e ao uso eficaz de tecnologias de comunicação e gestão.

4.3 Identificação das motivações e dos desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios

Nesta seção, buscou-se descrever e analisar o segundo objetivo específico desta pesquisa, que é estudar os fatores que motivam os moradores a participarem do

compartilhamento de bens e serviços, bem como as barreiras enfrentadas na implementação dessas práticas como a gestão, a adesão dos moradores e os aspectos culturais ou logísticos. Também serão apontadas as particularidades dessas práticas, focando em como elas funcionam no contexto de condomínios

4.3.1 Motivações para o compartilhamento nos Condomínios

Esta seção propõe tratar sobre os fatores que motivam os moradores a participarem do Compartilhamento de bens e serviços, como economia financeira, socialização e sustentabilidade. As motivações para a adoção de práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios residenciais são diversas e refletem uma mudança significativa na percepção de valor e nas relações sociais entre os moradores.

As falas dos entrevistados sobre motivações de compartilhar nos condomínios foram muito vívidas e, por isso, serão relatadas em maior número nesta seção. A seguir, será apresentada a Tabela 20, intitulada: “Principais Motivações para o compartilhamento nos Condomínios” que mostrará as motivações basilares que impulsionam as práticas de compartilhamento identificadas nos condomínios. Estruturada em quatro colunas, a tabela detalha a categoria principal, as categorias secundárias, a frequência e a intensidade.

Tabela 20

Principais Motivações para o compartilhamento nos Condomínios

Categoria Principal	Categoria Secundária	Frequência	Intensidade
Motivações para o compartilhamento nos Condomínios	Economia de recursos	14	Alta
	Conveniência ou acessibilidade aos bens e serviços	14	Alta
	Fortalecimento da comunidade	12	Alta
	Promoção da solidariedade	9	Moderada
	Aumento da segurança	8	Moderada
	Apoio a iniciativas locais	10	Alta
	Sustentabilidade/Meio Ambiente	3	Baixa
	Facilitação da comunicação	9	Moderada

Categoria Principal	Categoria Secundária	Frequência	Intensidade
	Otimização do espaço	8	Moderada
	Criação de redes de apoio	8	Moderada
	Inovação	7	Moderada

No total, são apresentadas 11 categorias secundárias, dispostas na Tabela 20, que refletem uma ampla gama de fatores motivacionais, desde aspectos econômicos e práticos até benefícios sociais e ambientais. Essa organização permite uma análise detalhada das razões pelas quais os moradores de condomínios adotam a Economia Compartilhada.

A **economia de recursos** emerge como um motivador primário para a prática da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo nos Condomínios. Essa categoria refere-se à redução de gastos individuais por meio do uso coletivo de bens e serviços. Os moradores buscam economizar dinheiro compartilhando itens ou espaços que seriam caros para adquirir individualmente.

Ela foi menção unânime entre os 14 entrevistados e, por isso, a intensidade foi alta como detalhado na Tabela 20. Os entrevistados E1-10 e E1-13 mencionam a contenção de gastos que proporcionado pelas áreas compartilhadas e E1-15 destaca “economia” como a palavra-chave para a Economia Compartilhada:

Esses espaços todos são compartilhados. Se fosse para eu ter uma casa com tudo isso, ficaria muito caro, inviável, completamente inviável de ter. Mas num condomínio grande como a gente está, aí fica uma situação que a gente consegue pagar, né? Porque está dividido para muitas pessoas. Está dividido para 352 pessoas. Então fica um valor mais baixo para a gente conseguir ter essas coisas. E assim, compartilhado. [sic] (E1-10)

Ué, primeiro, primeiro, com os benefícios, né? Todo mundo olha isso, né? Fica barato. Fica barato. Se você for compartilhar ela com dois ou três responsáveis, né? Que você vê ali que eles vão cuidar do seu imóvel, do seu bem igual a você, eu acho muito bacana isso aí. É bom para todo mundo[sic] (E1-13).

Acredito que a palavra economia é realmente a palavra-chave aqui. Eu acho que o mais importante é a Economia Compartilhada, é a ideia de que ao invés de você ter que comprar alguma coisa, que talvez você não espere usar com muita frequência, você pode pagar mais barato e dividir isso com as outras pessoas [*sic*] (E1-15).

Os moradores reconhecem o benefício financeiro de compartilhar bens e serviços, assim, demonstra o entrevistado E1-10 ao falar sobre as bicicletas compartilhadas. Segundo Belk (2014), essas motivações refletem uma mudança fundamental na percepção de propriedade e consumo.

A **conveniência ou acessibilidade aos bens e serviços** assim como a economia de recursos teve igualmente a totalidade de frequência 14 e intensidade alta, de acordo com o exposto na Tabela 20. Essa categoria destaca como o compartilhamento facilita o acesso a recursos que, individualmente, poderiam ser inacessíveis ou inconvenientes. O entrevistado E1-10 exemplifica isso com detalhe ao falar sobre o valor de uma casa com todos os “requisitos dos seus sonhos” e pela relevância do trecho, ele foi mantido quase na íntegra:

Eu sempre tive o sonho de ter uma casa que tivesse uma frente ampla, com toda gramadinha, com jardimzinho, aquilo ali, eu acho que é bonito, traz uma paz, aquele cheirinho da grama, adoro o cheiro de grama, que eu gosto muito de futebol, de jogar bola, então, curto demais o cheirinho da grama, eu sempre quis ter isso, mas ter isso pra mim e pra minha família, numa casa, seria muito caro, eu jamais ia ter condição de um negócio desse, né. Agora, quando eu comecei a olhar pra ter um novo apartamento, colocar um lugar pras crianças brincarem, a gente percebeu que comprando na planta seria mais barato, percebemos que poderíamos ter tudo isso que eu sonhava ter, mas desde que fosse num apartamento com muito, num prédio com muitos apartamentos[*sic*] (E1-10).

(...) É melhor do que você ter a própria bicicleta, né? Eu mesmo não tenho bicicleta. Se eu precisar de uma bicicleta, eu pego a compartilhada, é melhor. E aí eu não gasto dinheiro comprando uma bicicleta, né? [*sic*] (E1-10).

A acessibilidade a bens e serviços é uma motivação significativa, e permite que os moradores usufruam de bens e serviços sem a necessidade de aquisição individual. Essas falas ilustram como o compartilhamento de recursos em condomínios permite o acesso a comodidades que seriam inacessíveis individualmente. O acesso temporário a bens e serviços frequentemente suplanta a propriedade permanente (Botsman e Rogers, 2011).

O **fortalecimento da comunidade** teve frequência 12 e intensidade alta (Tabela 20), e representa um aspecto social crucial. Essa categoria refere-se ao processo de empoderamento coletivo e desenvolvimento local. Ela envolve: a **mobilização dos moradores para ações conjuntas; a criação de senso de pertencimento e identidade comunitária;** o desenvolvimento de lideranças locais e a melhoria da infraestrutura e serviços do bairro. Seguem dois exemplos nas falas de E1-04, E1-09 e E1-10 ilustram isso:

Então assim, eu acho assim, a amizade que a gente tem aqui, que aqui é como se fosse uma família, uma família boa, que nem família ruim em aqui aí, uma família boa, tem. [*sic*] (E1-04).

Eu fiz uma festa junina compartilhada. Como foi a minha festa? Cada morador fez um coordenador. Cada coordenação, cada equipe era responsável de uma comida. [...] E foi se interagindo. Na festa foi todo mundo comendo a comidinha de cada um fez. E foi uma interação gigantesca. [*sic*] (E1-09)

Pelos espaços comuns, a gente tem muita amizade com os vizinhos. Isso que o vídeo falou de pegar uma xícara de açúcar que, acabou o meu açúcar. Alguém posta lá no nosso grupo. Porque aí você vai criando os nichos também. Você tem mais afinidade com um determinado tipo de pessoas. Então já cria ali um grupo[*sic*] (E1-10).

Nota-se nas falas como as práticas de compartilhamento podem fortalecer os laços sociais entre os moradores, criando um senso de comunidade mais forte. A conveniência e o fortalecimento da comunidade são motivações significativas. A motivação para participar dessas práticas, muitas vezes, está ligada a benefícios econômicos e ambientais, além do desejo de fortalecer laços sociais (Mann et al. 2021).

A **promoção da solidariedade**, esta categoria refere-se a ações espontâneas de ajuda mútua e apoio **entre os moradores do condomínio**, tendo como características: atos

espontâneos de auxílio entre vizinhos, o compartilhamento de recursos e habilidades, **o desenvolvimento de empatia e senso de responsabilidade pelo outro**. Com frequência 9 e intensidade moderada, de acordo com a Tabela 20, enfatiza o aspecto de humanidade da Economia Compartilhada, expresso na fala da moradora E1-03.

Tem prédio que o pessoal... um vizinho toma conta do outro. [...] Precizou, você corre lá para estar auxiliando. Para fazer compra, para, precisou de fazer uma comida, ou dar assistência mesmo pessoal para aquele outro vizinho que está precisando[*sic*] (E1-03).

Eu acho que a interação. A interação entre eles. Isso é muito bom. Porque é uma briga de vizinhos. Todo lugar você tem briga. Mas quando você encontra aquela vizinha que você não gosta dela, por causa de que inúmeras questões fazendo a unha lá junto com você, aí começa a falar da nova unha, começa a falar de uma situação, de outra [*sic*](E1-09).

A entrevistada E1-03 se referia a moradores de idade avançada que, de acordo com ela, são a maioria no Conjunto Habitacional Santa Rita e ao cuidado de um vizinho para com o outro. Já a entrevistada E1-09 se referia aos condôminos que se desentenderam, mas, quando se encontravam em espaços de uso comum, como no Espaço Beleza, se entendiam e as contendas assim, eram reduzidas.

As experiências de compartilhamento em condomínios frequentemente envolvem interações face a face, fortalecendo os laços sociais entre os moradores. Essas práticas podem gerar benefícios tanto econômicos quanto sociais, promovendo um senso de comunidade mais forte e reduzindo custos individuais (Schor, 2016).

Com frequência 8, entrevistados abordando o assunto, e intensidade alta observáveis na Tabela 19, o **aumento da segurança** surge como uma motivação significativa. Essa categoria reflete como as práticas de compartilhamento podem contribuir para um ambiente mais seguro. As entrevistadas E1-03 e E1-15 comentaram:

Aqui é a grande família. Aqui, eles sabem até na hora que você está saindo, na hora que você está entrando. O que você faz ou deixou de fazer. Por um lado, é bom, por um lado é bom porque é um meio de segurança. [*sic*] (E1-03)

Eu imagino que existe uma relação de confiança maior nos condomínios verticais, porque você sente mais que o que você está usando está mais seguro dentro do prédio [*sic*](E1-15).

Observa-se que o E1-03 relata que a interação entre os moradores pode aumentar a segurança.

Também com frequência de 10 respondentes e intensidade alta, a categoria **apoio a iniciativas locais** reflete o desejo da comunidade de fomentar projetos dentro do próprio condomínio. O entrevistado E1-10 menciona:

Esse ano, tivemos a ideia de fazer uma festa junina. E teve uma participação bem maior do que foi a festa de fim de ano. Porque as pessoas ficaram sabendo que a festa de fim de ano foi muito legal[*sic*] (E1-10).

Com frequência 3 e intensidade moderada, a preocupação com **a sustentabilidade** mostra-se relevante. Essa categoria reflete a preocupação com práticas mais sustentáveis e ecológicas. E1-10 comenta sobre a tentativa de implementar a coleta seletiva no condomínio:

Eu já separava o meu lixo e no meu bairro que eu morava, que era o Ermelinda, lá não tinha coleta seletiva então eu separava o meu lixo pegava o meu carro e quando saía para levar as crianças na escola eu passava perto de uma caçamba[*sic*] (E1-10).

Dessa forma, a sustentabilidade também emerge como um fator motivacional, embora menos explicitamente mencionado nas entrevistas analisadas. A busca pela sustentabilidade perpassa pela formalização de processos, comunicação e reconhecimento das práticas. Estruturas formalizadas podem promover a continuidade das práticas ao longo do tempo, assim como, iniciativas informais podem ser mais vulneráveis a mudanças de liderança ou contexto. A formalização impacta na eficácia e na sustentabilidade das práticas. Economia Compartilhada pode promover eficiência no uso de recursos e sustentabilidade, desde que adequadamente implementada (Schor, 2016).

Quanto à **facilitação da comunicação**, esta categoria destaca como as práticas de compartilhamento podem melhorar a interação entre os moradores. Conforme detalhado na

Tabela 20, frequência 9 e intensidade moderada, destaca-se como as práticas de compartilhamento podem melhorar a interação entre os moradores. Os entrevistados E1- 01, E1-03 e E1-14 comentaram:

Cada torre aqui, são quatro torres, então cada torre aqui tem seu grupo. Tem o grupo maior, que é o grupo do condomínio inteiro. Existe o grupo, tem um tanto de grupo, tem um grupo de divulgação, por exemplo, que eles criaram[sic] (E1-01).

Tem no nosso grupo de *WhatsApp*, que é o grupo geral, que são os 42 prédios e a maioria dos condomínios participam (E1-03).

Ah, acredito que no próprio grupo do *WhatsApp* lá. A gente tenta buscar muito essa cultura de compartilhamento. Aham. Pra que, como eu disse e volto a frisar, pra que a coisa funcione melhor, né? No sentido geral. Inclusive as pessoas que têm opinião diferente, a da maioria, que acaba às vezes atrapalhando aprovações importantes de pautas. Uhum. Então a gente tenta incentivar nos grupos lá de *WhatsApp* [sic] (E1-14).

E1-14, quando fala de cultura do compartilhamento, está se referindo ao compartilhamento nas redes sociais, em especial, no *WhatsApp*, a fim de melhorar a interação entre os condôminos.

A **otimização do espaço** emerge como um motivador significativo, especialmente em condomínios verticais onde os apartamentos tendem a ser menores, com frequência 8 e intensidade moderada (Tabela 20). O Entrevistado E1-01 vê como benefício; E1-02 destaca a otimização do espaço com o compartilhamento de bicicletas e; E1-15 demonstra com clareza essa busca pelo aproveitamento de espaço:

Então, os benefícios entram todas essas questões que eu falei, de praticidade, de ajudar na vida, de ter um espaço a mais pra você poder trabalhar, pra você poder levar seu pet, pra você poder, por exemplo, tem espaço massagem, tem espaço beleza pras mulheres. Acho que é essencial marcar um horário ali [sic] (E1-01).

(...) eu acredito que principalmente pra otimizar o espaço, porque lá são quatro torres, então são vários moradores, né? (...) eu acredito assim, que esse compartilhamento das bicicletas foi mais pra otimizar mesmo o espaço, e ter a área do bicicletário pra todos os condôminos utilizarem mesmo, né? [sic] (E1-02)

Aqui nós temos apartamentos que são muito pequenos, eles são muito bem planejados, eles aproveitam muito bem o espaço, mas nós aprendemos também a ocupar o mínimo de espaço possível para manter a casa funcionando. Então, por exemplo, a ideia de você não ter que ter uma bicicleta, de você poder usar a bicicleta do prédio, ela economiza espaço na sua casa[sic] (E1-15)

Essas falas refletem a preocupação com o uso eficiente das áreas comuns e privadas. Elas demonstram como o compartilhamento de recursos, como bicicletas, permite um uso mais eficiente do espaço limitado em condomínios além do acesso facilitado.

A **criação de redes de apoio** apresenta frequência 8 e intensidade moderada, conforme exposto na Tabela 20. Essa categoria se refere à estruturação de sistemas mais formais de suporte mútuo, com organização de grupos específicos e canais de comunicação para atender necessidades **extra condomínios**. Aspectos como a organização de grupos específicos para determinados fins; o estabelecimento de canais de comunicação e ajuda e a criação de mecanismos para identificar e atender necessidades, assim exemplificam E1-07 e E1-03:

A gente ajuda outras pessoas que nem são do grupo e do condomínio, né, então, por exemplo, eu, eu sei de uma pessoa que tá precisando, igual já aconteceu, era uma colega minha que engravidou e tava passando uma situação difícil financeira naquele momento, que eu toquei no grupo, ganhei um berço[sic] (E1-07).

Ah, eu acho sociabilização, economia, até mesmo uma satisfação pessoal, né, em ajudar e colaborar. Porque você, quando colabora e ajuda, o primeiro ajudado é você mesmo e acaba virando uma corrente do bem. [sic] (E1-07)

E para viver em harmonia e ajudar o seu próximo, o seu vizinho. Então é uma forma que todo mundo achou para estar auxiliando um ou outro. [sic] (E1-03)

Esse exemplo demonstra como as redes de apoio criadas por meio do compartilhamento via grupos de *WhatsApp* podem estender-se além do condomínio, beneficiando a comunidade mais ampla. Essa categoria destaca como as práticas de compartilhamento podem fomentar sistemas de suporte mútuo entre os moradores de um Condomínio, Bairro, Cidade ou Região.

Apresentando frequência 7 e intensidade moderada, segundo a Tabela 20, a **inovação** emerge como uma motivação significativa, embora menos frequente que outras. A entrevistada E1-09 destaca as inovações implementadas no condomínio como a Comissão de Tecnologia da Informação e Sistema de Segurança com identificação facial, e E1-15 que destacou como inovação a implantação de equipes de recreação que ficarão disponíveis para os moradores, elas ilustram esse aspecto ao mencionar:

Aqui tem comissão de TI, de marketing, de engenharia, até ali. Comissão de engenharia, comissão de comunicação. Que é formada pelos moradores. (...) Então é ... a questão de sistema, segurança, né? Que a gente já usa muito facial, essas coisas, eles fazem isso [a Comissão de TI]. E o que tem de novo, eles vão e falam, olha, você não tem um negócio novo? [sic] (E1-09)

Mas a gente tem, por exemplo, o sistema interessante que a gente vai implementar agora, que era uma promessa da construtora, que a gente vai compartilhar uma espécie de equipe recreativa, que a construtora vai pagar uma certa equipe de pessoas para fazer, por exemplo, (...) hidroginástica, recreação para as crianças, que vão ficar aqui durante um período do dia e vai ser compartilhado pelo prédio inteiro[sic] (E1-15).

Essa categoria refere-se à adoção de novas ideias e tecnologias para melhorar a vida em condomínio. A entrevistada E1-09, trouxe as comissões que acompanham áreas específicas dentro do condomínio. De acordo com ela, a Comissão de TI sugere a implantação de novos sistemas de segurança, aplicativos voltados à rotina do condomínio e outras inovações da área de tecnologia. Já a Comissão de Marketing acompanha as informações e comunicados do condomínio e a de Engenharia o controle das obras, reformas das áreas comuns.

A motivação também se manifesta em práticas comuns permitindo aos moradores acesso a recursos sem a necessidade de aquisição ou deslocamento, como no caso da implantação de equipe recreativa, citada pela entrevistada E1-15. Essa iniciativa demonstra como a economia compartilhada pode estimular soluções inovadoras para atender às necessidades dos moradores.

Embora interligadas, essas categorias representam diferentes níveis e formas de interação social e colaboração dentro da comunidade, justificando sua distinção para uma análise mais precisa das dinâmicas de economia compartilhada nos condomínios.

Essa análise revela que as motivações para o compartilhamento nos condomínios são diversas, mas predominantemente práticas e econômicas. A economia de recursos, a otimização do espaço e a conveniência são os fatores mais valorizados, sugerindo que os moradores são atraídos principalmente pelos benefícios tangíveis e imediatos das práticas de compartilhamento. O aspecto comunitário, embora presente, parece ser um fator secundário, enquanto a motivação ambiental, surpreendentemente, aparece como o fator menos citado e valorizado.

Esses resultados podem ter implicações importantes para a implementação e promoção de práticas de economia compartilhada em condomínios. Eles sugerem que estratégias focadas nos benefícios econômicos e práticos podem ser mais eficazes para aumentar a adesão dos moradores. Ao mesmo tempo, há uma oportunidade para aumentar a conscientização sobre os benefícios ambientais dessas práticas, potencialmente aumentando sua adoção por razões de sustentabilidade no futuro.

4.3.2 Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios

A identificação das dificuldades e barreiras enfrentadas na implementação de práticas de Economia Compartilhada, tais como resistência cultural, resistência à tecnologia e desafios de infraestrutura é o propósito dessa categoria principal.

Na análise das entrevistas, não há críticas diretas ou significativas dos entrevistados sobre a Economia Compartilhada. Ao contrário, os entrevistados, geralmente, expressaram opiniões positivas sobre as práticas de compartilhamento em seus condomínios. No entanto, alguns desafios e pontos de atenção foram mencionados, que podem ser interpretados como potenciais críticas ou preocupações ou desafios.

A Tabela 21, a seguir, intitulada: “Principais desafios para o compartilhamento nos Condomínios” oferece uma visão geral concisa dos principais obstáculos enfrentados na implementação e manutenção de práticas de Economia Compartilhada em ambientes condominiais, destacando áreas que requerem atenção especial para o sucesso dessas iniciativas. Cabe ressaltar que as menções foram de moderada à baixa intensidade. A descrição de todas as categorias secundárias referentes aos desafios se apresenta na sequência, após a Tabela 21.

A Tabela 21 oferece um panorama dos desafios enfrentados na implementação e manutenção da Economia Compartilhada em condomínios. Composta por quatro colunas, a tabela identifica a categoria principal, as categorias secundárias, a frequência e a intensidade de cada desafio. São apresentadas 7 categorias secundárias, que abrangem desde questões comportamentais e de gestão até aspectos técnicos e sociais.

Tabela 21

Principais desafios para o compartilhamento nos Condomínios

Categoria Principal	Categoria Secundária	Frequência	Intensidade
Desafios da Economia Compartilhada nos Condomínios	Resistência às práticas de compartilhamento	12	Alta
	Gestão e manutenção dos recursos compartilhados	12	Alta
	Uso inadequado ou abusivo dos recursos compartilhados	9	Moderada
	Resistência à adoção de novas tecnologias	9	Baixa
	Desconfiança, insegurança e Conflitos	8	Moderada
	Adaptação da infraestrutura existente	8	Moderada

A Tabela 21 mostra os principais desafios da Economia Compartilhada em condomínios, categorizados em estrutura hierarquicamente. Essa estruturação permite uma compreensão clara dos obstáculos que podem surgir ao se adotar práticas de compartilhamento em ambientes condominiais.

Os desafios mais proeminentes, classificados com intensidade moderada, incluem a resistência à adoção de novas tecnologias, a gestão e manutenção dos recursos compartilhados, o uso inadequado ou abusivo desses recursos, e a falta de cuidado com os itens compartilhados. A análise detalhada das categorias apresentadas, na Tabela 21, revela alguns obstáculos que os condomínios enfrentam ao implementar e manter práticas de Economia Compartilhada.

A **resistência às práticas de compartilhamento** emerge como um dos desafios mais proeminentes, com frequência 12 e intensidade alta, pois a maioria dos entrevistados abordaram esse assunto, conforme a Tabela 21. Ela abarca a relutância dos moradores em adotar novos modelos de consumo e convivência colaborativa. Um exemplo claro dessa resistência é evidenciado nas falas de E1-09 e E1-11:

A gente tem dois no *Airbnb*, mas a gente tá com um processo de retirada. A gente não concorda [*sic*] (E1-09).

A maioria dos moradores aqui não gostam da ideia do *Airbnb*. Hoje aqui não é proibido o *Airbnb*, mas também não é incentivado (E1-11).

Essa resistência pode se manifestar de diversas formas, desde a oposição direta a novas iniciativas até a falta de participação em práticas já estabelecidas. A relutância em adotar novos modelos de consumo e convivência colaborativa pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo preocupações com privacidade, com a segurança, com a propriedade e com as mudanças nos hábitos estabelecidos.

A gestão e manutenção dos recursos compartilhados também emergem como desafios cruciais, destacando a complexidade logística envolvida no gerenciamento de recursos comuns. Ela apresentou com frequência 12 e intensidade alta, conforme se pode notar, na Tabela 21. Os entrevistados E1-01 e E1-11 ilustram esse desafio:

Acho que as dificuldades são porque você conseguir organizar cada vez melhor e arrumar disponibilidade pra todos, sempre assim, sabe? Porque são diversas pessoas, são pessoas de diversos tipos de opiniões e tudo mais[*sic*] (E1-01)

Quanto mais coisas a gente colocar de compartilhamento, é mais serviço e mais mão de obra que a gente vai ter que colocar para esse compartilhamento, para gerenciar [*sic*] (E1-11).

Isso pode incluir questões como agendamento de uso, manutenção regular e resolução de conflitos relacionados ao uso compartilhado. A fala de E1-11 ressalta a necessidade de sistemas eficientes e automatizados para minimizar a carga administrativa associada às práticas

colaborativas. A integração dessas práticas em ambientes residenciais requer um equilíbrio cuidadoso entre os interesses dos proprietários e a manutenção da qualidade de vida da comunidade (Akande et al., 2020).

A fala de E1-11, ao mesmo tempo que demonstra resistência à Economia Compartilhada, demonstra a dificuldade de uma administração de pessoas. É possível inferir que existe a necessidade de sistemas eficientes e automatizados para minimizar a carga administrativa associada às práticas colaborativas. De maneira geral, entre os condomínios pesquisados, o Conjunto Habitacional Santa Rita, o condomínio mais antigo, lida com questões típicas de gestão condominial e manutenção de áreas comuns.

Ainda sobre a gestão e **manutenção dos recursos compartilhados** dos carros compartilhados foi outro desafio avaliado dentro dessa categoria. Como relatam E1-09 e E1-11:

(...) tem projetos que vai vir para cá, tem projetos de carro compartilhado. Tinha no início, mas retiramos, porque tinha poucos moradores. Mas agora a gente vai botar o carro compartilhado, né? [sic] (E1-09)

Tinha um carro aqui que a construtora tinha que ter deixado, mas o antigo síndico liberou, porque ninguém alugou, ninguém fez nada[sic] (E1-11)

O exemplo específico do *Grand Resort Pampulha* sugere que o serviço foi implementado, mas posteriormente descontinuado. Esse relato aponta para possíveis desafios na sustentabilidade econômica ou operacional desse modelo de negócio no contexto brasileiro. A retirada do serviço de um empreendimento que, inicialmente, o adotou pode indicar baixa adesão dos moradores, problemas logísticos, ou inviabilidade financeira do modelo naquele local específico. Essa situação reflete as complexidades enfrentadas na implementação de soluções de mobilidade compartilhada em ambientes residenciais no país.

Já o uso inadequado ou abusivo dos recursos compartilhados, apresentando frequência 9 e intensidade moderada, é um desafio que reflete preocupações com o mau uso ou abuso dos recursos comuns. E1-01, E1-08 e E1-11 exemplificam:

Acho que isso é questão primordial [o Compartilhamento de bens]. Se o pessoal tem mais senso de utilizar e não danificar nada, né? [sic] (E1-01).

A gente, por exemplo, já vimos mais uma vez a bicicleta parecer quebrada depois de um período muito curto de tempo [*sic*] (E1-08).

Eu compartilho uma bicicleta. Essa bicicleta, em um mês, ela já me dá problema, tá? Então, ou seja, nós estamos compartilhando e tá tendo mau uso[*sic*] (E1-11).

Segundo as falas de E1-01, E-08 e E1-11, esse comportamento pode levar a danos prematuros aos equipamentos e desrespeito às regras estabelecidas por alguns indivíduos, minando a confiança e a sustentabilidade das práticas de compartilhamento. Isso ressalta a necessidade de promover um senso de responsabilidade coletiva entre os usuários e a necessidade de regulamentações mais rigorosas.

O sucesso da Economia Compartilhada depende da construção de confiança entre os participantes, o que pode ser particularmente desafiador em ambientes condominiais onde os moradores têm diferentes níveis de familiaridade entre si (Botsman e Rogers, 2011)

A **resistência à adoção de novas tecnologias** foi um obstáculo menos significativo comparado aos outros desafios, mas ainda relevante, conforme o que foi apontado pelos entrevistados, é apresentado na Tabela 21 – com frequência 9 e intensidade baixa. Entretanto, o que se observa é que a barreira tecnológica pode limitar a participação efetiva de uma parcela significativa dos residentes nas iniciativas de compartilhamento, conforme dito pelo entrevistado E1-01. Já a entrevistada E1-09 demonstra uma busca para minimizar a resistência às novas tecnologias:

Então, eu acho que, querendo ou não, o pessoal mais velho tem uma dificuldade, assim, em questões tecnológicas, mas eles se adaptando e tudo mais, eles acabam se adaptando e tudo mais também aderindo, né? [*sic*] (E1-01)

(...) Então, nós somos mais jovens. Vamos dizer assim, sabe? Mas apesar que eu estou treinando os idosos a mexer, sabe? [*sic*] (E1-09)

Isso indica uma crescente familiaridade com plataformas digitais de compartilhamento, mesmo entre os moradores mais velhos, especialmente, na fala de E1-01. Porém, a fala de E1-

09 sugere que iniciativas de treinamento e interfaces mais intuitivas podem facilitar a adaptação tecnológica entre os moradores mais velhos.

Nessa situação, insere-se o caso de E1-12, cuja entrevista foi excluída da análise. Trata-se de uma senhora com idade estimada entre 65 e 75 anos, que optou por não revelar sua idade exata. Ela foi indicada pelo responsável do condomínio para participar da entrevista. Inicialmente, demonstrou interesse significativo, assistindo ao vídeo introdutório e respondendo às primeiras perguntas. No entanto, a participante apresentou sinais de comprometimento cognitivo, evidenciados por repetições frequentes e aparente dificuldade de memória, após os primeiros 10 minutos da entrevista. Em virtude dessas observações, a entrevista foi interrompida e não categorizada.

Esse episódio suscita reflexões sobre como essa residente poderá reservar e utilizar plenamente os espaços do condomínio, além de usufruir das facilidades e comodidades oferecidas. Assim, iniciativas voltadas para educação e conscientização, bem como o desenvolvimento de interfaces tecnológicas mais intuitivas são essenciais para o sucesso dessas práticas em condomínios. No entanto, questiona-se se tais medidas serão suficientes para atender às necessidades específicas dessa população.

A desconfiança, insegurança e conflitos são consideradas com frequência 8 e intensidade moderada (Tabela 21), abrange questões interpessoais que podem surgir em ambientes de compartilhamento. A questão da desconfiança e insegurança, a desconfiança entre moradores, medo de danos ou roubos de bens compartilhados e, particularmente, em relação a práticas como aluguel de moradias, a exemplo o *Airbnb*, geram preocupações significativas.

A questão do *Airbnb* em condomínios residenciais também se encaixa nessa categoria, pois é um tema controverso que gera debates entre moradores e gestores. No Condomínio *Grand Resort Pampulha*, as opiniões são diversas, há os que concordam, como E1-08 e os que discordam, como E1-07 e E1-11:

Não, no começo, eu não comecei a fazer [*Airbnb*]. O pessoal cortou, mas não tem nada, assim, decidido ainda não. Está no processo para não, né? [*sic*] (E1-08)

Mas eu, olha, eu vou te falar que eu acho que não existe essa prática, não que são apartamentos pequenos e é complicado, eu acho que isso aí já é mais complicado, eu não faria isso. Sim. Sabe? Porque você colocar uma pessoa, ainda mais no Brasil, isso aí existe muito, né, em outros países que as pessoas

são mais civilizadas, crianças são mais confiáveis, também. No Brasil, eu acho isso ainda uma prática inviável, a não ser que você não utiliza aquele local pra viver, aí você pode, né, alugar e tudo, mas você morando ali, eu jamais faria isso. É meio riscado, né? [sic] (E1-07)

Hoje aqui não é proibido o *Airbnb*, mas também não é incentivado. Então, enquanto não tiver uma decisão nova lá do STJ, se posicionando realmente a respeito do *Airbnb*, nós estamos deixando do jeito que está. [sic] (E1-11)

No geral, as falas demonstram preocupações com segurança, convivência e potenciais problemas com inquilinos temporários. A implementação do *Airbnb* em condomínios residenciais representa um desafio significativo para a gestão condominial e a convivência entre moradores. A Economia Compartilhada, incluindo plataformas como o *Airbnb*, traz à tona questões importantes sobre confiança, segurança e responsabilidade em espaços compartilhados (Schor, 2016).

A possibilidade de conflitos entre moradores é outro desafio significativo. Os conflitos entre moradores, desentendimentos sobre o uso de espaços e bens compartilhados ou dentro de grupos de *WhatsApp* foram moderadamente mencionados nas entrevistas. As moradoras E1-02 e E1-07 contam sobre episódios de conflitos dentro de grupos de despejo dos condomínios:

(...) eu tava vendendo no grupo um carro. Ah, tô vendendo meu carro, mano, tal, tal, tal. Aí um falou assim, tá doido. Não tá na tabela Fipe, o seu carro tá tanto, você tá querendo é rouba (...) Virou uma confusão. [sic]. (E1-02).

Vai ter manutenção no sistema de gás de duas a cinco. Aí, eles fazem esses comunicados nesse grupo. Aham. Mas, eu confesso pra você que eu saí de todos os outros, porque é briga atrás de briga, (...) É sério. O ser humano, eu falo que é muito difícil[sic] (E1-02).

(...) críticas sobre quem realmente precisa de itens doados ou expectativas irrealistas sobre a rapidez com que as pessoas devem buscar itens oferecidos[sic] (E1-07).

Essa resistência reflete os desafios de equilibrar os interesses individuais com a segurança e tranquilidade coletiva do condomínio. Isso pode incluir preocupações com a confiabilidade de outros usuários, medo de danos ou perdas, e potenciais desentendimentos entre moradores. Práticas de Economia Compartilhada podem trazer benefícios econômicos, mas também geram questões complexas de regulamentação e convivência (Botsman e Rogers, 2011).

A **categoria adaptação da infraestrutura** existente teve frequência 8 e intensidade moderada, de acordo com o que foi apresentado na Tabela 21, e se mostra como um desafio significativo. Ela reflete as dificuldades em adaptar espaços e sistemas existentes para acomodar novas práticas de compartilhamento, como E1-11 e E1-1 exemplificam:

Então, são poucos [condomínios] que vão ter algo diferenciado. Então, hoje, os condomínios estão procurando implantar a recarga elétrica. A sorte é que o nosso já tem isso, já foi planejado. Outros estão com esse desafio de implantar, porque não tem carga. [*sic*] (E1-11).

E nós não temos o sistema elétrico do prédio, ele foi meio que subdimensionado. A gente ainda não entendeu o problema. Mas a gente não consegue instalar os nossos carros elétricos[*sic*] (E1-15).

Isso ilustra como a implementação de novas tecnologias compartilhadas pode ser limitada pela infraestrutura existente. Importante ressaltar que o Condomínio Balneário do Lago, por estar localizado numa área menos urbanizada, pode enfrentar desafios mais básicos, relacionados com a infraestrutura e serviços públicos, conforme comentado por E1-13.

Examinando as linhas da Tabela 21, nota-se que os desafios mais significativos são a resistência às práticas de compartilhamento e a gestão e manutenção dos recursos compartilhados, ambos com frequência 12 e intensidade alta. É relevante observar que mesmo os desafios com menor frequência, como a adaptação da infraestrutura existente, ainda apresentam intensidade moderada. Isso sugere que todos os desafios listados requerem atenção e estratégias específicas para serem superados, a fim de garantir o sucesso das iniciativas de economia compartilhada nos condomínios.

É importante notar que estas não são críticas diretas à Economia Compartilhada em si, mas sim desafios potenciais na sua implementação e manutenção. Em geral, os entrevistados demonstraram uma atitude positiva em relação às práticas de compartilhamento em seus

condomínios. Embora a Economia Compartilhada ofereça benefícios potenciais, ela também apresenta desafios em termos de regulação e equidade (Schor, 2016).

Em suma, enquanto a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo oferecem oportunidades significativas para otimizar recursos e fortalecer comunidades em condomínios, eles também apresentam desafios complexos que requerem abordagens multifacetadas, incluindo adaptação de infraestrutura, sistemas de gestão eficientes, regulamentação clara e estratégias de educação e inclusão.

4.4 Análise do potencial e o impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada na SEE/MG

Com base nas práticas mapeadas, bem como nas motivações e nos desafios identificados nos Condomínios, a próxima etapa analisou como essas iniciativas podem ser adaptadas para o ambiente das unidades educacionais. O foco foi em práticas que possam contribuir para a eficiência, sustentabilidade e colaboração nas Unidades da SEE/MG.

Assim, o objetivo específico: analisar o potencial e o impacto da implementação de práticas de Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG visa analisar a previsão e os efeitos possíveis da aplicação das práticas Compartilhadas e Colaborativas no âmbito da SEE/MG. Esse objetivo se desdobrou em três categorias secundárias fundamentais apresentadas na Tabela 22:

4.4.1 Potencial de Aplicação das Práticas na SEE/MG

Análise sobre a possibilidade da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) de adotar práticas de Economia Compartilhada.

Tabela 22

Categorias: Potencial e o Impacto da Implementação

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciárias	Frequência	Intensidade
Potencial e o impacto da implementação	Potencial e Benefícios	Potencial de otimização de recursos públicos	8	Alta
		Economia de recursos financeiros e de tempo		
		Aplicabilidade em diversos contextos, incluindo escolas		

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciárias	Frequência	Intensidade
o de práticas da Economia Compartilhada na SEE/MG	Prática Existentes	Práticas já existentes, como carona compartilhada e compartilhamento de estações de trabalho	2	Moderada
		Possibilidade de compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre servidores	4	
	Desafios e Necessidades	Necessidade de mudança cultural para superar o individualismo	8	Alta
		Desafios de implementação, principalmente relacionados à mentalidade das pessoas	4	
			8	

A categoria secundária Potencial e Benefícios, exposta na Tabela 22, abrange o potencial de otimização de recursos, a economia de recursos financeiros e de tempo, e a aplicabilidade em diversos contextos, incluindo escolas. O potencial de otimização de recursos foi destacado pelo entrevistado E2-21, já a economia de recursos financeiros e de tempo por E2-23 e E2-24, como descrito:

Eu vejo que é muito possível a gente compartilhar sim, a gente usufruir juntos de um mesmo bem e a partir daí a gente minimizar custos[sic] (E2-20).

O benefício é custo, né, a otimização do recurso público, porque hoje, infelizmente, a gente vê aí pessoas e mais pessoas que acham que o dinheiro público não é de ninguém[sic] (E2-23).

Primeiro, o grande benefício é a economia. A economia de dinheiro, de tempo (sic) (E2-24).

Essa observação reflete o potencial de redução de custos e otimização de tempo, aspectos cruciais na administração pública. E, se alinha também ao potencial de Aplicabilidade em diversos contextos, incluindo escolas. Conforme Botsman e Rogers (2011), que argumentam que uma Economia Compartilhada pode levar a uma utilização mais eficiente de recursos. Essa prática exemplifica o que Belk (2014) descreve como “Consumo Colaborativo”, em que os indivíduos coordenam a aquisição e distribuição de um recurso por um imposto ou outra remuneração.

Em relação à categoria secundária Práticas Existentes, apresentada na Tabela 22, esta engloba práticas já utilizadas, muitas vezes, inovadoras, como carona compartilhada e compartilhamento de estações de trabalho, além de compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre servidores.

A Tabela 23 apresenta um mapeamento sistemático das práticas de economia compartilhada já existentes no contexto educacional, com foco específico em cinco categorias terciárias fundamentais. Os dados estruturados na Tabela 23 revelam diferentes dimensões do compartilhamento, desde mobilidade até recursos tecnológicos, oferecendo uma visão abrangente das iniciativas colaborativas em andamento. A organização apresentada na Tabela 23 permite avaliar tanto a penetração quanto o impacto dessas práticas por meio das métricas de frequência e intensidade, proporcionando uma compreensão clara do atual estágio de implementação da economia compartilhada no ambiente educacional.

Tabela 23

Categorias: Práticas Existentes na SEE/MG

Categoria Secundária	Categoria Terciária	Frequência	Intensidade
Práticas Existentes	Carona Solidária	3	Alta
	Compartilhamento de materiais didáticos e conhecimento	6	Alta
	Contrapartida por uso de espaços escolares	8	Moderada
	Compartilhamento de móveis e insumos	3	Baixa
	Compartilhamento de recursos tecnológicos (servidor de internet/rede)	5	Moderada

A primeira categoria exibida na Tabela 23 é a Categoria Secundária que apresenta o sistema carona solidária, chamado de “Caronetas”, ligado à Cidade Administrativa, representa uma oportunidade significativa para promover práticas de Economia Compartilhada no âmbito da SEE/MG. Essa iniciativa não apenas otimiza o uso de recursos, mas também fomenta a colaboração e o senso de comunidade entre os membros da comunidade escolar. Para participar do “Caronetas”, o usuário precisa se cadastrar por meio do site www.caronetas.com.br ou pela comunidade exclusiva do *Facebook* (Idea Sustentável, 2013).

A carona pode ser solidária, de forma gratuita, ou pode utilizar o “sistema de milhagem” do *site* para compartilhamento de custos. Essa categoria teve alta menção nas entrevistas relacionadas ao setor de educação. Um entrevistado destacou o potencial dessa prática:

A carona solidária seria muito interessante. Poderia ser feito um aplicativo, um grupo no *WhatsApp*, alguma coisa assim para as pessoas se organizarem[sic] (E2-22).

Outro participante enfatizou a importância da segurança:

Teria que ter um cadastro, né? Pra gente saber quem tá dando carona, quem tá pegando carona[sic] (E2- 23).

Essas percepções alinham-se com o conceito de Consumo Colaborativo proposto por Belk (2014), que enfatiza a importância da confiança e da reputação em práticas de compartilhamento. Além disso, a sugestão de utilizar tecnologia para facilitar a organização das caronas reflete a visão de Schwab (2016) sobre o papel crucial das plataformas digitais na quarta revolução industrial, da qual a Economia Compartilhada é parte integrante.

No contexto educacional, a implementação de sistemas de carona solidária pode contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável, como destacado por Gadotti (2008), promovendo não apenas a redução do impacto ambiental, mas também fortalecendo os laços comunitários e o engajamento cívico dos estudantes.

Outra categoria secundária, apresentada na Tabela 23 é Compartilhamento de materiais didáticos. O compartilhamento de materiais didáticos entre escolas e professores representa uma oportunidade significativa para otimizar recursos e promover a colaboração no âmbito educacional. Essa prática não apenas reduz custos, mas também fomenta a troca de conhecimentos e experiências entre educadores. Um entrevistado destacou essa possibilidade:

Outras coisas que eu vejo, eu vejo o seguinte, eu acho que isso aí já não sei se teria muita aplicabilidade, por exemplo, o material pedagógico do próprio professor, porque eu acho que a própria escola já utiliza isso, embora muitos professores tenham o seu material pedagógico, que gostam de trabalhar, que é seu, mas que poderia talvez fazer um tipo assim [sic] (E2-21).

A implementação de sistemas de compartilhamento de materiais didáticos na SEE/MG poderia ampliar o acesso a recursos de qualidade e promover a inovação pedagógica. O compartilhamento de conhecimento entre servidores foi destacado como uma prática informal, mas valiosa. Isso se alinha com o que Sundararajan (2016) descreve como “capital humano

distribuído”, ou seja, as habilidades e o tempo das pessoas são compartilhados de maneira mais eficiente.

Belk (2014) argumenta que a Economia Compartilhada pode transformar não apenas o consumo, mas também a produção e distribuição de bens e serviços. No contexto educacional, isso se traduz em uma mudança de paradigma, na qual o conhecimento e os recursos pedagógicos são vistos como bens comuns a serem compartilhados e cocriados, em vez de propriedade individual.

O compartilhamento de espaços escolares com a comunidade foi a terceira categoria secundária exibida, na Tabela 23, e ela representa uma oportunidade de otimização de recursos e fortalecimento dos laços entre escola e sociedade. Essa prática pode envolver o uso de quadras esportivas, auditórios e outros espaços em horários ociosos, mediante contrapartidas que beneficiem a instituição. Um entrevistado mencionou essa possibilidade:

Nós temos escolas aí que tem espaços maravilhosos, por que não abre isso para a comunidade, faz um projeto pedagógico, eu sei que algumas tem, eu estou falando assim, mas são coisas pequenas, ou são coisas, poucas coisas, por que não abre isso, faz um projeto superior aí, toda escola que tiver espaço[sic] (E2-21).

Tanto na Escola YB, quanto na KD, as práticas de compartilhamento de espaços, como quadras e áreas de lazer, também foram destacadas. Os espaços são usados por diferentes grupos, tanto da comunidade escolar quanto de fora dela, promovendo uma integração entre a escola e a comunidade, como mencionado pelo entrevistado:

Nossa quadra é usada por diferentes grupos, inclusive fora do horário escolar, ainda existem conflitos de horários devido à falta de um sistema mais formal de organização dessas reservas (E2-20).

Além disso, Sundararajan (2016) argumenta que a Economia Compartilhada pode otimizar o uso de recursos subutilizados, o que se aplica perfeitamente aos espaços escolares em horários não letivos. A adaptação dessa prática pode enfrentar desafios como a segurança e a manutenção dos espaços, mas os benefícios potenciais em termos de engajamento comunitário e otimização de recursos são significativos.

Essas práticas poderiam ser adaptadas em relação à ampliação de atendimento, expandindo para as SRE's e as escolas. Elas evidenciam o potencial das unidades escolares para implementar sistemas mais organizados e eficientes de Economia Compartilhada, por meio do uso de tecnologia e colaboração. Como destaca Belk (2014), práticas de compartilhamento podem fortalecer laços sociais e promover um senso de comunidade, aspectos cruciais no contexto educacional.

A Categoria Terciária Compartilhamento de móveis e insumos teve baixa intensidade nas respostas dos entrevistados.

Hoje, olha só pra você ver, por causa do problema dos computadores, coisa que nunca tinha na secretaria, computadores elevadores, coisa que nunca tinha, está tendo agora, que é compartilhamento de estação de trabalho[sic] (E2-22).

Se está precisando de mesa, se está precisando de quadro, e aqui tem coisa sobrando, até mesmo dentro da superintendência. A gente faz isso[sic] (E2-23).

Também a categoria de ordem terceira, compartilhamento de recursos tecnológicos, teve moderada menção nas entrevistas. Mas ela emergiu como uma área de grande potencial. Um entrevistado destacou:

Há o compartilhamento também de servidor, no sentido de ah, me empresta aí um servidor seu para me ajudar a terminar esse serviço aqui, que a gente está com muita urgência[sic] (E2- 22).

Essa prática alinha-se com o conceito de otimização de recursos discutido por Botsman e Rogers (2010), que argumentam que a Economia Compartilhada pode levar a uma utilização mais eficiente de bens e serviços.

Desafios e Necessidades é a última categoria secundária dessa seção, apresentada na Tabela 22. Essa categoria aborda a necessidade de mudança cultural para superar o individualismo e os desafios de implementação, principalmente relacionados à atenção das pessoas. Um entrevistado comentou:

A mentalidade do povo, aqui, então, aqui, o meu, o meu, a minha mesa, a minha cadeira, eu acho que ainda está muito, é, no egoísmo, no egocentrismo, no dono, na, sabe, no pertencimento daquilo, ainda não se abriu para o mundo[sic] (E- 23).

Essa percepção ressalta o que Schor (2014) identifica como um dos principais desafios na transição para uma economia mais compartilhada: a necessidade de mudanças não apenas tecnológicas, mas também culturais e institucionais.

Conforme evidenciado nas entrevistas conduzidas, embora inicialmente os entrevistados não reconhecessem a presença dessas práticas, relatos subsequentes destacaram a existência de iniciativas informais que, quando formalizadas, podem trazer benefícios significativos. A Tabela 23 apresenta algumas dessas práticas que apresentam algum grau de potencialidade e de impacto na possível implementação da Economia Compartilhada na SEE/MG.

4.4.2 Impacto da Implementação das Práticas na SEE/MG

Esta categoria engloba a avaliação dos efeitos positivos e negativos que a implementação das práticas de Economia Compartilhada pode trazer para a SEE/MG, incluindo otimização de recursos, melhoria na colaboração entre servidores e impacto na qualidade dos serviços educacionais.

A Tabela 24, intitulada "Avaliação de Potencialidade e Impacto da Implementação", apresenta uma análise detalhada das práticas de Economia Compartilhada e sua aplicabilidade no contexto da SEE/MG. A tabela está estruturada em cinco colunas: Categoria Secundária, Prática, Implantação, Potencialidade e Impacto. A coluna "Categoria Secundária" agrupa as práticas em áreas temáticas como Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Bens, Informações e Serviços, além de Tecnologia e Outras Práticas. A coluna "Prática" especifica as iniciativas individuais dentro de cada categoria. "Implantação" indica se a prática requer implementação inicial ou ampliação de iniciativas existentes. "Potencialidade" avalia o potencial de sucesso da prática no contexto da SEE/MG, classificado como Alta, Moderada ou Baixa. Por fim, a coluna "Impacto" projeta o efeito esperado da implementação, categorizado como Positivo, Neutro ou Negativo.

Tabela 24*Avaliação de Potencialidade e Impacto da Implementação*

Categoria Secundária	Prática	Implantação	Potencialidade	Impacto
Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Implantação	Alta	Positivo
	Carros elétricos compartilhados	Implantação	Alta	Positivo
	Carregador veicular	Implantação	Moderada	Neutro/Positivo
	Vagas de estacionamento/garagem	Implantação	Moderada	Positivo
Compartilhamento de Espaços	Espaços de lazer	Implantação	Alta	Positivo
	Espaços de trabalho	Ampliação	Moderada	Positivo
	Uso de espaços de lazer compartilhados	Implantação	Alta	Positivo
	Espaços para eventos	Implantação	Alta	Positivo
Compartilhamento de Bens	Bens de uso ocasional	Implantação	Baixa	Negativo
	Bens para venda/troca e serviços	Implantação	Baixa	Negativo
	Bens de uso recorrente	Ampliação	Moderada	Neutro
Compartilhamento de Informações	Grupos temáticos: esportes, venda e trocas, oferta de serviços	Ampliação	Moderada	Positivo
	Avisos e comunicados	Implantação	Baixa	Neutro
	Interações	Ampliação	Alta	Positivo
Compartilhamento de Serviços	Serviços de bem-estar	Ampliação	Moderada	Positivo
	Serviços de cuidados à saúde e Ajuda Mútua	Implantação	Baixa	Negativo
Tecnologia	Tecnologia para gestão de compartilhamento	Implantação	Alta	Positivo
Outras Práticas	Compartilhamento de materiais pedagógicos	Ampliação	Alta	Positivo
	Compartilhamento de recursos financeiros	Ampliação	Alta	Positivo
	Compartilhamento de tempo	Ampliação	Alta	Positivo
	Hortas comunitárias	Implantação	Moderada	Positivo
	Comunidades de voluntariado	Implantação	Moderada	Positivo

A Tabela 24 demonstra uma análise das práticas de Economia Compartilhada que podem ser implementadas ou ampliadas na SEE/MG, alinhando-se às práticas observadas em condomínios residenciais, categorizadas nos Subcapítulos 4.2 e 4.3. A Potencialidade foi classificada em baixa, média ou alta e o impacto da implantação foi classificado como negativo, neutro e positivo – ambas classificações foram baseadas na intensidade das falas dos entrevistados. Cada prática foi categorizada sob diferentes segmentos, avaliando seu estágio de implantação ou necessidade de ampliação, sua potencialidade e o impacto esperado da implementação.

Sobre a Mobilidade, as bicicletas compartilhadas e carros elétricos compartilhados são altamente viáveis para a SEE/MG. Estas podem ser usadas por alunos, professores e demais profissionais da Secretaria no deslocamento pela cidade. Os carros elétricos foram aparecendo como possibilidade de ampliação do Programa “Caroneta” promovendo mobilidade sustentável entre servidores e alunos, além de reduzir custos com transporte individual. Os Carregadores veiculares e vagas de estacionamento/garagem têm potencial moderado, podendo ser implementados para apoiar essas iniciativas de mobilidade elétrica.

No tocante ao Compartilhamento de Espaços, a implantação de espaços de lazer e espaços para eventos compartilhados na SEE/MG pode fomentar um ambiente mais colaborativo e integrado entre os servidores e a comunidade escolar. Uso de espaços de lazer compartilhados e comunidades de voluntariado são altamente aplicáveis, favorecendo a coesão social e o engajamento comunitário. Além disso, a possibilidade de se criar parcerias com empresas e com a população em geral, pode fomentar a geração de renda para as Unidades da SEE/MG.

Os Espaços de trabalho compartilhados possuem potencial moderado, são uma boa opção para ambientes administrativos que buscam otimizar espaços e recursos. Além disso, a utilização de espaços compartilhados para atividades extracurriculares e eventos escolares pode fomentar um ambiente mais integrado, promovendo a interação e a coesão entre diferentes membros da comunidade educacional (E2-21, E2-24).

Quanto ao Compartilhamento de Bens, as práticas como bens de uso ocasional e bens para venda/troca e serviços que poderiam ser realizados compartilhamento entre escolas e demais unidades da SEE/MG, apresentam baixa potencialidade para a SEE/MG, talvez devido à menor relevância no contexto educacional e possíveis desafios na gestão e manutenção. Bens de uso recorrente possuem potencial moderado, podendo ser explorados para otimizar recursos pedagógicos, trocas entre as escolas e demais setores.

Sobre o Compartilhamento de Informações, a ampliação de grupos temáticos como os de esportes, de oferta de serviços, de desapego – venda e trocas de objetos variados, ou ainda o Compartilhamento em grupos de interações são altamente aplicáveis, promovendo uma comunicação eficiente e colaboração entre os servidores. Avisos e comunicados têm baixa potencialidade, são adequados para uma gestão informática básica.

O Compartilhamento de serviços de bem-estar mostrou-se com possibilidade de ampliação, moderado na potencialidade e com impacto na implementação positiva. Já os cuidados à saúde apresentaram baixa viabilidade, talvez, em função da complexidade e dos recursos necessários para sua implementação.

Quanto as outras Práticas, o compartilhamento de materiais pedagógicos, recursos financeiros e tempo têm alta potencialidade, possibilitando uma gestão mais eficiente dos recursos educacionais e promovendo a colaboração entre as instituições escolares. Também, pode resultar em considerável economia de custos e maior eficiência na distribuição de materiais didáticos. A possibilidade de troca de conhecimentos e habilidades entre servidores, facilitada por plataformas digitais, fortalece a capacitação interna e contribui para a melhoria contínua dos serviços educacionais oferecidos. O compartilhamento de hortas comunitárias em espaços ociosos das escolas, mostrou-se com potencial moderado e com impacto positivo.

A tecnologia para gestão de compartilhamento é fundamental, facilitando a organização e a implementação eficaz das práticas colaborativas. O uso de plataformas P2P ou *Web 2.0*, assim como, aplicativos de gestão criam celeridade e mais eficiência no uso e oferta de Compartilhamentos. O uso de tecnologias pode ser um facilitador chave para a implementação das práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG. Ferramentas digitais, como aplicativos de reserva e grupos de comunicação, são essenciais para organizar e agilizar os processos de compartilhamento, promovendo a inclusão e a eficiência administrativa. A criação de comissões especializadas para gerir essas tecnologias, similares às existentes nos condomínios estudados, é uma saída para assegurar uma administração eficiente e alinhada com as necessidades da instituição.

Contudo, foi apresentado nas entrevistas que a implementação dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a resistência cultural e a necessidade de uma mudança na mentalidade dos profissionais. Estratégias de educação e conscientização, bem como o desenvolvimento de programas de capacitação são essenciais para superar essas barreiras e promover uma cultura colaborativa dentro da instituição. Para superar esses desafios e aproveitar as oportunidades, a SEE/MG poderia considerar a implementação gradual de práticas de Economia Compartilhada, começando com projetos piloto em áreas específicas. Como

sugere Gansky (2010), o sucesso da Economia Compartilhada depende da criação de sistemas que facilitem a confiança e a reciprocidade entre os participantes.

Além disso, a gestão eficiente e a manutenção dos recursos compartilhados demandam um planejamento detalhado e a utilização de ferramentas tecnológicas avançadas, garantindo a sustentabilidade e a eficácia das iniciativas de Economia Compartilhada na SEE/MG. A implementação bem-sucedida dessas práticas na SEE/MG requer uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também os fatores culturais e comportamentais. Como sugere Gansky (2010), o sucesso da Economia Compartilhada depende da criação de sistemas que facilitem a confiança e a reciprocidade entre os participantes (Gansky, 2010).

De modo geral, o Impacto da Implementação, a adoção das práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG pode resultar em uma gestão mais eficiente dos recursos educacionais, promovendo a colaboração entre servidores e aumentando a eficiência administrativa. A priorização das práticas altamente aplicáveis, como o compartilhamento de espaços, mobilidade sustentável e uso de tecnologias, pode levar a uma otimização substancial dos recursos financeiros e de tempo, beneficiando toda a comunidade educacional. Além disso, essas iniciativas promovem um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo, alinhado com as metas de qualidade educacional da SEE/MG.

A SEE/MG possui um elevado potencial para implementar diversas práticas de Economia Compartilhada, especialmente aquelas que incorporam soluções tecnológicas e promovem a colaboração comunitária. A estratégia de priorizar essas iniciativas, acompanhada de um planejamento detalhado e ações de capacitação, garantirá uma gestão mais eficiente dos recursos e uma melhoria na qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

Em suma, a viabilidade de aplicação e implantação das práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG parece promissora, mas requer uma abordagem cuidadosa que considere os desafios culturais, tecnológicos e gerenciais identificados nas entrevistas. Com planejamento adequado e apoio institucional, essas práticas têm o potencial de otimizar recursos, promover a colaboração e melhorar a eficiência na prestação de serviços educacionais. Na próxima seção, será apresentada a Convergência dos dados obtidos nas duas Etapas dessa pesquisa.

4.5 Triangulação das Práticas

Esta seção se dedica a uma análise comparativa, contrastando as perspectivas dos diferentes grupos de entrevistados. Serão examinadas as semelhanças e diferenças entre os condomínios estudados, bem como as visões distintas dos profissionais da educação pública e privada, buscando identificar padrões, divergências potenciais de replicabilidade e desafios.

4.5.1 Economia Compartilhada em Ambientes Residenciais: Análise dos Condomínios

Nos condomínios, a economia compartilhada é evidenciada por uma diversidade demográfica significativa, que varia desde jovens profissionais até aposentados, com maior participação de mulheres e uma predominância de pessoas acima de 40 anos, com exceção dos entrevistados E1-01, E1-02 e E1-15. Os espaços de lazer e grupos de informação são categorias presentes uniformemente nos três condomínios estudados. Os três empreendimentos, apesar de suas diferenças em termos de localização, público-alvo e características específicas, refletem tendências contemporâneas.

O Grand Resort Pampulha destaca-se com a maior diversidade e intensidade de práticas compartilhadas, apresentando forte adesão em mobilidade e espaços compartilhados. Esse condomínio lidera em práticas tecnológicas, utilizando múltiplos aplicativos para gestão de serviços. Também se destaca nas inovações de gestão das práticas de Economia Compartilhada, com as comissões de TI, *Marketing* e Engenharia. O compartilhamento de informações é mais intenso no Grand Resort.

Já o Conjunto Habitacional Santa Clara demonstra menor variedade de práticas. Este, embora com menos infraestrutura de lazer e convivência disponíveis, também oferece áreas comuns para os moradores, seguindo padrões típicos de conjuntos habitacionais. O seu maior engajamento está nas práticas informais de compartilhamento, que poderiam ser classificadas como de Consumo Colaborativo. O que pode ser inferido por apresentar forte adesão em compartilhamento de bens de uso recorrente e grupos de informação, desapego e pela sua liderança entre os 3 em práticas de ajuda mútua.

O Balneário Solar do Lago apresenta um perfil intermediário, com ênfase em práticas relacionadas a atividades aquáticas e lazer. Esse condomínio oferece acesso a um lago e infraestrutura para atividades aquáticas, incluindo quadras esportivas, piscina e pista de caminhada (Nogueira, n.d.). Do compartilhamento de materiais de construção, informação

sobre compra e venda de lotes, se infere o momento em que o condomínio está vivendo – de construções das casas e venda de lotes – é um condomínio novo, com poucos moradores e encontra-se em construção.

É notável que, conforme evidenciado na Tabela 17, espaços de lazer e grupos de informações são as únicas categorias presentes uniformemente nos três condomínios. Isso sugere que essas práticas podem ser consideradas fundamentais ou mais facilmente implementáveis em diversos contextos residenciais. A presença consistente de espaços para eventos também indica a importância atribuída à socialização e à construção de laços comunitários nesses ambientes.

A intensidade das práticas de compartilhamento varia entre os condomínios. No Condomínio Balneário Solar do Lago, a oferta de mobilidade compartilhada é menor em comparação com os outros dois condomínios. Já o Grand Resort Pampulha apresenta uma alta intensidade na maioria das categorias, refletindo uma adesão mais robusta à Economia Compartilhada. O Conjunto Habitacional Santa Clara possui menor infraestrutura de lazer e convivência disponíveis, mas também oferece áreas comuns para os moradores.

As opiniões que afirmam que as práticas colaborativas melhoram a qualidade de vida e promovem a coesão social são suportadas por vários relatos dos entrevistados. O testemunho de E1-05 sobre o fortalecimento das relações sociais é um exemplo claro disso. Dos 5 entrevistados do Condomínio Santa Rita as falas sobre o fortalecimento de laços, ajuda mútua e compartilhamento entre vizinhos foram unânimes. Porém, a percepção quanto às práticas de Economia Compartilhada e de Consumo Colaborativo pelos entrevistados não foi consenso. O entrevistado E1-06 foi o único a negar, veementemente, a existência das práticas de Consumo Colaborativo no Condomínio, grupos de “desapego”, que se dão por meio dos grupos de *WhatsApp*, disse ele:

(...) não tem não, o único, o único grupo que a gente tem aqui é esse mesmo que eu falei pra você, que são só pra questões administrativas [sic] (E1-06).

Para os proprietários residenciais, as motivações para o compartilhamento nos condomínios incluem economia de recursos, otimização do espaço, conveniência, fortalecimento da comunidade e sustentabilidade. A prática de compartilhar bicicletas e espaços de *coworking* diminui a necessidade de aquisições individuais, promovendo um uso mais eficiente dos espaços limitados.

A possibilidade de adaptar práticas de Economia Compartilhada para o contexto educacional foi um tópico importante nas entrevistas. Os entrevistados, como E1-02 e E1-06, sugeriram que iniciativas de compartilhamento, como o uso de bicicletas, poderiam ser implementadas nas escolas. E1-02 afirmou:

O compartilhamento de bicicletas poderia ser adaptado para as escolas (E1-02).

Essa ideia ressalta a necessidade de ensinar valores de colaboração e sustentabilidade às novas gerações. Somente os entrevistados E1-06 e E1-09 demonstraram ceticismo quanto à possibilidade de implementar práticas similares na SEE-MG, citando preocupações com vandalismo e falta de maturidade dos usuários.

A entrevistada E1-09 relatou que a reserva dos salões de festa e do espaço gourmet, no Grand Resort, são feitas e pagas pelo aplicativo. Disse, ainda, fazer todo controle de uso dos espaços reservados no *App*, retirar relatórios, gráficos e acompanhar a gestão por esse meio tecnológico. No Grand Resort Pampulha, o desafio está relacionado à baixa adesão de moradores mais velhos às tecnologias, enquanto no Conjunto Habitacional Santa Clara, assim como no Balneário Solar da Lagoa, a falta de uma estrutura tecnológica formal prejudica a organização dessas práticas.

Desse modo, nos condomínios, os desafios são com a resistência à adoção de novas tecnologias, a gestão e manutenção dos recursos compartilhados, e as questões de desconfiança e segurança entre os moradores foram identificadas. A preocupação com a segurança é evidenciada pela presença de portarias 24 horas no Balneário Solar da Lagoa e no Grand Resort Pampulha. Essa característica é frequentemente valorizada em condomínios residenciais, independentemente da sua localização ou padrão.

As Comissões voluntárias criadas pelos moradores do Grand Resort: comissão de TI, Marketing e Engenharia para comissão de Marketing e Engenharia auxiliam a administração do condomínio e servem de exemplo para a gestão. A implementação de sistemas eficientes para gerenciamento do compartilhamento de espaços e equipamentos é crucial para minimizar a carga administrativa e promover a responsabilidade coletiva. Ao otimizar a utilização de bens e serviços, esses modelos mitigam o desperdício e diminuem a demanda por novos produtos, contribuindo para a conservação de recursos.

Essas práticas promovem um uso mais eficiente de recursos e economia no impacto ambiental, alinhando-se com os imperativos de sustentabilidade do século XXI, e são passíveis de replicabilidade.

4.5.2 Economia Compartilhada em Unidades da SEE/MG

Entre os entrevistados da SEE/MG, gestores, o perfil e regiões de trabalho foram variados, desde regiões mais abastadas a vilas, subúrbios e comunidades mais modestas. Essa variedade de regiões de trabalho e perfil de entrevistados possibilitou maior diversidade e confiabilidade dos dados coletados. Na SEE/MG, o interesse dos participantes em práticas de Economia Compartilhada variou conforme o nível hierárquico e a familiaridade com iniciativas de colaboração no ambiente educacional. As entrevistas revelaram que, enquanto alguns gestores já adotam práticas colaborativas, como o compartilhamento de materiais pedagógicos, outros ainda enfrentam barreiras para a implementação dessas ações de forma mais sistemática.

Os entrevistados, no início das entrevistas, mesmo após assistir ao Vídeo – Economia Colaborativa – diziam não haver práticas de Economia Compartilhada nos seus condomínios ou nas suas unidades da SEE/MG. Entretanto, após a segunda ou a terceira pergunta do Roteiro de Entrevista já se lembravam e traziam vários exemplos.

A implementação de práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG apresenta-se como uma oportunidade promissora e, ao mesmo tempo, desafiadora. As entrevistas revelaram que, embora existam práticas informais de compartilhamento, há um potencial significativo para a expansão e formalização dessas iniciativas. Os entrevistados E2-21 E2-24 destacam:

Eu vejo com bons olhos a possibilidade desse compartilhamento entre as áreas da Secretaria de Educação (E2-21).

Eu vejo essa temática, assim, com muito bons olhos e vejo que ela é 100% aplicável em contexto escolar (E2-24).

Assim, as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo mais aplicáveis ou com alta intensidade de aplicabilidade alinham-se diretamente com os potenciais e benefícios identificados na SEE/MG, como otimização de recursos, economia de tempo e financeiro, e a possibilidade de aplicação em diversos contextos educacionais. Já as menos

aplicáveis, as práticas com intensidade moderada de aplicabilidade que, embora viáveis, podem exigir adaptações específicas ou enfrentar desafios adicionais para serem plenamente implementadas na SEE/MG, como a necessidade de parcerias público-privadas ou o agrupamento de recursos entre diferentes escolas.

Na SEE/MG, iniciativas como o sistema de caronas “Caronetas” e o compartilhamento informal de conhecimentos entre servidores exemplificam como a tecnologia pode promover práticas colaborativas. Em condomínios, o uso de aplicativos e grupos de comunicação, como o *WhatsApp*, facilita a organização das práticas compartilhadas, promovendo a interação e a coesão comunitária. A adaptabilidade dessas práticas para o contexto educacional foi sugerida por 21 entrevistados, os quais disseram que iniciativas como o compartilhamento de bicicletas poderiam ser adotadas nas escolas, ensinando valores de colaboração e sustentabilidade às novas gerações.

De acordo com Reato (2023), a Economia Compartilhada pode promover relações socioambientais mais responsáveis, e a integração dessas práticas nas escolas poderia ensinar os alunos a importância da responsabilidade social e do compartilhamento. Isso beneficia as instituições educacionais e prepara os alunos para serem cidadãos mais colaborativos e conscientes.

4.5.3 Convergência das Práticas de Economia Compartilhada

Esta seção tem o objetivo sintetizar as convergências apresentadas anteriormente. A triangulação dos dados desta pesquisa buscou a convergência entre o potencial de implementação de práticas de Economia Compartilhadas na SEE/MG e nas motivações e desafios apresentados em condomínios residenciais. Essa abordagem enriquece a compreensão das dinâmicas envolvidas na adoção de modelos colaborativos em contextos distintos, reforçando a validade das lições obtidas.

Na SEE/MG, assim como nos condomínios, as motivações para a Economia Compartilhada emergiram como um fator central. Lá destacaram-se a otimização de recursos públicos, economia de recursos financeiros e de tempo, além da aplicabilidade em diversos contextos educacionais. Os entrevistados enfatizaram que o compartilhamento de materiais didáticos e a utilização compartilhada de espaços escolares representam um grande potencial de receita e redução de custos de manutenção, mas também promovem a colaboração e o senso de comunidade entre os servidores.

Na SEE/MG, a principal dificuldade apontada pelos entrevistados reside na necessidade de mudança cultural para superar o individualismo e promover a colaboração entre os profissionais. A resistência cultural é abordada por meio de estratégias de educação e conscientização, fomentando uma mentalidade colaborativa.

Quanto às Práticas Existentes e Potenciais, estas apresentam variações entre os dois contextos, mas há convergência na utilização de tecnologias digitais para facilitar o compartilhamento. Assim, o Conjunto Habitacional Santa Clara se revela como um microcosmo vibrante de Economia Compartilhada, no qual a tecnologia se alia à boa vontade dos moradores, criando um ambiente de apoio mútuo e otimização de recursos. Cada troca, cada empréstimo, cada mensagem no *WhatsApp* reforça os laços comunitários, transformando vizinhos em uma rede de suporte confiável e acessível.

Atualmente, existem práticas já estabelecidas na SEE/MG, como a carona compartilhada e o compartilhamento de estações de trabalho, que servem como base para a expansão de iniciativas de Economia Compartilhada na instituição. Essas práticas demonstram a viabilidade e a aceitação inicial por parte dos servidores, indicando uma maturidade moderada no desenvolvimento de ações colaborativas. Além disso, há uma possibilidade de compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre servidores, o que pode fortalecer a capacitação interna e promover um ambiente de aprendizado contínuo. Essa troca de expertise contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

A Interpretação dos Resultados revela que, apesar das diferenças contextuais entre a administração pública e privada educacional e dos condomínios residenciais fechados, há uma convergência significativa nas motivações para a adoção de práticas de Economia Compartilhada, como a eficiência econômica e a otimização de recursos. No entanto, os desafios enfrentados sublinham a necessidade de abordagens específicas para cada contexto, considerando aspectos culturais e tecnológicos. A inclusão digital surge como uma necessidade crucial para garantir a participação efetiva de todos os envolvidos, seja na SEE/MG ou em ambientes condominiais.

A convergência das motivações, junto aos desafios específicos de cada contexto, destaca a importância de uma abordagem holística na implementação dessas práticas. Estratégias bem-sucedidas devem considerar aspectos econômicos, culturais e tecnológicos, promovendo a educação, a inclusão digital e a responsabilidade coletiva como pilares fundamentais para o sucesso das iniciativas de Economia Compartilhada. Procurou-se uma robustez nas inferências realizadas e o fortalecimento pela utilização de múltiplas fontes de dados, proporcionando uma

visão integrada das dinâmicas envolvidas na adoção de modelos colaborativos em diferentes contextos organizacionais e comunitários.

A implementação das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo na SEE/MG revela-se uma iniciativa estratégica com elevado potencial para otimizar recursos e promover uma gestão educacional mais eficiente e sustentável.

Para sintetizar a convergência das práticas foi elaborada a Ilustração, Figura 1, em diagrama, intitulada: Convergência das Práticas de Economia Compartilhada. Ela destaca os quatro pilares principais que contribuem para a implementação e o sucesso das práticas de Economia Compartilhada. As quatro áreas principais destacadas no diagrama são: Iniciativas Educacionais, Mudança Cultural, Engajamento Comunitário e Adoção Tecnológica.

Figura 1

Convergência das Práticas de Economia Compartilhada



O conteúdo da Figura 1 apresenta uma abordagem integrada, evidenciando como diferentes dimensões – educação, cultura, tecnologia e comunidade – interagem para fomentar a economia compartilhada. As engrenagens centrais simbolizam a interdependência entre esses pilares, reforçando a ideia de que o sucesso desse modelo depende de uma atuação conjunta e harmônica entre esses fatores.

As Iniciativas Educacionais, em amarelo, referem-se à promoção de conceitos de economia compartilhada nas escolas. O objetivo é educar as novas gerações sobre os benefícios

e práticas da economia compartilhada, incentivando uma mentalidade voltada para o uso eficiente de recursos e a colaboração desde cedo.

Em verde, o Engajamento Comunitário, está relacionado à construção de confiança e cooperação entre os moradores. Para que a Economia Compartilhada funcione, é fundamental que haja um forte senso de comunidade. Isso implica em criar laços de confiança entre os participantes, promovendo o compartilhamento de bens e serviços de forma eficiente.

A Mudança Cultural, em azul claro, trata-se da transição do individualismo para a colaboração. A mudança cultural é crucial para o sucesso da economia compartilhada, pois requer que as pessoas abandonem uma mentalidade individualista em favor de uma abordagem mais colaborativa, em que o foco está no compartilhamento de recursos em vez da posse exclusiva.

Quanto à Adoção Tecnológica, em azul, refere-se à adoção de ferramentas digitais para eficiência. A tecnologia desempenha um papel central na viabilização da Economia Compartilhada, facilitando o acesso e a troca de bens e serviços por meio de plataformas digitais, aplicativos e outras soluções tecnológicas que otimizam processos e conectam usuários.

No centro do diagrama, há três engrenagens interconectadas, representando a interdependência entre esses quatro pilares. Juntas, essas áreas formam uma base sólida para o desenvolvimento da Economia Compartilhada, em que educação, engajamento comunitário, mudança cultural e tecnologia convergem para criar um sistema eficiente e sustentável.

A imagem busca representar em um esquema visual a síntese dos principais aspectos da economia compartilhada. Ela reflete os fundamentos teóricos propostos por autores como Botsman e Rogers (2010), que destacam a importância da colaboração, confiança e tecnologia como alicerces desse modelo econômico. A inclusão de iniciativas educacionais e culturais também dialoga com estudos que apontam a necessidade de mudanças comportamentais e institucionais para consolidar práticas colaborativas. Cada um desses elementos desempenha um papel essencial na promoção de uma sociedade mais colaborativa, eficiente e sustentável.

4.5.4 Resultados

Os principais benefícios, acho que todo mundo ganha, né? Tanto quem tá compartilhando, quanto quem tá recebendo. Porque quem tá

recebendo também compartilha de alguma forma. Então, o compartilhamento é uma troca de situações mútuas, né? [sic]E1-14

A fala do entrevistado E1-14 apresenta uma perspectiva sobre os benefícios do compartilhamento em uma comunidade. Essa visão ressalta o caráter cíclico e equilibrado das interações da Economia Compartilhada, indicando a percepção de que essas práticas criam um sistema de benefícios mútuos dentro da comunidade.

Esta pesquisa buscou compreender quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios da Região Metropolitana de Belo Horizonte apresentam potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG. A análise sistemática das entrevistas e observações realizadas revelou um ecossistema rico de práticas colaborativas nos condomínios estudados, muitas das quais demonstram significativo potencial de adaptação para o contexto educacional, particularmente nas áreas de compartilhamento de espaços, recursos e conhecimentos.

O mapeamento e caracterização das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios revelou cinco categorias principais de compartilhamento: mobilidade, espaços, bens, informações e serviços. Na esfera da mobilidade, destacaram-se iniciativas como sistemas de bicicletas compartilhadas e esquemas de carona solidária, que apresentaram alta frequência de uso e significativo impacto positivo na comunidade. O compartilhamento de espaços emergiu como uma categoria particularmente relevante, com áreas de *coworking* e espaços de lazer que são amplamente utilizados e valorizados pelos moradores. A gestão eficiente desses espaços por meio de plataformas digitais demonstrou ser um fator crucial para seu sucesso.

A análise do compartilhamento de bens revelou uma importante distinção entre itens de uso recorrente e ocasional, cada qual com seus próprios padrões de utilização e desafios de gestão, intrinsecamente ligadas ao Consumo Colaborativo. O compartilhamento de informações, principalmente pelos grupos de *WhatsApp*, mostrou-se fundamental para a organização e coesão da comunidade, facilitando não apenas a comunicação formal, mas também fortalecendo laços sociais e promovendo iniciativas espontâneas de colaboração.

As motivações para a adoção dessas práticas mostraram-se diversas e interligadas. A economia de recursos financeiros e a otimização do uso de espaços emergiram como fatores primários, seguidos pelo desejo de fortalecer laços comunitários e promover a sustentabilidade ambiental. A conveniência e a acessibilidade a bens e serviços também se destacaram como motivadores significativos, especialmente em um contexto urbano onde espaço e recursos são frequentemente limitados.

Os desafios identificados na implementação dessas práticas revelaram-se complexos, plurais e multifacetados. A resistência cultural à mudança de hábitos de consumo apresentou-se como um obstáculo significativo, particularmente entre residentes mais idosos ou menos familiarizados com tecnologia. Questões de segurança e confiança emergiram como preocupações constantes, demandando sistemas robustos de gestão e regulamentação clara. A necessidade de equilibrar interesses individuais e coletivos também se mostrou um desafio recorrente, exigindo habilidade diplomática dos gestores e administradores.

O Desafios de Inclusão, situação apresentada na seção 4.3.2 Desafios, ocorrida com a entrevistada E1-12, destaca a necessidade de práticas inclusivas que considerem as limitações cognitivas, promovendo acessibilidade e participação plena em atividades comunitárias. Isso inclui o desenvolvimento de interfaces tecnológicas intuitivas e programas educacionais adaptados às capacidades cognitivas dos residentes. Além disso, busca por alternativas inclusivas para os condôminos que não se adaptarem às tecnologias de *App* e plataformas que devem ser desenvolvidas.

Para idosos que não acessam a internet, não utilizam celulares e não possuem familiaridade com essas tecnologias, é essencial implementar soluções que promovam a inclusão e o acesso aos serviços condominiais de maneira alternativa. Uma abordagem eficaz poderia ser a criação de programas comunitários de apoio presencial, nos quais voluntários ou profissionais capacitados possam auxiliar os idosos em tarefas cotidianas que, geralmente, requerem o uso da internet, como agendamentos de espaços ou pagamentos do aluguel de veículos compartilhados, ou mesmo dos espaços compartilhados.

Além disso, disponibilizar materiais impressos com informações relevantes e instruções claras sobre serviços do condomínio pode facilitar a comunicação. Outra solução é a organização de encontros regulares para socialização e troca de informações, permitindo que os idosos compartilhem experiências e recebam assistência em um ambiente acolhedor. Finalmente, parcerias com instituições locais, como bibliotecas e centros comunitários, podem fornecer suporte adicional, oferecendo acesso a computadores com assistência no local para aqueles que desejam aprender gradualmente sobre tecnologia.

Nesse sentido, há uma responsabilidade social em garantir que os ambientes sejam acessíveis a todos os moradores, independentemente de suas capacidades cognitivas. Isso exige um esforço colaborativo entre administradores de condomínios, profissionais de saúde e desenvolvedores tecnológicos para criar soluções que atendam às necessidades diversificadas dos idosos.

A análise do potencial de implementação dessas práticas na SEE/MG revelou oportunidades promissoras, particularmente no compartilhamento de espaços educacionais com a comunidade e no desenvolvimento de sistemas para compartilhamento de materiais didáticos. Experiências bem-sucedidas já existentes na SEE/MG, como o sistema "Caronetas", fornecem uma base sólida para a expansão de iniciativas colaborativas. A análise detalhada dessas experiências ofereceu percepções valiosas para a implementação de novas práticas, destacando a importância da adaptação contextual e do envolvimento comunitário.

Cabe ressaltar a dicotomia entre a presença informal de práticas de Economia Compartilhada e seu reconhecimento formal pelos participantes. O “não reconhecimento” inicial na identificação dessas práticas, seguida pela recordação progressiva de múltiplos exemplos, sugere um *gap* significativo entre a percepção e a realidade do compartilhamento em ambientes comunitários.

Assim, a pesquisa sugere que o potencial das práticas de Economia Compartilhada pode ser explorado e replicado não apenas nos condomínios, como também em contextos educacionais, contribuindo para a formação de uma sociedade mais sustentável e colaborativa. A sugestão de que práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo podem ser adaptadas para o contexto educacional foi bem recebida por vários entrevistados. Essa interpretação alinha-se com a crescente ênfase em educar as novas gerações sobre a importância do compartilhamento e da colaboração.

Esta pesquisa procurou contribuir para o entendimento das possibilidades e desafios da implementação de práticas de Economia Compartilhada em contextos educacionais, oferecendo não apenas compreensões teóricas, mas também diretrizes práticas para sua adaptação e implementação. Os resultados sugerem que, com planejamento adequado e atenção aos fatores críticos identificados, essas práticas podem ser efetivamente adaptadas para promover uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados de Belo Horizonte, com o objetivo de identificar aquelas que apresentam potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG. A pesquisa envolveu o mapeamento e caracterização das práticas existentes, a identificação das motivações e desafios enfrentados na implementação dessas práticas, e a avaliação do impacto e potencial dessas iniciativas no contexto educacional.

A análise dos dados, coletados por meio de entrevistas e tabelas apresentadas, revelou uma diversidade significativa de práticas de compartilhamento que não apenas otimizam recursos, mas também fortalecem os laços comunitários entre os moradores. Além disso, a utilização de tecnologias digitais, como aplicativos específicos e grupos de *WhatsApp*, desempenham um papel crucial na organização e facilitação dessas práticas compartilhadas.

O objetivo geral deste estudo foi investigar quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados apresentam potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG. Por meio da análise realizada das práticas mapeadas nos condomínios fechados, foram identificadas diversas iniciativas, como o compartilhamento de bicicletas, espaços de *coworking*, grupos de troca de materiais e serviços, que podem ser adaptados para o ambiente educacional. Essas práticas promovem uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, fomentam a colaboração entre servidores e alunos, e valorizam a criação de um ambiente mais sustentável e integrado. Portanto, o uso de "prática" não apenas esclareceu o objeto de estudo, mas também ampliou o potencial de impacto da pesquisa, ao mostrar como teorias podem ser transformadas em ações eficazes.

O primeiro objetivo específico – mapear e caracterizar as práticas de Economia Compartilhadas nos condomínios fechados – revelou uma ampla gama de iniciativas, incluindo mobilidade sustentável com bicicletas e carros elétricos compartilhados, compartilhamento de espaços de lazer e *coworking*, bem como troca de bens e serviços por meio de plataformas digitais como o *WhatsApp*. A caracterização dessas práticas mostrou que as principais motivações dos moradores estão alinhadas com a otimização de recursos, conveniência e fortalecimento da comunidade.

A utilização de aplicativos específicos, como *Bydoor* e *Condomob*, facilita a gestão e a organização dessas práticas, evidenciando a importância da tecnologia como ferramenta de apoio na implementação da Economia Compartilhada. Além disso, a infraestrutura disponível

nos condomínios, como áreas de lazer bem equipadas e espaços destinados ao trabalho colaborativo, é fundamental para o sucesso dessas iniciativas.

Quanto ao segundo objetivo específico – à identificação das motivações e dos desafios da implementação e das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos Condomínios – destacaram-se fatores como economia de recursos, otimização do espaço, conveniência, fortalecimento da comunidade e sustentabilidade. No entanto, os desafios enfrentados incluem resistência à adoção de novas tecnologias, gestão e manutenção dos recursos partilhados, desconfiança entre moradores e uso inadequado dos bens partilhados.

Estes indicam a necessidade de estratégias eficazes para promover a inclusão digital, fortalecer a confiança entre os moradores e estabelecer sistemas de gestão eficientes para garantir a sustentabilidade das práticas colaborativas. A falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas pode limitar a participação de alguns moradores, especialmente os mais idosos, evidenciando a importância de iniciativas de educação e treinamento para superar essas barreiras.

O terceiro objetivo específico – a análise do potencial da aplicação e o do impacto da implementação de práticas da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo na SEE/MG – evidenciou benefícios significativos, como a otimização de recursos públicos, economia de tempo e dinheiro, e a aplicação em diversos contextos educacionais. Iniciativas como caronas solidárias, compartilhamento de materiais didáticos e utilização compartilhada de espaços escolares demonstram um alto potencial de ampliação e replicação, dessas práticas já existentes. Elas podem contribuir para a eficiência administrativa e a promoção de um ambiente colaborativo nas instituições educacionais.

A aplicabilidade em diversos contextos, incluindo escolas, amplia o escopo de benefícios, permitindo a integração de práticas colaborativas não apenas nas áreas administrativas, mas também no ambiente educacional. Essa versatilidade facilita a adaptação das práticas de Economia Compartilhada a diferentes realidades e necessidades dentro da SEE/MG.

Além disso, essas práticas podem fomentar um senso de comunidade entre os profissionais e alunos, incentivando a cooperação e o compartilhamento de conhecimentos. A adaptação dessas práticas no ambiente educacional pode levar a uma gestão mais eficiente dos recursos, redução de custos operacionais e melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela SEE/MG. Acredita-se, ainda, que elas contribuam na discussão da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo buscando a preservação do meio ambiente, a redução do impacto

ambiental, especialmente, no contexto das atividades educacionais e a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em relação às contribuições teóricas e metodológicas, este estudo realizou um mapeamento pioneiro das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em dois contextos ainda pouco investigados: condomínios fechados e unidades da SEE/MG. Essa abordagem espera expandir o escopo da literatura existente, que tradicionalmente se concentra em ambientes urbanos menos amplos ou em setores específicos da economia.

O mapeamento detalhado dessas práticas em condomínios fechados da RMBH ofereceu percepções valiosas sobre como a Economia Compartilhada se manifesta em comunidades residenciais fechadas, um contexto que apresenta dinâmicas sociais e econômicas únicas. Paralelamente, a investigação dessas práticas no âmbito da SEE/MG contribuiu para preencher uma possível lacuna na literatura, explorando as potencialidades e desafios da implementação de modelos colaborativos em instituições públicas educacionais.

Outra contribuição metodológica deste estudo foi a utilização da técnica de vídeo-elicitación. Essa abordagem inovadora se mostrou particularmente valiosa para investigar um tema ainda pouco conhecido por muitas pessoas. O uso dessa técnica não apenas enriqueceu a qualidade dos dados coletados, como também estabeleceu um precedente metodológico para futuros estudos nesta área. A vídeo-elicitación demonstrou ser uma ferramenta eficaz para superar barreiras de compreensão e para estimular discussões mais detalhadas sobre práticas colaborativas, especialmente em contextos nos quais esses conceitos podem não ser imediatamente familiares aos participantes.

Ademais, este estudo buscou contribuir na expansão do corpo de conhecimento sobre Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas frentes: quanto à diversificação de Contextos, ao explorar práticas colaborativas em condomínios fechados e no setor educacional público, o estudo amplia a compreensão sobre como esses modelos se adaptam e funcionam em diferentes ambientes socioeconômicos e institucionais. Em relação à interseção entre público e privado, a análise da aplicabilidade de práticas originadas em ambientes residenciais privados (condomínios) para o setor público educacional oferece uma perspectiva única sobre a transferência e adaptação de modelos colaborativos entre diferentes esferas. Perante as Tecnologia e colaboração, o estudo aprofundou o entendimento sobre o papel crucial da tecnologia, especialmente aplicativos e plataformas digitais, na facilitação e gestão de práticas colaborativas em diferentes contextos.

Também se intencionou ampliação do corpo de conhecimento em relação aos desafios e motivações para as práticas de Economia Compartilhada, a identificação detalhada das

motivações e desafios específicos em cada contexto contribui para uma compreensão mais nuançada dos fatores que influenciam o sucesso ou fracasso de iniciativas de Economia Compartilhada. Assim, contribuiu com nuances sobre a sustentabilidade e educação, a exploração da relação entre práticas colaborativas e objetivos de sustentabilidade, especialmente no contexto educacional, adiciona uma dimensão importante à literatura sobre o papel da Economia Compartilhada na promoção de práticas mais sustentáveis. Essas contribuições não apenas enriquecem o corpo teórico existente, mas também abrem novos caminhos para pesquisas futuras, incentivando uma exploração mais ampla e diversificada das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em diferentes setores e contextos sociais.

Os resultados deste estudo são de grande relevância para a administração pública, especialmente, no contexto educacional. A implementação de práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG pode resultar em uma gestão mais eficiente dos recursos, redução de custos operacionais e fortalecimento dos laços comunitários entre servidores e alunos. Também, a promoção de práticas sustentáveis e colaborativas nas unidades educacionais alinha-se com as tendências globais de sustentabilidade e responsabilidade social, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados. Esses resultados fornecem uma base para a formulação de políticas e estratégias que visam à integração de modelos colaborativos no setor educacional, promovendo a inovação e a sustentabilidade no ambiente.

A pesquisa apresenta algumas limitações e vieses metodológicos que merecem consideração. Um viés significativo emerge da heterogeneidade dos condomínios estudados, que apresentam diferentes padrões de moradias, infraestrutura e níveis socioeconômicos. O ideal metodológico seria analisar condomínios de perfil socioeconômico similar para minimizar variáveis intervenientes relacionadas a poder aquisitivo, acesso à tecnologia e padrões de consumo. Seria também aconselhável a ampliação do número de condomínios pesquisados, que apresente uma infraestrutura semelhante a fim de se obter uma abordagem mais rica. Essa diversidade pode ter influenciado a percepção e adesão às práticas de Economia Compartilhada de maneiras distintas em cada contexto.

Outro aspecto metodológico relevante refere-se à diversidade de papéis dos entrevistados nos condomínios. As perspectivas de moradores, síndicos e administradores de condomínio apresentam, naturalmente, diferentes níveis de conhecimento, envolvimento e responsabilidade em relação às práticas de compartilhamento. Enquanto síndicos e administradores possuem uma visão mais abrangente e estratégica, moradores tendem a focar em experiências pessoais e aspectos práticos do dia a dia. Essa multiplicidade de perspectivas,

embora enriquecedora em termos de amplitude de visões, pode dificultar a comparabilidade dos dados.

As limitações da pesquisa incluem o curto período de coleta de dados, que pode ter influenciado certas práticas de compartilhamento. A predominância de entrevistados com maior familiaridade tecnológica também representa um potencial viés que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

No contexto da SEE/MG, limitações similares foram observadas. A pesquisa englobou entrevistados de diferentes níveis hierárquicos e contextos organizacionais - desde gestores do Órgão Central na Cidade Administrativa até diretores e vice-diretores de escolas em áreas periféricas, na RMBH, além de profissionais de diferentes Superintendências Regionais de Ensino. Cada um desses grupos opera em universos de gestão distintos, com diferentes responsabilidades, desafios e perspectivas sobre práticas colaborativas. Essa diversidade, embora ofereça uma visão mais completa do sistema educacional, também introduziu complexidades na análise comparativa dos dados.

Uma limitação adicional refere-se à impossibilidade de manter um número equivalente de entrevistados em cada unidade de pesquisa, o que pode ter gerado um desequilíbrio na representatividade das diferentes perspectivas e contextos. Essa variação no número de participantes por unidade pode ter influenciado a identificação e caracterização das práticas de compartilhamento em diferentes ambientes.

Essas limitações e vieses não invalidam os resultados da pesquisa, mas devem ser considerados na interpretação dos dados e no planejamento de estudos futuros. Pesquisas subsequentes poderiam beneficiar-se de uma abordagem mais homogênea em termos de perfil socioeconômico dos ambientes estudados e uma distribuição mais equilibrada de entrevistados por unidade de pesquisa. Além disso, estudos focados em grupos específicos de *stakeholders* (apenas moradores, apenas gestores, etc.) poderiam oferecer percepções mais aprofundadas sobre aspectos particulares das práticas de Economia Compartilhada.

Pesquisas futuras poderiam explorar mais profundamente o impacto da implementação dessas práticas em diferentes contextos educacionais, incluindo análises comparativas entre escolas públicas e privadas. O papel da tecnologia como facilitadora dessas práticas merece investigação adicional, particularmente no que diz respeito à inclusão digital e acessibilidade. Estudos longitudinais sobre os impactos econômicos e sociais dessas iniciativas também seriam valiosos para compreender seus efeitos em longo prazo.

A relação mais aprofundada entre práticas de Economia Compartilhada nos Condomínios e na SEE/MG e sustentabilidade representa outro campo fértil para investigação

futura, assim como aspectos regulatórios e de governança necessários para sustentar essas iniciativas. A compreensão mais profunda desses aspectos contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e para a disseminação bem-sucedida de práticas de Economia Compartilhada em contextos educacionais.

As perspectivas futuras deste estudo apontam para a necessidade de mais pesquisas que explorem a implementação das práticas de Economia Compartilhadas nas unidades da SEE/MG, avaliando de forma contínua seus impactos e desafios. Recomenda-se a realização de estudos de caso que acompanhem a adoção dessas práticas em diferentes contextos educacionais, permitindo uma análise mais aprofundada das variações envolvidas. Além disso, a ampliação do escopo de pesquisa para incluir mais condomínios e escolas, assim como, a inclusão de abordagens interdisciplinares que considerem aspectos tecnológicos, culturais e econômicos pode enriquecer a compreensão das dinâmicas de colaboração, cabendo o questionamento: Não seria a Escola um meio? Uma plataforma de compartilhamento físico?

A promoção de programas de capacitação e inclusão digital para os profissionais da educação e alunos também surge como uma estratégia essencial para superar barreiras tecnológicas e fomentar uma cultura de compartilhamento e cooperação no ambiente educacional. Assim como, futuras pesquisas poderiam investigar a integração de novas tecnologias, como plataformas de gestão colaborativa e ferramentas de análise de dados, para aprimorar a eficiência e a eficácia das práticas de Economia Compartilhadas na SEE/MG.

Esta pesquisa evidenciou que as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo inovadoras em condomínios fechados possuem um alto potencial de aplicação nas unidades da SEE/MG. As iniciativas mapeadas demonstram que o compartilhamento de recursos, espaços e serviços pode resultar em uma gestão mais eficiente, redução de custos e fortalecimento dos laços comunitários no ambiente educacional.

As motivações para a implementação dessas práticas são significativas e alinhadas com os objetivos de sustentabilidade e eficiência da administração pública. A adoção de estratégias que promovam a inclusão digital, a confiança entre os participantes e a responsabilidade coletiva é fundamental para o sucesso dessas iniciativas. Portanto, a integração de práticas de Economia Compartilhada na SEE/MG não apenas contribui para a otimização dos recursos, mas também promove um ambiente colaborativo e sustentável, alinhando-se com as tendências contemporâneas de gestão pública e responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

- Akande, A., Cabral, P., & Casteleyn, S. (2020). Understanding the *sharing economy* and its implication on sustainability in smart cities. *Journal of Cleaner Production*, 277, Article 124077. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124077>
- Amaral, A. B., Moreira, A. A. A. P., Oliveira, A. T., Olivindo, C. M. S., Barros, F. E., & Azevedo, A. F. N. (2020). Gestão de condomínios: diferenças do vertical versus horizontal. *Brazilian Journal of Development*, 6(4), 20040-20047. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n4-226>
- Anderáos, C. (2023, outubro 15). *Economia colaborativa em condomínio: benefícios e modalidades*. SíndicoNet. <https://www.sindiconet.com.br/informese/economia-colaborativa-condominio-convivencia-dicas-de-convivencia>
- Apto. (s.d.). *Grand Resort Jaraguá*. Recuperado em 15 de outubro de 2023, de <https://apto.vc/br/mg/belo-horizonte/jaragua/grand-resort-jaragua>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70.
- Bardhi, F., & Eckhardt, G. M. (2012). Access-based consumption: The case of car sharing. *Journal of Consumer Research*, 39(4), 881-898. <https://doi.org/10.1086/666376>
- Barile, S., Ciasullo, M. V., Iandolo, F., & Landi, G. C. (2021). The city role in the *sharing economy*: Toward an integrated framework of practices and governance models. *Cities*, 119, Article 103409. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103409>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Belk, R. W., Das, G., & Jain, S. P. (2023). The ubiquity of scarcity. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 51(6), 1191-1196. <https://doi.org/10.1007/s11747-023-00935-5>

- Belk, R. (2016). Accept no substitutes: A reply to Arnould and Rose. *Marketing Theory*, 16(1), 143-149. <https://doi.org/10.1177/1470593115622720>
- Belk, R. (2014). Sharing versus pseudo-sharing in Web 2.0. *The Anthropologist*, 18(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/09720073.2014.11891518>
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595-1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2013.10.001>
- Belk, R. W., Das, G., & Jain, S. P. (2023). The ubiquity of scarcity. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 51(6), 1191-1196. <https://doi.org/10.1007/s11747-023-00935-5>
- Belk, R. (2016). Accept no substitutes: A reply to Arnould and Rose. *Marketing Theory*, 16(1), 143-149. <https://doi.org/10.1177/1470593115622720>
- Belk, R. (2014). Sharing versus pseudo-sharing in Web 2.0. *The Anthropologist*, 18(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/09720073.2014.11891518>
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595-1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2013.10.001>
- Benoit, S., Baker, T. L., Bolton, R. N., Gruber, T., & Kandampully, J. (2017). A triadic framework for collaborative consumption (CC): Motives, activities and resources & capabilities of actors. *Journal of Business Research*, 79, 219-227. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2016.11.004>
- Botsman, R., & Rogers, R. (2011). *O que é meu é cada vez mais seu: A ascensão da economia colaborativa* (R. Sardenberg, Trad.). Bookman.

- Botsman, R., & Rogers, R. (2010). *What's mine is yours: The rise of collaborative consumption*. HarperCollins.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. Heinemann.
- Bydoor. (2023, outubro 20). *Conheça - ByDoor*. <https://bydoor.com.br/conheca/>
- Cañigüeral, A., Gracia, C., & Tamayo, L. (2015). Consumo colaborativo. *Leaners Magazine*, 18, 18-22.
- Cardoso, M. R. G., Oliveira, G. S., & Ghelli, K. G. M. (2021). Análise de conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43), 188-195.
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611-614
- Castellanos, J. D. G., Hurtado, P. L. D., Barahona, L., & Peña, E. (2022). Marco de referência y tendencias de investigación de economía colaborativa. *Revista En-Contexto*, 10(16), 267-292. <https://doi.org/10.53857/clpr.v10i16.1150>
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(1), 13-18.
- Centro Sebrae de Sustentabilidade. (2024, maio 29). *Economia Colaborativa* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=mr_SmE7q7rQ
- Condomob. (2023). *Sistema para administradoras de condomínios*. <https://condomob.net>
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (L. O. Rocha, Trad.; 2ª ed.). Artmed.

- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso.
- Da Silva, L. M., Petrini, M., & Santos, A. C. M. Z. (2016). Economia compartilhada e consumo colaborativo: O que estamos pesquisando? *REGE-Revista de Gestão*, 23(4), 298-305. <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.09.005>
- De Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Universidade Federal de Goiás.
- Ferreira, A. B., Silva, C. D., & Oliveira, E. F. (2022). *Desigualdades socioeconômicas na região metropolitana de Belo Horizonte: Um estudo comparativo*. *Revista de Estudos Urbanos*, 15(3), 45-62.
- Fitzmaurice, C. J., Ladegaard, I., Attwood-Charles, W., Cansoy, M., Carfagna, L. B., Schor, J. B., & Wengronowitz, R. (2020). Domesticating the market: Moral exchange and the *sharing economy*. *Socio-Economic Review*, 18(1), 81-102. <https://doi.org/10.1093/ser/mwy009>
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: Proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(2), 388-394. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>
- Frenken, K., & Schor, J. (2019). Putting the *sharing economy* into perspective. In *A research agenda for sustainable consumption governance* (pp. 121-135). Edward Elgar Publishing.
- Gansky, L. M. (2011). *Porque o futuro dos negócios é compartilhar*. Alta Books.
- Gansky, L. (2010). *The mesh: Why the future of business is sharing*. Penguin.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.

- Giovanini, A. (2020). Economia compartilhada e governança pública. *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1207-1238. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190289>
- Ideia Sustentável. (2024, setembro 29). *Cidade administrativa de Minas Gerais dá exemplo de mobilidade urbana*. <https://ideiasustentavel.com.br/cidade-administrativa-de-minas-gerais-da-exemplo-de-mobilidade-urbana>
- Khalek, S. A., & Chakraborty, A. (2023). Access or collaboration? A typology of *sharing economy*. *Technological Forecasting and Social Change*, 186, Article 122121. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.122121>
- Kenney, M., & Zysman, J. (2016). The rise of the platform economy: Implications for innovation and inclusive growth. *Innovation Policy and the Economy*, 17(1), 1-28. <https://doi.org/10.1086/688176>
- Kumar, V., Lahiri, A., & Dogan, O. B. (2018). A strategic framework for a profitable business model in the *sharing economy*. *Industrial Marketing Management*, 69, 147-160. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2017.08.021>
- Małecka, A., Mitreğa, M., Mróz-Gorgoń, B., & Pfajfar, G. (2022). Adoption of collaborative consumption as sustainable social innovation: Sociability and novelty seeking perspective. *Journal of Business Research*, 144, 163-179. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2022.01.067>
- Mann, F. C. F., Silva, A. L. L., Santos, J. R., & Costa, M. F. (2021). Economia compartilhada e consumo colaborativo no Brasil: Análise das motivações e características dos seus participantes. In *Anais do XLI Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. ABEPRO. https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_362_1872_42503.pdf
- Matzler, K., Veider, V., & Kathan, W. (2014). Adapting to the *sharing economy*. *MIT Sloan Management Review*, 56(2), 71-77.
- McAfee, A., & Brynjolfsson, E. (2014). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. W. W. Norton & Company.

- Minami, A. L., Ramos, C., & Bortoluzzo, A. B. (2021). *Sharing economy* versus collaborative consumption: What drives consumers in the new forms of exchange? *Journal of Business Research*, 128, 124-137. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2021.01.038>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.)
- Ministério da Educação. (2024, maio 20). *Programa Universidade para Todos (ProUni)*. <https://www.gov.br/secom/pt-br/acao-a-informacao/comunicabr/lista-dos-programas/programa-universidade-para-todos-prouni>
- Nóbrega, M. B., & Araújo, R. L. F. (2020). Análise da viabilidade de University Coworking Space (UCS) com base na Teoria da Influência Social (TIS). *HOLOS*, 6, 1-15. <https://doi.org/10.15628/holos.2020.9242>
- Nogami, V. K. D. C. (2019). Creative destruction, disruptive innovation and shared economy: An evolutionary and comparative analysis. *Suma de Negócios*, 10(21), 9-16. <https://doi.org/10.14349/sumneg/2019.V10.N21.A2>
- Novolar. (2023, dezembro 13). *Nosso grupo*. <https://www.novolar.com.br/a-novolar/nosso-grupo/>
- Oliveira, R. S., & Silva, T. M. (2023). Vulnerabilidade social e educação na região metropolitana de Belo Horizonte: Desafios e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, 28(2), 78-95. <https://doi.org/10.47456/cpe.v28i2.36751>
- O'Reilly, T. (2007). *What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software*. O'Reilly Media.
- O'Reilly, T. (2005). *What is Web 2.0?* O'Reilly Media.

- Patias, N. D., & Hohendorff, J. V. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 24, 1-14. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.43536>
- Patiño Rodríguez, D., Gómez-Álvarez Díaz, R., & Plaza-Angulo, J. J. (2017). Caracterización económica y cuantificación de la economía colaborativa. *Economía Colaborativa y Trabajo en Plataforma: Realidades y Desafíos*, 50-71.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Feevale.
- Reato, T. T. (2023). Consumo verde e economia compartilhada como tendências renovadoras das relações socioambientais. *Revista ESMAT*, 15(25), 295-308. <https://doi.org/10.34060/reesmat.v15i25.648>
- Rifkin, J. (2014). *The zero marginal cost society: The internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*. Palgrave Macmillan.
- Sánchez, R. A. (2016). Economía colaborativa: Un nuevo mercado para la economía social. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 88, 230-258. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.88.9255>
- Schlagwein, D., Schoder, D., & Spindeldreher, K. (2020). Consolidated, systemic conceptualization, and definition of the “sharing economy”. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 71(7), 817-838. <https://doi.org/10.1002/asi.24300>
- Schor, J. (2016). Debating the *sharing economy*. *Journal of Self-Governance and Management Economics*, 4(3), 7-22. <https://doi.org/10.22381/JSME4320161>
- Schwab, K. (2019). *A quarta revolução industrial* (D. M. Miranda, Trad.). Edipro.
- Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. (2021, maio 11). *Edital de Chamamento Público* n° 4/2021.

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Edital%20Chamamento%20P%C3%BAblico%2004-2021%20-%20Republic.%2011-05-21.pdf>

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. (2021, outubro 7). *Estrutura organizacional*. <https://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/estrutura-organizacional> (Acesso em: 07/05/2024).

Silva, L. F., & Russo, R. F. S. M. (2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *Revista de Gestão e Projetos*, 10(1), 1-6. <https://doi.org/10.5585/GEP.V10I1.13285>

Silva, M. S. (2020). *A segregação socioespacial: Conceito, formação e análise a partir das amenidades naturais e socialmente construídas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo].

Schlagwein, D., Schoder, D., & Spindeldreher, K. (2020). Consolidated, systemic conceptualization, and definition of the “*sharing economy*”. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 71(7), 817-838. <https://doi.org/10.1002/asi.24300>

Schmidt, M. (2023). *Sharing economy* as a field: Revisiting debates and introducing new research avenues. *Sociology Compass*, 17(10), Article e13120. <https://doi.org/10.1111/soc4.13120>

SRE's newsky, K. B. G. B., Veloso, A. R., Ikeda, A. A., & Rocha, R. R. (2018). O uso da foto-elicitación nas pesquisas em *Marketing*. *Revista Brasileira de Marketing*, 17(6), 839-848. <https://doi.org/10.5585/remark.v17i6.3749>

Stokes, K. (2015). Understanding and shaping the *Collaborative economy*. In *Sharing the success of the digital economy: A progressive approach to radical innovation* (pp. 41-47). Rowman & Littlefield International.

Sugahara, K. (2010). *Redes P2P em e-learning* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

- Sundararajan, A. (2016). *The sharing economy: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. MIT Press.
- Taherdoost, H. (2022). What are different research approaches? Comprehensive review of qualitative, quantitative, and mixed method research, their applications, types, and limitations. *Journal of Management Science & Engineering Research*, 5(1), 53-63. <https://doi.org/10.30564/jmser.v5i1.4808>
- Torre, D., & Murphy, J. (2015). A different lens: Using photo-elicitation interviews in education research. *Education Policy Analysis Archives*, 23(111), 1-26. <https://doi.org/10.14507/epaa.v23.2051>
- Universia Brasil. (2024, maio 20). *Página inicial*. <https://www.universia.com.br/>
- Van Alstyne, M., Parker, G. G., & Choudary, S. P. (2016). *Platform revolution: How networked markets are transforming the economy and how to make them work for you*. W. W. Norton & Company.
- Viana, L. C., & Cunha, C. F. (2024). Plataformas peer-to-peer na economia compartilhada: Status atual e agenda de pesquisa futura. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 16(1), 1-25. <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2024.v16i1.682>
- Vergara, S. C. (2006). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (7ª ed.). Atlas.
- Vieira, A. H., Dornelles, D., & Silva, L. F. (2021). Espaços de coworking na biblioteca: Proposta para a implantação de coworking em bibliotecas universitárias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 17, 1-21. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2021v16n1.57491>
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim* (D. Bueno, Trad.; D. Silva, Rev. Téc.). Penso.

Zhang, Y., & Hennebry-Leung, M. (2023). A review of using photo-elicitation interviews in qualitative education research. *International Journal of Qualitative Methods*, 22, 1-15.
<https://doi.org/10.1177/16094069231185456>

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em Condomínios

Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Condomínios

- Introdução e Contextualização da Pesquisa.
- Normas para a participação na pesquisa. Apresentação do TCLE (Apêndice B).
- Exibição do Vídeo Economia colaborativa (Apêndice C).

Após assistir a esse vídeo seguirá a entrevista sobre Economia Compartilhada ou Colaborativa e Consumo Colaborativo. Na minha pesquisa, para efeito de entrevista, estou considerando como sinônimos todas essas práticas de Economia Compartilhada e Colaborativa assim como de Consumo Colaborativo.

- Pergunta “Quebra Gelo”: Antes de falar sobre o tema, gostaria que você me contasse quem é (nome do entrevistado)? Me conte o que faz, se é casado(a), se tem filhos(as), sua idade, onde trabalha ou estuda, seu grau de escolaridade e o que mais quiser falar sobre você.
- Quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo já estão implementadas nos condomínios?
- Quais são os fatores que influenciam a adoção das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios?
- Como essas práticas estão sendo organizadas e gerenciadas?
- Qual o perfil dos condôminos que mais utilizam as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo?
- Como as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo estão impactando a vida dos condôminos e a dinâmica dos condomínios?
- Quais são as características específicas da implementação das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados?
- Quais são os principais benefícios e desafios da implementação dessas práticas nos condomínios?
- Quais características diferenciam a implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados em relação a outros tipos de habitação?

- Que estratégias podem ser utilizadas para superar os desafios da implementação e desses modelos de economia e consumo em condomínios fechados?
- De que forma os condomínios estimulam a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores?
- Como o sucesso da implementação dos modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas nos condomínios pode ser medido?
- Quais exemplos de boas práticas podem ser utilizados como referência para a implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em outros locais, como em Escolas Públicas, por exemplo?

Roteiro de Entrevista Semiestruturada - Área da Educação

- Introdução e Contextualização da Pesquisa.
- Normas para a participação na pesquisa. Apresentação do TCLE (Apêndice B).
- Exibição do Vídeo Economia colaborativa (Apêndice C).

Após assistir a esse vídeo seguirá a entrevista sobre Economia Compartilhada ou Colaborativa e Consumo Colaborativo. Na minha pesquisa, para efeito de entrevista, estou considerando como sinônimos todas essas práticas de Economia Compartilhada e Colaborativa assim como de Consumo Colaborativo.

- Pergunta “Quebra Gelo”: Antes de falar sobre o tema, gostaria que você me contasse quem é (nome do entrevistado)? Me conte o que faz, se é casado(a), se tem filhos(as), sua idade, onde trabalha ou estuda, seu grau de escolaridade e o que mais quiser falar sobre você.
- Qual o potencial de adaptação de e aplicação das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG?
- Quais tipos de recursos e serviços poderiam ser compartilhados nas unidades da SEE/MG por meio da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo?
- Como as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo podem ser adaptados às necessidades das unidades da SEE/MG?
- Quais são os benefícios potenciais da implementação de práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG?
- De que forma essas práticas podem contribuir para a otimização dos recursos, a redução de custos e a sustentabilidade nas unidades da SEE/MG?

- Existe alguma prática de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo empregadas no mercado já foram testados e validados em ambientes institucionais semelhantes às unidades da SEE/MG?
- Quais seriam os principais desafios para a adaptação e aplicação dos modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas unidades da SEE/MG?
- Que estratégias podem ser utilizadas para promover a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores da SEE/MG?
- Como o sucesso ou o insucesso da implementação dos modelos de economia e consumo nas unidades da SEE/MG pode ser medido?
- Quais características específicas das unidades da SEE/MG podem facilitar ou dificultar a adaptação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo?
- De que forma a Economia Compartilhada e o Consumo Colaborativo podem contribuir para a sustentabilidade nas unidades da SEE/MG?
- Quais benefícios adicionais a implementação da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo pode trazer para as unidades da SEE/MG e para os servidores?
- De que forma a SEE/MG poderia estimular a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores?
- Que exemplos de boas práticas de implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo no setor público podem servir de referência para a SEE/MG?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO: economia compartilhada e consumo colaborativo

Pesquisador Responsável: Aline A. Guerra

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “DO INDIVIDUAL AO COLETIVO: economia compartilhada e consumo colaborativo” de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Aline A. Guerra.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo investigar quais as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios verticais de Belo Horizonte apresentam potencial de aplicação nas unidades da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Para tanto, a pesquisa será realizada com Gestores e moradores dos condomínios, como também, servidores públicos do Setor Administrativo da SEE/MG e os Gestores das Escolas Estaduais (escrever os sujeitos de pesquisa).
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.
3. A coleta de dados será realizada nos Condomínio vertical Grand Resort Jaraguá (B. Jaraguá); Edifício Ville Estrela (B. Engenho Nogueira) e; Condomínio Edifício Espaço Chequer e Cançado (B. Dom Cabral). Bem como nas Unidades da SEE/MG: Superintendência Regional de Ensino da Metropolitana A (SER – Metropolitana A), Superintendência Regional de Ensino da metropolitana B (SER – Metropolitana B), Escolas Estaduais selecionadas dentro das SREs – Metropolitana A e B (escrever o local).
4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.

5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes a saúde, física ou mental, bem como a integridade dos participantes. Contudo, fui informado que se desejar posso retirar, a qualquer momento, minha participação.
6. Ao participar desse trabalho contribuirei com (ou para) o aprofundamento nas pesquisas sobre Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios e suas possíveis aplicações.
7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 20 a 40 minutos.
8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.
12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Aline A. Guerra (nome do(a) aluno(a), pesquisador(a) responsável pela pesquisa, telefone: (31) 99422.4271, e-mail: alineguerra7@gmail.com

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do responsável por obter o consentimento

APÊNDICE C - Vídeo usado na Técnica de Vídeo-Elicitação



Centro Sebrae Sustentabilidade

(7) Economia colaborativa // 10 Tendências de Sustentabilidade

A série 10 Tendências de Sustentabilidade traz as últimas novidades pra você ficar ligado no que está rolando no mercado! Neste vídeo, você fica sabendo um pouco mais sobre como funciona a Economia Colaborativa.



Capítulo 1 - Introdução

Print da Imagem



Transcrição do YouTube

Introdução

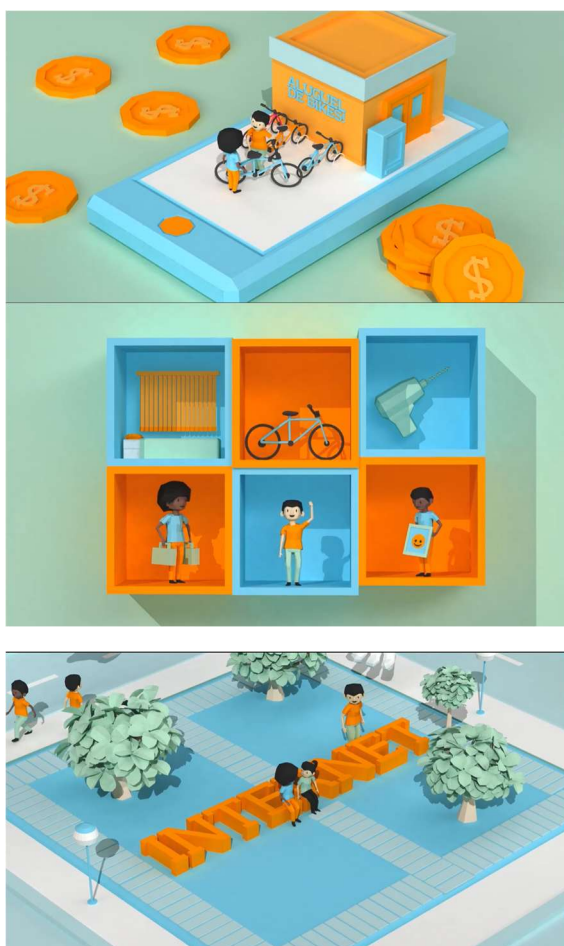
0:00 o centro sebrae de sustentabilidade ea
 0:02 presença das tendências que estão
 0:04 mudando o negócio Economia Colaborativa
 O que é Economia Colaborativa?
 0:10 todos os dias milhões de pessoas se
 0:13 conectam para compartilhar vídeos fotos
 0:15 notícias
 0:17 mas esse compartilhamento não está só na
 0:19 *internet* no mundo digamos real a vontade
 0:23 de dividir algo em vez de comprar algo
 0:25 tem conquistado muitos adeptos é a
 0:28 Economia Colaborativa



0:30 o nome já dá pistas do tipo trata é uma
 0:33 forma de usar a tecnologia para
 0:35 incentivar as pessoas a fazer negócios
 0:37 entre elas mas sem aquela história de
 0:39 compra e leve para casa na economia
 0:41 colaborativa as pessoas compartilham
 0:44 aluga empresta e ganha dinheiro com
 0:46 isso porque hoje ninguém precisa possuir
 0:49 algo mas sim ter acesso mas como
 0:52 funciona a Economia Colaborativa

Capítulo 2 – O que é Economia Colaborativa?

Print da Imagem



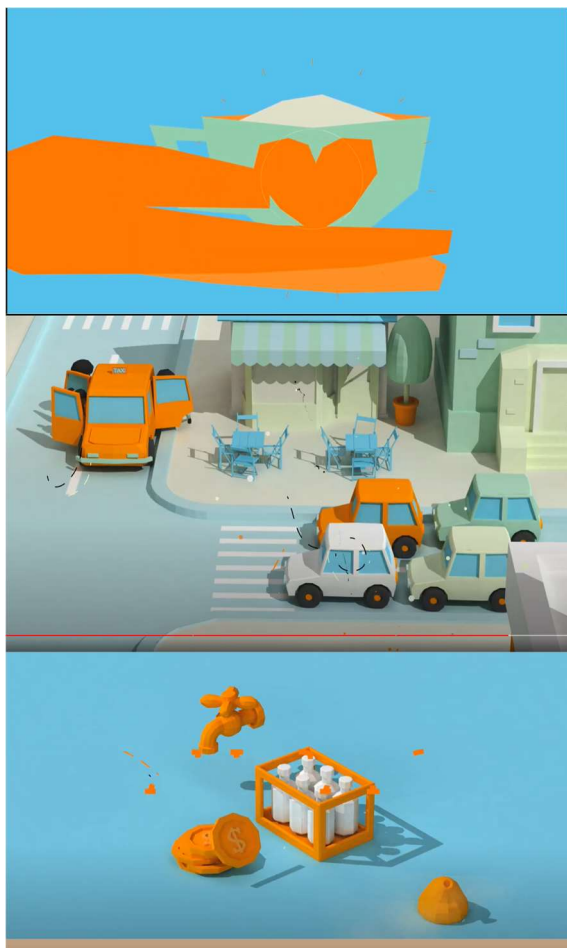
Transcrição

O que a Economia Colaborativa faz?

0:55 imagine que de um lado está quem tem um
 0:57 quarto sem uso dentro de casa uma
 0:59 bicicleta encostada na garagem uma
 1:01 furadeira esquecida na dispensa do outro
 1:04 existe quem precisa de um quarto para
 1:06 alugar uma bicicleta para andar de vez
 1:08 em quando e uma furadeira para pegar um
 1:10 quadro na parede o que a economia
 1:13 colaborativa faz é juntar essas pessoas
 1:15 nessa hora *internet* é uma grande aliada
 1:18 porque quem melhor do que esse canal
 1:20 para criar conexões com suas redes
 1:22 sociais e aplicativos não tem né
 1:25 e sabe o que está fazendo esse hábito
 1:27 conquistar tanta gente no mundo todo

Capítulo 3 – O que a Economia Colaborativa faz?

Print da Imagem



Transcrição

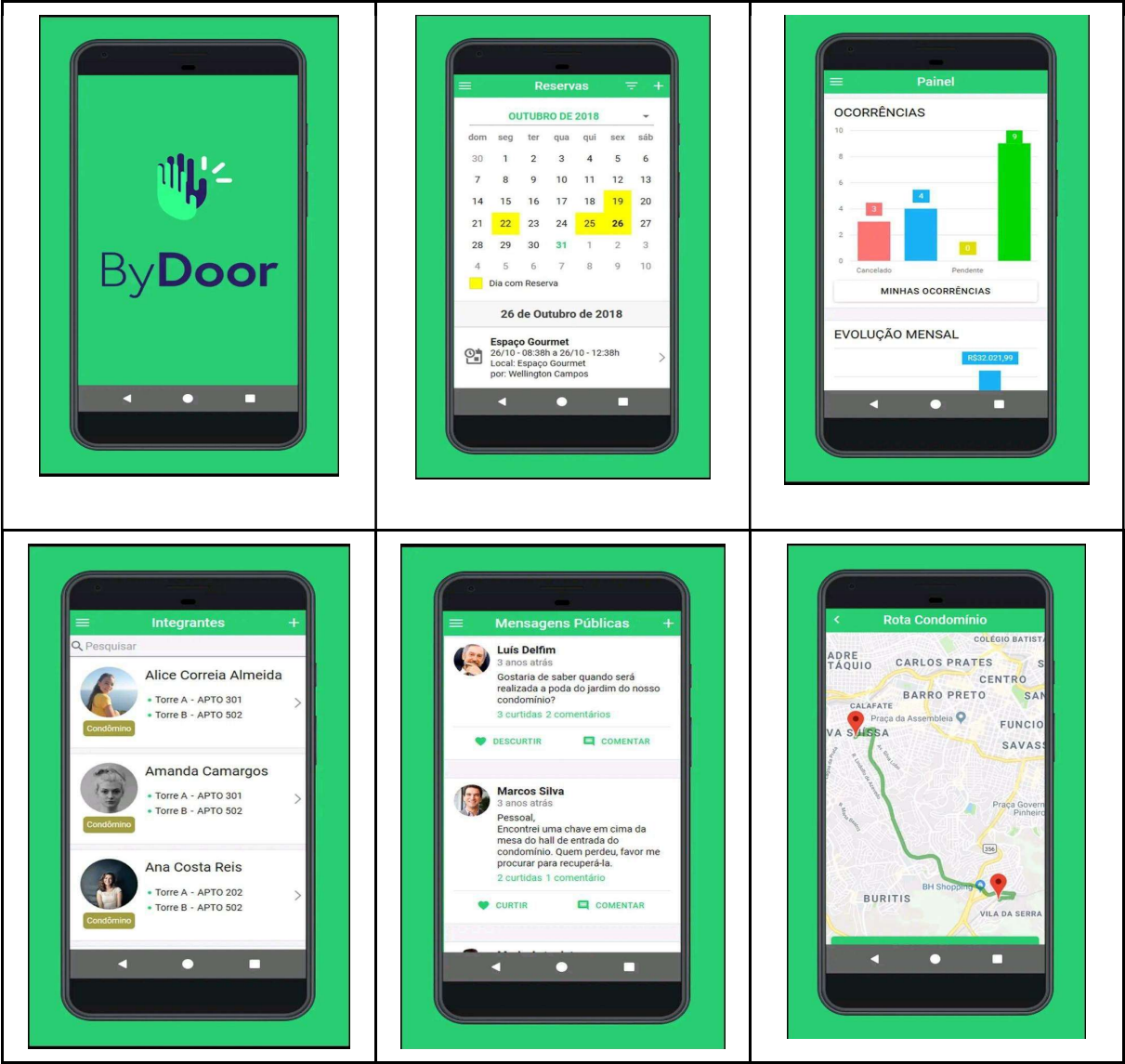
Encerramento

1:30 o novo consumidor está muito a fim de
 1:32 viver experiências inusitadas se
 1:34 relacionar com pessoas diferentes
 1:36 resgatar hábitos antigos e cheio de
 1:39 afeto como emprestar uma xícara de
 1:41 açúcar de um vizinho a sem falar que é
 1:43 um vai ter jeito de economizar o
 1:46 compartilhamento é uma tendência sem
 1:47 volta e faz muito bem tanto para os
 1:50 negócios quanto para o planeta só do
 1:52 mundo passa a usar menos matéria prima
 1:54 para produzir gastou menos produzem
 1:57 menos lixo se relacionam mais e podem
 1:59 ter uma renda extra
 2:01 que tal pensar em alugar ou emprestar
 2:03 alguma coisa que você tem aí e aderir à
 2:05 Economia Colaborativa essa tendência vai
 2:08 transformar o seu negócio saiba
 2:11 no mais o site www.sustentavel.org.br
 2:16 com o ponto br
 2:17 [Música]

Nota: a transcrição foi feita automaticamente pelo Aplicativo YouTube e copiada na íntegra. O vídeo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mr_SmE7q7rQ (consultado em 29.05.2024).

APÊNDICE D - Aplicativos de Compartilhamento usados no Condomínio Grand Resort Pampulha

Aplicativo - Bydoor





23:31

100%

**ByDoor**

Detalhes

Sobre este app

Condomínios e Comunidades

O ByDoor é um app para condomínio ideal para administradoras, síndicos e moradores que vai deixar seu condomínio mais seguro, organizado e moderno!

Economize tempo, reduza custos e aproxime moradores e síndicos com o app que oferece ferramentas indispensáveis para simplificar o dia a dia do condomínio.

Benefícios para Administradoras e Síndicos:

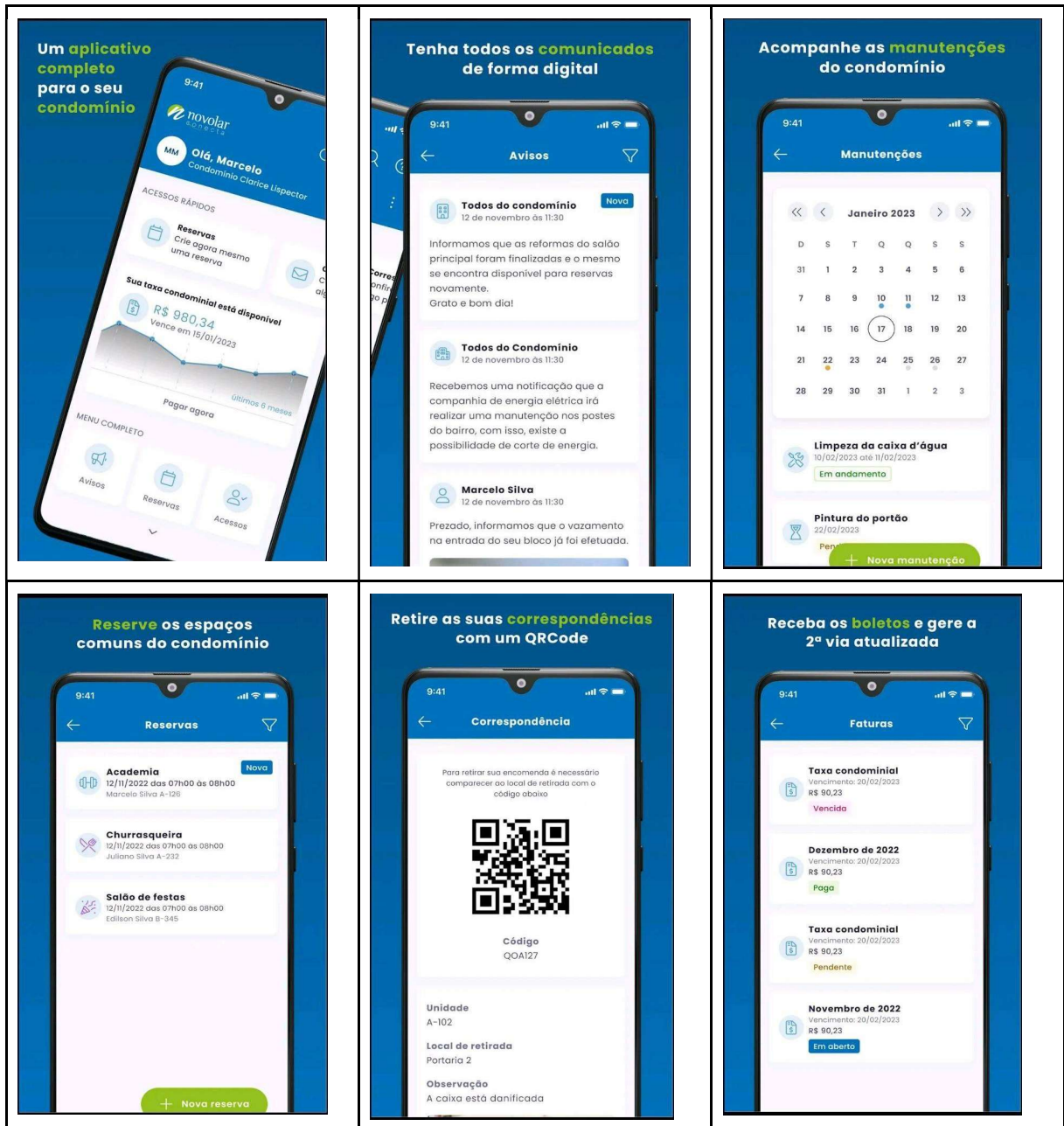
- Sistema de Boleto de Cobrança simples e poderoso.
- Redução nos custos do condomínio em até 35%.
- Gestão do condomínio de onde estiver pelo seu celular.
- Maior controle e segurança na portaria.

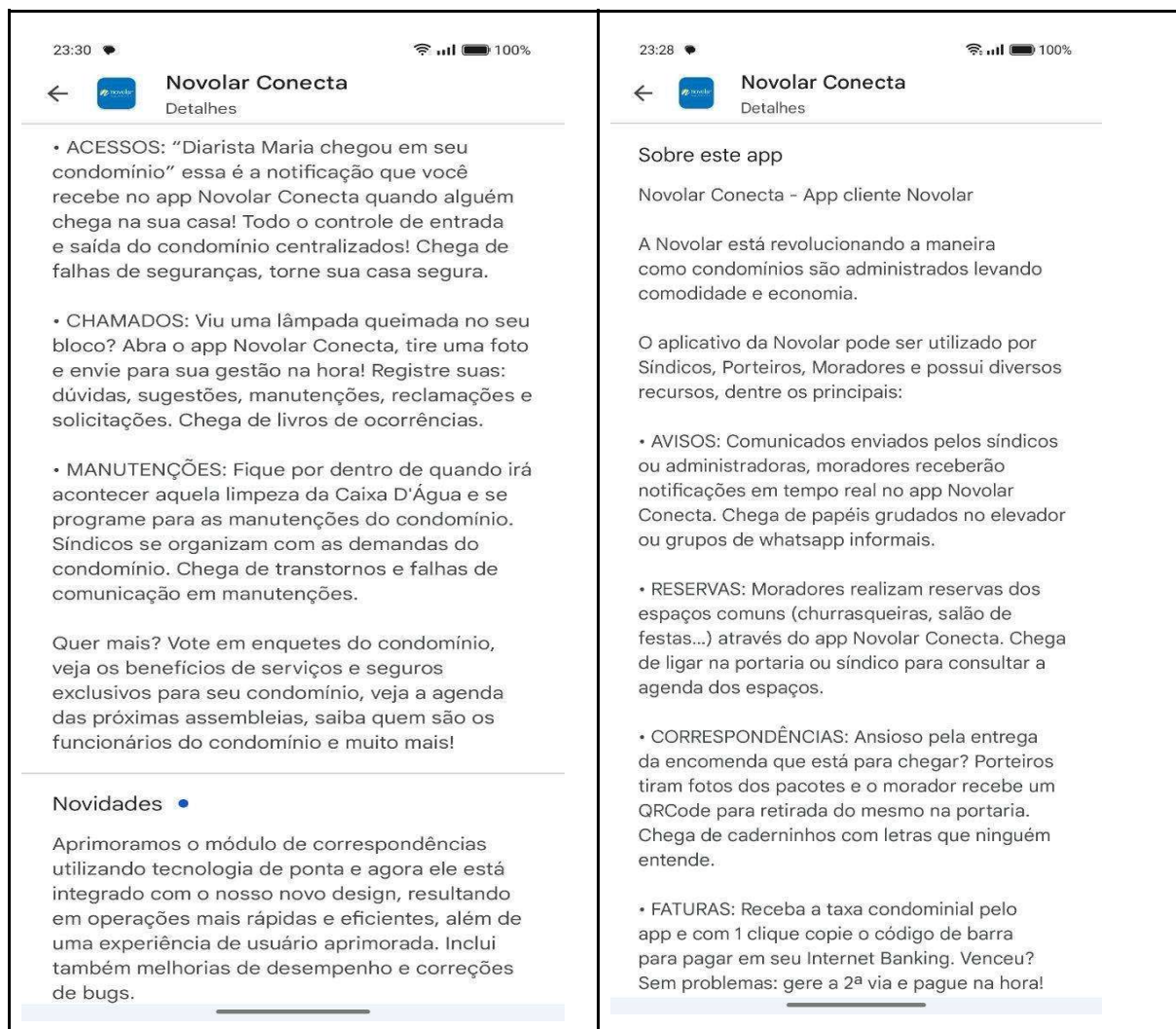
Benefícios para o Morador:

- Transparência na gestão do condomínio.
- Fácil comunicação entre morador e administração.
- Próprio Morador Emite 2ª Via de Boleto.
- Acesso ao condomínio de onde estiver pelo celular.

Faça o download, comente com seus vizinhos e utilize em seu condomínio. Em caso de dúvidas, mande um e-mail para: suporte@lalubema.com.

Aplicativo - Novolar Conecta





Nota. Imagens da interface dos aplicativos utilizados no Condomínio *Grand Resort Pampulha*. Retirada da loja de aplicativos da *Google Play Store*.